



## FICHA TÉCNICA

## TÍTULO

Plano de Atividades e Orçamento 2021

## PROPRIEDADE

Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

## AUTOR e PAGINAÇÃO

Planeamento e Desenvolvimento Organizacional

## CONTACTOS

Morada: Avenida da República 61

1050-189 Lisboa

Tel.: 21 154 5600

E-mail: [dpdo@spms.min-saude.pt](mailto:dpdo@spms.min-saude.pt)[www.spms.min-saude.pt](http://www.spms.min-saude.pt)

## CONTROLO DE VERSÕES

VERSÃO	DATA	OBSERVAÇÕES
1ª versão	outubro de 2020	Submissão em resposta ao Despacho N.º 395/2020, de 27 de julho de 2020, do Secretário de Estado do Tesouro.
2ª versão	junho de 2021	Atualização do PAO na sequência da aprovação do Orçamento do Estado para 2021.



## ÍNDICE GERAL

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
CAPÍTULO I   IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....	8
1.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SPMS.....	8
1.2 ORGÂNICA DA SPMS.....	9
1.3 MISSÃO, VALORES E PRINCÍPIOS.....	10
1.4 ÓRGÃOS SOCIAIS.....	11
1.5 ESTRUTURA ORGANIZATIVA.....	13
1.6 PRINCIPAIS SERVIÇOS E CLIENTES.....	15
1.7 COMPRAS E LOGÍSTICA.....	16
1.8 SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.....	21
1.9 COMUNICAÇÃO.....	24
1.10 TELESSAÚDE.....	25
1.11 CONFERÊNCIA E ANÁLISE DA DESPESA COM AS COMPARTICIPAÇÕES DO SNS.....	31
1.12 ACADEMIA SPMS.....	32
1.13 PRINCIPAIS CLIENTES.....	34
1.14 ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL.....	35
CAPÍTULO II   PLANO DE ATIVIDADES PARA 2021.....	49
2.1 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES.....	49
2.2 MAPEAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS 2021.....	50
CAPÍTULO III   DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PREVISIONAIS.....	59
CAPÍTULO IV   FINANCIAMENTO VIA PLANO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA.....	109
4.1 O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA.....	109
4.2 A PROPOSTA DA SPMS.....	109
4.3 CALENDARIZAÇÃO E PROPOSTA DE FINANCIAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRR.....	114



## GLOSSÁRIO de SIGLAS E ACRÓNIMOS

<b>AQ</b>	Acordo-Quadro
<b>CCMSNS</b>	Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde
<b>CNTS</b>	Centro Nacional de Telessaúde
<b>CSH</b>	Cuidados de Saúde Hospitalares
<b>CSP</b>	Cuidados de Saúde Primários
<b>DGERT</b>	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho
<b>DGS</b>	Direção-Geral da Saúde
<b>EHR</b>	<i>Electronic Health Records</i>
<b>ENESIS</b>	Estratégia Nacional para o Ecossistema de Informação de Saúde
<b>eProcurement</b>	<i>Easy Procurement</i>
<b>ePrescription</b>	Prescrição Eletrónica de Medicamentos (no contexto europeu)
<b>eDispensation</b>	Dispensa Eletrónica de Medicamentos (no contexto europeu)
<b>EM</b>	Estados-Membros da União Europeia
<b>LOE</b>	Lei do Orçamento do Estado
<b>mHealth</b>	<i>Mobile Health</i> (Aplicações móveis de Saúde)
<b>I&amp;D</b>	Investigação e Desenvolvimento
<b>MCDT</b>	Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
<b>mHealth</b>	<i>Mobile Health</i> (Aplicações móveis de Saúde)
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
<b>OE</b>	Objetivo(s) Estratégico(s)
<b>OOP</b>	Objetivo(s) Operacional(is)
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>PAO</b>	Plano de Atividades, Investimento e Orçamento
<b>PE</b>	Plano Estratégico
<b>PDS</b>	Plataforma de Dados de Saúde
<b>PENTS</b>	Plano Estratégico Nacional para a Telessaúde
<b>PNS</b>	Plano Nacional de Saúde
<b>PRR</b>	Plano de Recuperação e Resiliência
<b>RGPD</b>	Regulamento-Geral sobre a Proteção de Dados
<b>RNU</b>	Registo Nacional de Utentes
<b>SAD</b>	Sistema de Aquisição Dinâmico
<b>SICO</b>	Sistema de Informação dos Certificados de Óbito
<b>SNS</b>	Serviço Nacional de Saúde
<b>SNS24</b>	Centro de Contacto do SNS
<b>SPMS</b>	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde
<b>TIC</b>	Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>ULS</b>	Unidade Local de Saúde
<b>UMC</b>	Unidade Ministerial de Compras



## SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano de Atividades, Investimento e Orçamento para 2021 (**PAO 2021**) constitui um instrumento orientador das atividades previstas para o ano 2021, que estabelece as suas principais linhas de atuação em conformidade com os objetivos estratégicos e operacionais da SPMS e as orientações estratégicas do Governo e da Tutela.

Para o ano de 2021, no âmbito das competências tuteladas à SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, será garantida e reforçada a continuidade das iniciativas do ano anterior, mas também a persecução de novas atividades, para assegurar as respostas adequadas aos desafios atuais e futuros do Sistema de Saúde.

Este documento aborda:

1. O **contexto interno da SPMS**, através da apresentação institucional, dos principais serviços prestados (com destaque para principais atividades desenvolvidas pelas áreas de negócio e resultados obtidos) e das estratégias de sustentabilidade económica, social e ambiental promovidas para garantir uma maior eficiência e sustentabilidade da SPMS para o SNS, e do conjunto para a Sociedade (**Capítulo I – Identidade Organizacional**);
2. O **planeamento das atividades para 2021**, refletindo as linhas de ação prioritárias das várias áreas de negócio e de suporte para o ano 2021 (**Capítulo II – Plano de Atividades para 2021**). Para o efeito, mapearam-se os objetivos operacionais das unidades orgânicas e os objetivos estratégicos definidos para o mandato 2020-2022.
3. Os **documentos previsionais que sustentam a execução económico e financeira das atividades planeadas para 2021**, assentes na informação conhecida na presente data, designadamente, a Prestação de Contas do exercício de 2020 e o Orçamento aprovado para 2021 (**Capítulo III – Demonstrações Financeiras**);
4. A **proposta** apresentada pela SPMS, no âmbito do **Plano Nacional de Recuperação e Resiliência**, conforme exercício requerido pela Tutela da Saúde, que poderá resultar na aprovação de quatro projetos de reforma estrutural do SNS, nos contextos da gestão da Rede de Dados da Saúde, dos Sistemas de Informação prestados ao Cidadão, ao Profissional, e dos Registos Nacionais, Interoperabilidade, Circuito Digital do Medicamento e Dispositivos Médicos e MCDT (**Capítulo IV – Financiamento via Plano Nacional de Recuperação e Resiliência**). Caso venha a merecer concordância, esta proposta terá um impacto significativo no planeamento financeiro e na atuação da SPMS, nos próximos anos.

Este exercício de planeamento do ano de 2021, coincidente com o arranque de um novo capítulo na gestão da SPMS e com a atual crise sanitária da Covid-19, suscitou a premente necessidade de considerar ainda os recursos humanos, financeiros e técnicos exigíveis à sua concretização.

Considerando os objetivos que assume e os desafios que enfrenta, em **matéria de recursos humanos** a SPMS identifica como fator de elevadíssima criticidade operacional o reforço dos seus recursos internos a afetar às suas áreas de atuação, no esforço de dotá-las com os recursos adequados e essenciais, em prol



da inexistência de disrupções na atividade da SPMS e a manutenção dos atuais e futuros serviços com qualidade, rigor e tempestividade sem colocar em risco a regra do equilíbrio orçamental.

Num contexto de indiscutível crescimento de atividades e responsabilidades, sobrelevadas no atual contexto da Covid-19, urge garantir a sustentabilidade e a melhoria do serviço público prestado, assumindo-se como fator de elevada criticidade a prossecução de uma política de ajustamento do quadro de pessoal da SPMS, tendente a adequá-lo às necessidades mínimas de uma organização operacionalmente eficiente e orientada à garantia de requisitos de segurança da atividade operacional que dispõe ao SNS.

Acresce ainda referir que este dimensionamento da estrutura interna de recursos humanos, em detrimento do atual recurso massivo a empresas externas, que fazem resultar numa permanente rotatividade do capital humano e que não permitem a consolidação e continuidade dos conhecimentos necessários ao nível de especialização exigidos para o setor, permitiria uma redução da despesa pública, conforme demonstra o Estudo *Ganhos pela Internalização de Recursos Humanos nos Principais Serviços da SPMS*, abordado na secção *Gastos com Pessoal do Capítulo III – Demonstrações Financeiras*. O Estudo em questão, após a realização de um diagnóstico quantitativo e demonstrativo da atual dependência da SPMS na contratação de serviços externos, ao longo dos anos, apresenta uma proposta fundamentada de melhoria de prestação de serviços por redução de riscos e custos através da contratação de Pessoas.

Em **matéria de recursos financeiros**, no que respeita às principais fontes de financiamento da SPMS, conforme orientações recebidas da Entidade Coordenadora do Programa Orçamental da Saúde, a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P. (ACSS) para efeitos do orçamento de 2021, aprovado pela Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, foram considerados, em síntese, os seguintes instrumentos de financiamento:

- **Acordo de Manutenção**, destinado a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, no montante de 31.000.000€;
- **Contrato-Programa**, a celebrar com a ACSS e destinado aos projetos de desenvolvimento dos sistemas de informação do SNS, no montante de 24.131.613€;
- **PRESI** (Programa de Reestruturação dos Sistemas de Informação), no montante de 5.752.619€;
- **Centro de Contacto do SNS24**, com o montante de 15.047.000€;
- **Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS)**, no montante de 2.392.894€.
- **FEDER, FSE e outros UE**, com o montante global de 4.301.626€.
- A que acresceu, com a aprovação do orçamento para 2021, das seguintes componentes:
  - **Plano de Recuperação e Resiliência**, no montante de 70.000.000€;
  - **Plano de Recuperação e Resiliência e SAMA/REACT**, no montante de 6.800.000€.

Referir neste âmbito, que a verba do Acordo de Manutenção cresce 9M€ face a 2020 e decresce a do Contrato-Programa em 8,6M€ e, paralelamente, a verba do CCSNS24 aumenta 6,7M€ em alinhamento

com os valores aprovados na Portaria n.º 265/2020, publicada no DR, 2.ª série, de 18 de março de 2020, sendo que a verba do PRESI aumenta 1,8M€ que tem por finalidade atender aos investimentos nos sistemas de informação do SNS, mantendo-se inalterada a verba destinada ao CCMSNS. Como acima referido, acrescem os investimentos previsto no âmbito do PRR e SAMA/REACT no valor global de 76,8M€.

<b>Indicadores</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
Volume de Negócios	23 797 389,99 €	22 540 754,60 €	22 121 513,88 €
Subsídios à exploração	37 142 265,66 €	40 999 986,53 €	88 042 246,90 €
Rendimentos operacionais (Volume de Negócios + Subsídios à exploração)	60 939 655,65 €	63 540 741,13 €	110 163 760,78 €
Resultado Líquido do período	- 3 608 842,55 €	4 341 530,96 €	5 206 896,18 €
Gastos operacionais (FSE + GCP)	57 524 839,04 €	55 074 168,05 €	101 311 379,81 €
EBITDA	- 647 198,02 €	7 820 765,73 €	15 225 439,71 €
Eficiência Operacional (Gastos Operacionais / Rendimentos Operacionais)	94%	87%	92%
% Gastos Operacionais / Volume de Negócios	241,7%	244,3%	458,0%
PRC	1 210 636,12 €	1 210 636,12 €	1 210 636,12 €
Deslocações e Estadas	413 456,90 €	413 456,90 €	413 456,90 €
Estudos, Pareceres e Projetos e Consultadoria	797 179,22 €	797 179,22 €	797 179,22 €

Da leitura no quadro supra resulta uma tendência de crescimento de 2020 para 2021 das transferências de Orçamento de Estado. O aumento do peso dos gastos operacionais em 76 pontos percentuais face ao volume de negócios resulta apenas do incremento do financiamento da SPMS por via de Receitas Gerais, que não estão incluídas no volume de negócios. A eficiência operacional mantém-se, assim, inalterada.



## CAPÍTULO I | IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

### 1.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SPMS

A Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. foi criada em 2010 pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de Março, como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e de património próprio, com um capital estatutário de 26.260.689 euros, nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, e alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, estando sujeita à tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

De acordo com o quadro jurídico estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 108/2011, de 17 de novembro, 209/2015, de 25 de setembro, 32/2016, de 28 de junho, e 69/2017, de 16 de junho, 38/2018, de 11 de junho, e 75/2020, de 25 de setembro, tem vindo a assistir-se ao reforço das competências e atribuições da SPMS em matéria de prestação de serviços partilhados específicos da área da saúde aos estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS), independentemente da sua natureza jurídica, bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde (MS) e a quaisquer outras entidades, quando executem atividades específicas da área da saúde.

Constituem atribuições da SPMS a prestação de serviços partilhados nas áreas de compras e logística, serviços financeiros, recursos humanos e sistemas e tecnologias de informação e comunicação; o funcionamento do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde (CCSNS) e do Centro Nacional de Telessaúde (CNTS); e, no âmbito dos serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde, cabe, ainda, à SPMS assegurar a atividade e a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS).



## 1.2 ORGÂNICA DA SPMS

<b>ESTATUTOS</b>	DECRETO-LEI N.º 19/2010, ALTERADO POR: DECRETO-LEI N.º 108/2011 DECRETO-LEI N.º 209/2015 DECRETO-LEI N.º 32/2016 DECRETO-LEI N.º 69/2017 DECRETO-LEI N.º 38/2018 DESPACHO N.º 11013/2016 DECRETO-LEI N.º 75/2020
<b>NATUREZA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• ENTIDADE PÚBLICA EMPRESARIAL INTEGRADA NO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO</li><li>• AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA E DE PATRIMÓNIO PRÓPRIO</li><li>• DEPENDÊNCIA TUTELAR DOS MEMBROS DO GOVERNO RESPONSÁVEIS PELAS ÁREAS DAS FINANÇAS E SAÚDE</li></ul>
<b>ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</li><li>• CONSELHO FISCAL</li><li>• REVISOR OFICIAL DE CONTAS OU SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS</li></ul>
<b>ESTRUTURA INTERNA</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• 13 DIREÇÕES</li><li>• 33 UNIDADES</li></ul>
<b>RECURSOS HUMANOS<sup>1</sup></b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• 3 MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</li><li>• 1 FISCAL ÚNICO</li><li>• 10 DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE NÍVEL I</li><li>• 28 DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE NÍVEL II</li><li>• 169 TÉCNICOS SUPERIORES + INFORMÁTICOS</li><li>• 62 ASSISTENTES TÉCNICOS E TÉCNICOS DE INFORMÁTICA</li><li>• 3 ASSISTENTES OPERACIONAIS</li></ul>
<b>RECURSOS FINANCEIROS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• ORÇAMENTO ANUAL NO MONTANTE DE 162.619.764€, NA RECEITA E NA DESPESA</li></ul>
<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• SPMS LISBOA (SEDE): AVENIDA DA REPÚBLICA, 61. 1050-189 LISBOA</li><li>• SPMS LISBOA: AVENIDA 5 DE OUTUBRO, 125. 1050-052 LISBOA</li><li>• SPMS PORTO: RUA DO BREINER, 121. 4050-124 PORTO</li><li>• CCSNS: AVENIDA DE MADRID, 8-A. 1000-193 LISBOA</li><li>• CCM SNS: RUA DE JOAQUIM DIAS ROCHA, 170 ZONA INDUSTRIAL DA MAIA I, SETOR X. 4470-211 MAIA</li></ul>

\*Dados à data de 31.12.2020

<sup>1</sup> Lugares ocupados à data de 31.12.2020



### 1.3 MISSÃO, VALORES E PRINCÍPIOS

---

A SPMS tem por **Missão** a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e de logística, de serviços financeiros, de recursos humanos, de sistemas e tecnologias de informação e comunicação e demais atividades complementares e subsidiárias, a todos os estabelecimentos e serviços do SNS, independentemente da respetiva natureza jurídica, sejam entidades EPE's, sejam entidades do Setor Público Administrativo (SPA), bem como aos órgãos e serviços do Ministério da Saúde e a quaisquer outras entidades quando executem atividades na área da saúde.

É, ainda, missão da SPMS assegurar o funcionamento do CCSNS e CNTS, bem como a prestação de serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde, no âmbito do CCMSNS.

Importa assegurar que a prossecução da missão atribuída à SPMS esteja enquadrada em normas e princípios gerais de atuação, consubstanciando os valores primordiais a salvaguardar, os quais deverão servir de enquadramento ao desenvolvimento da atividade dos seus colaboradores, que se assumem como a face visível da empresa.

Atendendo às suas especificidades, a SPMS rege a sua atividade de acordo com os seguintes **Valores**: Legalidade, Não discriminação, Igualdade de tratamento e imparcialidade, Proporcionalidade, Coerência, Boa-fé e transparência, Comunicação e partilha de informação, a Excelência profissional, bem como a Cordialidade e solidariedade.

É, assim, **Visão** da SPMS “Ser uma empresa de excelência na prestação de serviços partilhados do Ministério da Saúde”.

#### 1.4 ÓRGÃOS SOCIAIS

---

Para a prossecução da sua missão e das suas atribuições, definidas no Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, cujo âmbito tem sido sucessivamente alargado, a SPMS conta com a seguinte estrutura:

-  O Conselho de Administração
-  O Conselho Fiscal
-  O revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

O Modelo de Governo da SPMS cumpre as regras de segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, cujas identidades, responsabilidades específicas, remunerações e demais benefícios são divulgados publicamente.

O **Conselho de Administração** é composto por três membros, um presidente e dois vogais executivos, nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde. O mandato dos membros do Conselho de Administração (CA) tem a duração de três anos, sendo renovável por iguais períodos, permanecendo aqueles no exercício das suas funções até efetiva substituição.

Nomeado através do Despacho n.º 3202/2020 das Finanças e da Saúde, de 04 de março de 2020 (Gabinetes do Ministro de Estado das Finanças e da Ministra da Saúde – publicado no Diário da República n.º 50/2020, Série II de 2020-03-11), o Conselho de Administração é atualmente composto pelos membros:

**Luís Goes Pinheiro** | Presidente

**Domingos da Silva Pereira** | Vogal Executivo

**Sandra Cavaca** | Vogal Executiva

Compete ao **Conselho de Administração**, para além do exercício de todos os poderes de gestão que não estejam reservados a outros órgãos, desenvolver as funções enquadradas no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e respetivo anexo, na sua atual redação.

O **Fiscal Único** é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial da SPMS. Conforme Despacho de 4 de maio de 2015, de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, foram nomeadas as Sociedades António Maria Velez Belém – SROC n.º 96, Unipessoal, Lda., como fiscal único efetivo e Grant Thornton & Associados, SROC, Lda., n.º 67, como fiscal único suplente.

**Dr. António Maria Velez Belém, ROC n.º 768** | Efetivo

**Dr. Carlos António Lisboa Nunes, ROC n.º 427** | Suplente

As informações acima a respeito do fiscal único mantêm-se válidas, considerando que a recente alteração aos Estatutos da SPMS pelo Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro, ainda não teve desenvolvimentos concretos, designadamente, nomeação dos respetivos membros do Conselho Fiscal.



O **Conselho Fiscal** é composto por três elementos, sendo um deles o presidente do órgão, e por um suplente, nomeados por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde. O mandato do Conselho Fiscal (CF) tem a duração de três anos, apenas renovável uma vez.

Compete ao **Conselho Fiscal**, para além do exercício de todos os poderes de gestão que não estejam reservados a outros órgãos, desenvolver as funções enquadradas no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março e respetivo anexo, na sua redação atual, conforme alteração operada pelo Decreto-Lei n.º 75/2020, de 25 de setembro.



## 1.5 ESTRUTURA ORGANIZATIVA

Conforme definido em sede de Regulamento Interno em vigor, a estrutura organizativa da SPMS encontra-se consubstanciada no organograma representado abaixo:





De referir que a estrutura organizacional foi objeto de revisão, considerando que:

- i. A estratégia da SPMS, no contexto das suas atribuições, está centrada no aumento da eficiência e adequada gestão da despesa do Serviço Nacional de Saúde em diferentes áreas, como sejam, os Sistemas de Informação, as Compras Públicas, a Segurança de Informação e Cibersegurança, a Telessaúde e o funcionamento do Centro de Contacto do SNS e do Centro de Controlo e Monitorização do SNS, de modo a criar valor para o ecossistema em que se insere;
- ii. O Conselho de Administração da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS), nomeado por Despacho conjunto de S. Exas. o Ministro de Estado e das Finanças e da Ministra da Saúde, n.º 3202/2020, publicado do DR, 2.ª série, n.º 50, de 11 de março, desde o seu início de funções, tem vindo a envidar esforços no sentido de potenciar uma maior eficiência e agilização da operacionalização interna, para a prossecução da Missão que lhe foi confiada;
- iii. O início de funções pelo atual Conselho de Administração, coincidiu com a necessidade de realização de um conjunto de iniciativas adicionais para assegurar uma adequada resposta à pandemia relacionada com o vírus SARS-CoV-2, comportando novas exigências para o desempenho institucional da SPMS, o que se refletiu necessariamente na sua estrutura organizacional.
- iv. Para assegurar as respostas adequadas aos desafios atuais e futuros do Sistema de Saúde, surgiu a necessidade de promover o fortalecimento da oferta e da qualidade dos produtos e serviços, designadamente através da revisão e atualização de procedimentos e reorganização de circuitos.

Esta alteração organizativa levada a cabo para refletir o atual contexto e orgânica da SPMS, justificou a alteração ao Regulamento Interno, que descreve os princípios de gestão, da atuação e operacionalização das Unidades Orgânicas.

Neste sentido, ao abrigo da alínea c) e l) do artigo 8.º dos Estatutos da SPMS, aprovados em anexo ao Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, por deliberação do Conselho de Administração de 15 de setembro de 2020, foi aprovada a alteração ao Regulamento Interno da SPMS, que estabelece os princípios de gestão e de atuação da SPMS e a respetiva estrutura organizativa.

Em cumprimento do disposto na alínea l) do artigo 8.º dos Estatutos da SPMS, o Regulamento Interno foi homologado por Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, em 25 de setembro de 2020 (*cf. Anexo I*).

Importa referir que a revisão da estrutura orgânica não se traduz num aumento de cargos de dirigentes, mantendo-se o número de direções e coordenações já existentes, o que não implica qualquer aumento da despesa nestas categorias.



## 1.6 PRINCIPAIS SERVIÇOS E CLIENTES

Atendendo às atribuições identificadas no ponto 1.1., a SPMS presta não apenas, mas em grosso modo, os serviços abaixo aduzidos num contexto de Serviços Partilhados para as Instituições do Ministério da Saúde e Serviço Nacional de Saúde:



## 1.7 COMPRAS E LOGÍSTICA

### A. CELEBRAÇÃO E GESTÃO DE ACORDOS-QUADRO

Compreende a celebração de um contrato entre a SPMS e um ou vários operadores económicos para as áreas da saúde e transversais, podendo ser renovado conforme firmado em sede do Procedimento. Neste tipo de procedimentos são definidos os parâmetros e regras que irão disciplinar as relações contratuais futuras entre as partes contratantes das compras ao abrigo do Acordo-Quadro (AQ).

OFERTA DE ACORDOS-QUADRO A DEZEMBRO DE 2020	
SAÚDE (MEDICAMENTOS, DISPOSITIVOS MÉDICOS E SERVIÇOS DA SAÚDE)	BENS E SERVIÇOS TRANSVERSAIS
75 Acordos-Quadro em vigor (Pelas Compras de Bens e Serviços da Saúde, onde a maioria se divide pelas áreas de Medicamentos e Dispositivos Médicos)	34 Acordos-Quadro em vigor (11 pela Unidade Ministerial de Compras e 23 pela Unidade de Compras de Bens e Serviços Transversais)

No contexto da gestão da oferta deste serviço, a SPMS dispõe ao SNS um portefólio de Acordos-Quadro, disponível para consulta nos seus canais digitais, permitindo às Instituições do SNS/MS a consulta da oferta e dos parâmetros e regras de cada AQ.

### B. CELEBRAÇÃO E GESTÃO DE SISTEMAS DE AQUISIÇÃO DINÂMICOS

O Sistema de Aquisição Dinâmico (SAD), à semelhança do AQ visa estabelecer uma rede estável de fornecedores, ao abrigo do qual é possível celebrar contratos de locação, e aquisição de bens/ serviços, e de empreitadas. Todavia, ao contrário dos AQ, é possível integrar novos fornecedores durante a sua vigência. Sendo um circuito aberto, o SAD coaduna-se com a dinâmica de mercado, promovendo assim a concorrência e conseqüentemente a possibilidade de obtenção de propostas mais competitivas e inovadoras.

OFERTA DE SISTEMAS DE AQUISIÇÃO DINÂMICOS A DEZEMBRO DE 2020
BENS E SERVIÇOS
7 Sistemas de Aquisição Dinâmicos em vigor (5 pela Unidade Ministerial de Compras e 2 pela Unidade de Compras de Bens e Serviços Transversais)

### C. COMPRAS FIRMES (AGREGADAS)

Na modalidade de aquisições centralizadas, a SPMS é mandatada pelas instituições do SNS/MS para concretizar compras firmes, recorrendo aos instrumentos legalmente existentes no CCP (na sua maioria a Acordos-Quadro).



OFERTA DE COMPRAS FIRMES (AGREGADAS)	
SAÚDE (MEDICAMENTOS, DISPOSITIVOS MÉDICOS E SERVIÇOS DA SAÚDE)	BENS E SERVIÇOS TRANSVERSAIS (BENS E SERVIÇOS)
A SPMS assegura a centralização da aquisição de bens e serviços específicos da área da saúde para os serviços e instituições do SNS e órgãos e serviços do MS, de acordo com o disposto no Despacho n.º 1571-B/2016 <sup>2</sup> .	Enquanto Unidade Ministerial de Compras (UMC), a SPMS assegura a centralização da aquisição de bens e serviços das Instituições do MS vinculadas e voluntárias ao SNCP, assegurando a contratação centralizada das categorias elencadas na Portaria n.º 103/2011, de 14 de março. A compra centralizada das categorias na área das tecnologias de informação e comunicação, encontra-se definida na Portaria n.º 87/2013, de 28 de fevereiro <sup>3</sup> .

No âmbito da aquisição centralizada de 2020, foram realizadas adjudicações em 469 processos de compra num total de 534 procedimentos desenvolvidos, relativos a 67 instituições e 19 categorias distintas para a área específica da saúde, compreendendo um volume financeiro adjudicado de cerca de 914,6 milhões de euros e uma poupança de cerca de 53,9 milhões de euros.

Pela área transversal, em 2020, foram desenvolvidos 373 processos de compra com adjudicação em 21 categorias distintas compreendendo um volume financeiro de cerca de 153,8 milhões de euros e uma poupança na ordem de 18,4 milhões de euros.

#### D. CATÁLOGO ELETRÓNICO DE COMPRAS PÚBLICAS

Enquanto elemento centralizador em matérias de Compras Públicas, a SPMS disponibiliza um Catálogo Eletrónico ao qual as Instituições podem recorrer, de forma independente e descentralizada, no seu trajeto de realizar aquisições beneficiando das condições negociais estabelecidas nos Acordos-Quadro.

À data de 31 de dezembro de 2020, o **Catálogo Eletrónico de Compras** englobava um total de 354 fornecedores, compreendendo 4.687 artigos na **área da saúde**. Pela **área Transversal**, encontravam-se disponíveis cerca de 5.033 artigos referentes aos cerca de 207 fornecedores habilitados.

<sup>2</sup> Após a publicação da circular, as entidades do SNS registam as suas previsões de consumo no Catálogo Eletrónico de Compras na Saúde. A SPMS analisa e solicita eventuais esclarecimentos, de modo a definir os mapas finais de necessidades da totalidade das instituições do SNS.

<sup>3</sup> A Portaria n.º 87/2013 define as categorias de bens e serviços cujos procedimentos de aquisição são conduzidos pela SPMS, na qualidade de UMC, designadamente: Equipamento informático; Licenciamento de software; Serviços de consultadoria, desenvolvimento e manutenção de software; Cópia e impressão; Comunicações de voz e dados em local fixo; Serviço móvel terrestre e Plataforma eletrónica de contratação. O processo de aquisição centralizada inicia com a agregação de necessidades.

No que concerne a outras categorias de bens e serviços transversais (nomeadamente eletricidade, gás natural, combustíveis, higiene e limpeza, segurança, papel e economatos, entre outras), o processo é igual ao acima descrito.



#### **E. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2020 NO ÂMBITO DA COVID-19**

As compras públicas exigiram maior rapidez para reforçar os stocks de medicamentos, testes, equipamentos de proteção individual e equipamentos para unidades de cuidados intensivos, de forma a mitigar carências existentes nas unidades de saúde.

As atividades centrais, no contexto em apreço, compreenderam:

- As atividades centrais, no contexto em apreço, compreenderam: Constituição da reserva estratégica de equipamentos de proteção individual (EPI) e dispositivos médicos;
- Constituição da reserva estratégica de medicamentos;
- Aquisição de Ventiladores e outros Equipamentos para Unidades de Cuidados Intensivos;
- Cooperação com a Comissão Europeia para aquisição conjunta de equipamentos;
- Construção de mecanismos ágeis de gestão de informação quase em tempo real fundamentais para conhecer a realidade nacional, e, por conseguinte, tomada de decisões estratégicas devidamente planeadas e eficazes;
- Atividades relacionadas a monitorização e logística;
- Apoio nas aquisições efetuadas por Mecenas e destinadas a doações ao SNS.

O papel da SPMS não se limitou ao âmbito das aquisições, tendo dado também resposta em matéria de gestão, análise e agregação de informação oriundas de fontes diferentes, criando assim ferramentas de Business Intelligence para facilitar na uniformização, avaliação e tratamento dos dados.

No que se refere aos medicamentos e EPI's foram desenvolvidos 122 procedimentos, sob Contrato Mandato Administrativo do INSA – Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA) e da DGS, tendo sido contactados mais de 290 fornecedores.

No que concerne à aquisição de ventiladores e outros equipamentos para as Unidades de Cuidados Intensivos para utilização pelas instituições de Saúde, tendo a SPMS sido mandatada pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP, foram efetuados contactos com 77 fornecedores, nacionais e internacionais, para a aquisição de equipamentos para unidades de cuidados intensivos, o que originou o desenvolvimento de 28 procedimentos.

Ainda na conjuntura de resposta à COVID-19, foram ainda desenvolvidos 6 procedimentos para aquisição de equipamento informático necessário para garantir a exequibilidade do teletrabalho.

#### **F. QUANTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA COVID-19**

No que respeita ao impacto da pandemia Covid19 no tocante às receitas e despesas, salientar que na receita não se avaliam existir impactos, porquanto a mesma é maioritariamente obtida por financiamento por via de transferência orçamental para os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas de informação do SNS e pelo Contrato-Programa celebrado com a ACSS, o qual registou um rácio de execução



em 2020 de 91%, revelando um bom nível de prestação de serviços junto do principal cliente da SPMS, mormente as demais atividades sob responsabilidade da SPMS, designadamente, as que derivaram da execução associadas à pandemia Covid19.

Quanto à realização de despesas, nos termos da Circular Série A, n.º 1398, de 8 de abril, da Direção-Geral do Orçamento, que tendo em vista a identificação das dotações e das despesas relacionadas com o combate ao coronavírus e a mitigação de efeitos da COVID-19, procedeu à criação de duas medidas às quais foram imputadas as dotações e despesas efetuadas neste âmbito, conforme seguidamente se detalha para a medida 095.

Fonte	Medida	Económica	Descrição	Dotações Corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas
319	016/095	01020104A001	Limpeza e higiene - Desp. Do Ano	8 000,00	6 846,00	6 813,00	6 794,55
319	016/095	01020121A001	Outros bens - Despesas do Ano	3 000,00	2 994,00	2 590,37	2 590,37
319	016/095	01020202A001	Limpeza E Higiene - Desp. Do Ano	57 900,00	57 810,00	33 179,70	33 179,70
319	016/095	01020217B0A1	Publicidade em Território Nacional - Desp. Do Ano	12 000,00	11 992,50	11 992,50	11 992,50
319	016/095	01020220E001	Outros Trabalhos Especializados - Desp. Do Ano	254 093,90	252 326,18	102 326,18	102 326,18
319	016/095	01020222H001	Outros Serviços De Saude - Desp. Do Ano	6 205 665,00	6 205 664,54	3 161 414,83	3 161 414,83
319	016/095	01070115B0A1	Outros Investimentos - Despesa do Ano	13 776,00	13 776,00	8 656,79	8 656,79
511	016/095	01020214A001	EPCC - Serviços de natureza informática - Desp. Do Ano	100 000,00	99 502,08	99 502,08	99 502,08
511	016/095	01020219B001	AT Software Informático - Desp. Do Ano	25 000,00	24 577,86	21 721,61	21 721,61
511	016/095	01020220A0A1	Desenvolvimento de software - Desp. Do Ano	1 214 570,00	1 213 786,24	1 213 773,10	1 164 599,67
511	016/095	01020220A0C1	Outros serviços de natureza informática - Desp. Do Ano	575 750,00	574 840,82	574 840,82	574 840,82
511	016/095	01020220E001	Outros Trabalhos Especializados - Desp. Do Ano	137 700,00	136 955,93	136 955,93	136 955,93
511	016/095	01070110B0B1	Equipamento básico - Desp. Do Ano	545 810,00	545 057,02	545 057,02	545 057,02
513	016/095	01020111A001	Material de consumo clínico - Desp. Do Ano	45 100,00	45 024,03	44 887,65	44 887,65
513	016/095	01020202A001	Limpeza E Higiene - Desp. Do Ano	18 450,00	18 450,00	10 648,67	10 648,67
513	016/095	01020214A001	EPCC - Serviços de natureza informática - Desp. Do Ano	99 510,00	0,00	0,00	0,00
513	016/095	01020219B001	AT Software Informático - Desp. Do Ano	24 600,00	0,00	0,00	0,00
513	016/095	01020220A0A1	Desenvolvimento de software - Desp. Do Ano	781 730,00	497 502,03	497 502,03	497 502,03
513	016/095	01020220A0C1	Outros serviços de natureza informática - Desp. Do Ano	476 800,00	301 896,01	292 281,57	275 233,77
513	016/095	01020220E001	Outros Trabalhos Especializados - Desp. Do Ano	430 300,00	339 470,00	294 413,65	294 413,65
513	016/095	01070110B0B1	Equipamento básico - Desp. Do Ano	92 300,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total Geral</b>				<b>11 122 054,90</b>	<b>10 348 471,24</b>	<b>7 058 557,50</b>	<b>6 992 317,82</b>

Os principais procedimentos referentes à Medida 095, foram os seguintes:

Processo	Descrição	Valor
20200306	Serv Exploração Centro Contacto SNS CCSNS	1 713 640,97 €
20200362	Serv para Exploração Centro Contacto do SNS	1 447 773,86 €
20200218	Aq Infraestrutura Reforço de Sist. Covid19 (PRESI)	415 908,62 €
20200282	Serv Desenv Plataforma Trace Covid19	344 400,00 €
20200376	Serv Desenv Manut SINAVE Covid19	221 400,00 €
20200367	Serv Desenv Manut Sistema de BI SINAVE COVID19	221 400,00 €
20200198	Serv Operação Suprir Nec Contexto Epid COVID19	214 310,60 €
20200216	Serv Desenv Plataforma TRACE COVID19	181 843,20 €
20200248	Serv Redundância Infraestrutura Covid19	153 750,00 €
20200328	Serv Aconselhamento Psicólogos - Ref SNS24 COVID19	99 943,65 €
20200224	Serv Manut Infraestrutura Covid19	90 921,60 €
20200377	Serv Desenv Op Plataf Interoperabilidade Covid19	80 887,26 €
20200217	Serv Desenv Sistema Inf SONHO Covid19	77 932,80 €
20200222	Serv Desenvolvimento do BI Hospitalar Covid19	68 191,20 €
<b>Total</b>		<b>5 332 303,76 €</b>

Foram assim criadas pela referida Circular a Medida 095 – “Contingência COVID 2019 - prevenção, contenção, mitigação e tratamento”, destinada às despesas diretamente decorrentes, no domínio da prevenção, contenção, mitigação e tratamento da infeção epidemiológica, que registou uma execução de 7M€, e a Medida 096 – “Contingência COVID 2019 – garantir normalidade”, destinada às despesas

indiretamente decorrentes dos constrangimentos causados pela pandemia e que se relacionem com a reposição da normalidade administrativa do funcionamento das instituições, que não teve processos imputados neste âmbito.

#### G. OUTRAS COMPETÊNCIAS

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que aprovou a **Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 – ENCPE 2020**, visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços. Através do Despacho n.º 2568/2017, de 28 de março, foi criado o Grupo de Trabalho de acompanhamento e monitorização da implementação da ENCPE 2020 (GAM ENCPE), o qual integra um representante da SPMS.

Nesta área, durante o ano de 2020, a UMC desempenhou o papel de coordenação técnica de dois grupos de trabalho, responsáveis pela elaboração de manuais com os critérios de contratação pública ecológica no âmbito da ENCPE 2020, relativos aos bens e serviços prioritários de produtos e serviços de limpeza e produtos e serviços têxteis.

Paralelamente, a SPMS tem atribuições no âmbito da Aquisição e Gestão Centralizada e Partilha de Frota do Ministério da Saúde (GPFMS), regulamento aprovado através do Despacho n.º 5865/2017 de 4 de julho, onde consta a centralização de um conjunto de serviços de gestão da frota para potenciar uma maior eficiência e racionalidade.

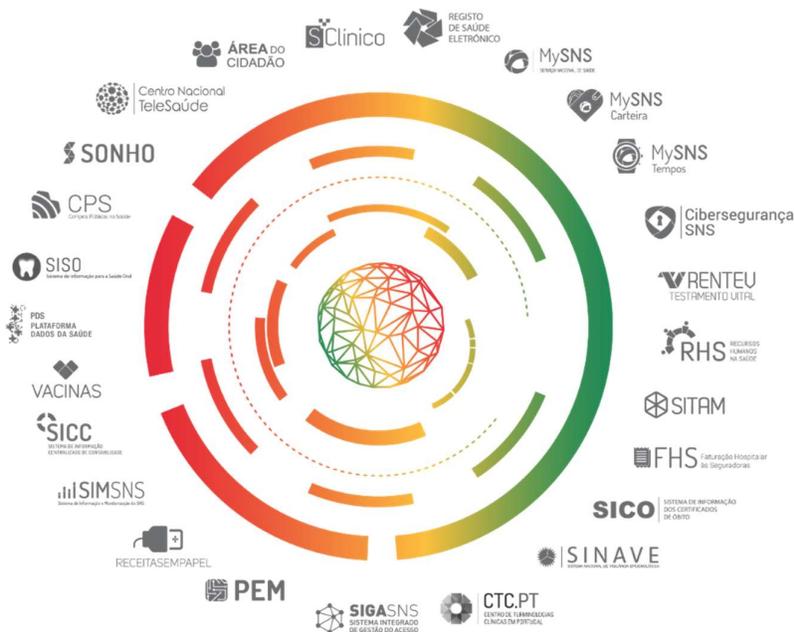


## 1.8 SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Os serviços prestados pelas três secções da Direção de Sistemas de Informação da SPMS, mais representativos compreendem os seguintes âmbitos:

### A. SUPORTE, MANUTENÇÃO APLICACIONAL CORRETIVA E EVOLUTIVA E MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

Neste âmbito destacam-se alguns serviços/produtos do portefólio da SPMS, conforme figura abaixo:



Os serviços mais representativos prestados são:

- Os serviços prestados na área de exploração, manutenção e suporte do datacenter e infraestruturas centrais TIC do MS;
- Os serviços transversais na área da administração de sistemas - licenciamento, suporte, configuração e operacionalização: office365, proxy; dns; file server; ad; correio eletrónico e acessos à internet;
- Os serviços transversais na área da operação, manutenção e configuração de infraestruturas locais de suporte aos produtos de SW;
- Os serviços de ativação, manutenção e suporte de produtos de SW disponibilizados aos profissionais e instituições prestadoras de cuidados de saúde, de âmbito clínico, financeiro e administrativo;
- Os serviços de ativação, manutenção, suporte e exploração de produtos de SW disponibilizados às instituições regionais e centrais do ministério da saúde, de âmbito financeiro e de gestão;



- Os serviços prestados na área da cibersegurança e compliance legal (para apoio transversal no âmbito das políticas de privacidade e segurança e prática de auditorias, de forma a monitorizar e apoiar o cumprimento do RGPD);
- Os serviços prestados na área da arquitetura de sistemas de informação e da engenharia de software;
- Os serviços prestados na área da gestão de serviço e suporte aplicacional;
- Os serviços prestados no desenho, operação e manutenção de projetos de interoperabilidade (semântica e técnica);

**B. MANUTENÇÃO E EVOLUÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE QUE PERMITE A COMUNICAÇÃO SEGURA EM TODO O SNS**

**C. PLANEAMENTO ESTRATÉGICO, COORDENAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PROMOÇÃO DE NORMAS, METODOLOGIAS E REQUISITOS QUE GARANTAM A INTEROPERABILIDADE E INTERCONEXÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA SAÚDE, ENTRE SI E COM OS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TRANSVERSAIS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Neste contexto, a SPMS tem prestado um serviço baseado na gestão centralizada do ecossistema tecnológico que dispõe, que promove a criação de uma massa crítica considerável na utilização comum de recursos tecnológicos e atenua dependências externas, permitindo a internalização das competências core da rede de dados da saúde e o desenvolvimento de outras competências transversais na área tecnológica.

**D. CENTRALIZAÇÃO DE INCIDENTES DE CIBERSEGURANÇA DO SNS E DO MS; CONTINUAÇÃO E MELHORIA DAS DIVULGAÇÕES, APOIO E CONTROLO AO NÍVEL DE POLÍTICAS, NORMAS E PROCESSOS DE SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO E CIBERSEGURANÇA, JUNTO DAS ENTIDADES DO SNS; PROMOÇÃO DE FORMAÇÃO, TREINO E AWARENESS EM RELAÇÃO A TEMAS DE CIBERSEGURANÇA, PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS**

**E. PARA ALÉM DA ATUAÇÃO EM TERRITÓRIO NACIONAL, A SPMS PARTICIPA EM DIVERSOS PROJETOS DE ÍNDOLE INTERNACIONAL, NOMEADAMENTE NO QUE RESPEITA AOS REGISTOS CLÍNICOS ELETRÓNICOS E UNIFORMIZAÇÃO DE TERMINOLOGIA CLÍNICA, STANDARDS E INTEROPERABILIDADE, SEMÂNTICA E AINDA COLABORAÇÃO COM A COMISSÃO EUROPEIA EM VÁRIOS GRUPOS DE TRABALHO (EXEMPLO SUBGRUPO PARA MHEALTH), BEM COMO ASSIM FOI ESCOLHIDA COMO COORDENADOR PARA A NOVA JOINT ACTION FOR EHEALTH 2018-2021**

**F. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DA RESPOSTA À COVID-19**

A pandemia do COVID-19, impulsionou as seguintes atividades e iniciativas no âmbito das TIC:

- i. o desenvolvimento da solução Trace-COVID-19, que constitui uma solução desenhada especificamente para a COVID-19 no sentido de dar suporte à monitorização e acompanhamento do ciclo de vigilância dos utentes para COVID 19 que permite suportar os profissionais dos Cuidados de Saúde Primários a realizarem registo de informação e realização de vigilância epidemiológica e de vigilância clínica;
- ii. a adaptação da ferramenta BI Hospitalar, uma ferramenta de *Business Intelligence* para reporte e monitorização da ocupação de camas nas Instituições de Saúde, consolidando a visão transversal da capacidade do SNS para internamentos;



- iii. o desenvolvimento de melhorias para disponibilizar nos Certificados de Incapacidade Temporária, a indicação de Baixa por Suspeita de COVID-19 ou com Infeção por COVID-19;
- iv. a integração semântica dos códigos de diagnóstico e tratamento da COVID-19 nos sistemas clínicos;
- v. a parametrização de profissionais de saúde ao nível da PEM Privados para garantir a continuidade da Prescrição Eletrónica de Medicamentos;
- vi. o suporte aos Profissionais de Saúde para emissão de Receitas Sem Papel Totalmente Desmaterializadas;
- vii. o suporte no registo da PEM Móvel e parametrização da CMD para acesso à PEM Móvel;
- viii. a melhoria de ferramentas de Apoio aos Médicos de Saúde Pública, como o SINAVE (Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica);
- ix. as alterações de Sistemas Clínicos ao nível dos Cuidados de Saúde Primários e Cuidados de Saúde Hospitalares;
- x. a disponibilização do Portal COVID-19 e do Portal Saúde Mental, bem como atualização dos conteúdos do site SNS 24 (atualização dos conteúdos de acordo com a norma da DGS; atualização das áreas de transmissão comunitárias ativas, na triagem telefónica e no Symptom Checker do SNS 24);
- xi. a disponibilização de WebApp Multi-Profissional de Suporte à atividade COVID-19, para médicos, psicólogos, farmacêuticos e enfermeiros;
- xii. o desenvolvimento do SIGA para referenciação desmaterializada de utentes, entre instituições prestadoras de cuidados de saúde;
- xiii. o reforço e reestruturação de um conjunto alargado de sistemas, implementando novas Infraestruturas e arquiteturas, por forma a garantir a disponibilidade e funcionalidade dos sistemas perante esta altura crítica;
- xiv. a disponibilização de um conjunto de ferramentas adicionais para garantir que os profissionais da saúde tivessem todas as ferramentas necessárias para executar o seu trabalho (por ex. o Teams, que permite o trabalho remoto e em conjunto de diversos profissionais. Neste momento temos ativos cerca de 30000 utilizadores a utilizar este tipo de ferramentas colaborativas de trabalho remoto.



## 1.9 COMUNICAÇÃO

---

Pela Comunicação e Relações-Públicas, a SPMS presta um serviço que contempla três áreas de atuação: **Comunicação Interna, Comunicação Externa e Serviços Partilhados de Comunicação para o Ministério da Saúde.**

Em todos os segmentos, desempenha um papel relevante que integra a oferta da SPMS, designadamente na produção de conteúdos para diferentes canais, no desenvolvimento de diversos suportes gráficos, multimédia, manuais, *flyers*, planos e campanhas comunicacionais, entre outros produtos e serviços.

Inerente à área da Comunicação Externa, a área de **Assessoria de Imprensa** assegura funções essenciais à organização, nomeadamente na relação com os media e na apresentação e consolidação de informações pertinentes de interesse institucional. Relativamente à vertente de Relações Públicas e Protocolo garantem o relacionamento institucional com entidades externas, bem como a representação e acompanhamento dos processos relativos à participação da SPMS em iniciativas diversas, entre as quais, conferências, *webinars* e eventos.

Assim, nas áreas de atuação é importante realçar:

- **Comunicação Interna** - engloba ações direcionadas ao público interno, com o objetivo de informar, simplificar, organizar e otimizar as relações no ambiente de trabalho, recorrendo a plataformas digitais audiovisuais e boletins/newsletters;
- **Comunicação Externa** - tem como prioridade divulgar a atividade desenvolvida pela SPMS nas suas diferentes áreas de competências, através de plataformas e canais distintos, tendo como denominador comum a transparência e a capacidade de adequação da linguagem, aliadas a uma imagem apelativa e coerente, de modo a tornar a comunicação mais eficaz, eficiente e clara para os diversos públicos-alvo: cidadãos, profissionais e entidades de saúde.

A **assessoria de imprensa** tem assumido um papel relevante no contexto da pandemia, assegurando o relacionamento com os media e esclarecendo questões subjacentes a todas as áreas de intervenção da SPMS.

- **Serviços Partilhados de Comunicação para o Ministério da Saúde** - contemplam um conjunto de atividades como a organização de eventos, a gestão diária do Portal do SNS, o alinhamento diário das redes sociais do SNS (Facebook, Twitter, Instagram), que abrange o desenvolvimento de gráficos, infografias e imagens, entre outras solicitações.

O *modus operandi* deste serviço envolve uma relação direta com as entidades do SNS manifestantes da necessidade do serviço, por forma a ser levantada uma análise adequada e alinhada às especificidades de cada iniciativa, cumprindo o objetivo de um maior envolvimento do público-alvo a atingir.

Neste âmbito, a estratégia comunicacional assenta num modelo de rigor e de transparência informativa e a oferta da SPMS cumpre, ainda, um trajeto de promoção da literacia digital em saúde, procurando descomplicar a informação mais complexa sobre o digital, com um apelo evidente para a ação, sobretudo em questões de saúde pública.

No atual contexto da pandemia, foram desenvolvidas diversas iniciativas, designadamente a criação dos websites Covid19.min-saude.pt e Saudemental.covid19.min-saude.pt e respetiva gestão de conteúdos. Simultaneamente, a DCRP prestou apoio na preparação de *webinars* relativos aos produtos e serviços da SPMS, nomeadamente a RSE Live, o SINAVE, entre outros.

## 1.10 TELESSAÚDE

---

Na esfera da Telessaúde, a oferta da SPMS materializa-se em duas estruturas, nomeadamente:

### A. CENTRO DE CONTACTO DO SNS (SNS 24)

Ao longo do seu percurso o SNS24 tem vindo a permitir ampliar e melhorar a acessibilidade aos serviços de saúde e racionalizar os recursos existentes, materiais e humanos, disciplinando a orientação dos utentes no acesso aos serviços. O SNS24 contribui também para a eficácia e eficiência do setor público da saúde, através do encaminhamento apropriado dos utentes, seja para as instituições mais adequadas à prestação de cuidados de saúde, seja para a adoção de autocuidados (Despacho n.º 3066/2016; Resolução de Conselho de Ministros n.º 40/2016, de 12 de agosto de 2016; Decreto-Lei n.º 69/2017 – Diário da República n.º115/2017).

O ano de 2020 foi um ano de viragem na história do SNS24. Ao longo do ano foi necessário intervir e robustecer várias áreas: tecnológica, infraestruturas, recursos humanos. Foram ainda desenvolvidas novas funcionalidades decorrentes dos normativos legais publicados no âmbito da Pandemia, por exemplo a requisição automatizada de teste SARS COV-2 decorrente de algoritmo clínico (Despacho n.º 10496/2020) e as declarações provisórias de isolamento profilático (Decreto-Lei n.º 94-A/2020).

A pressão sobre o SNS 24 foi constante, tendo sido atendidas 3 vezes mais chamadas do que no anterior: 4.699.904 chamadas atendidas em 2020 face a 1.499.134 em 2019.

Para além do crescimento no canal telefónico, a COVID-19 também reforçou o papel do canal digital como um canal informativo, tendo o número de utilizadores do site SNS 24 ultrapassado os 7,5 (7 566 201) milhões de utilizadores ao longo de 2020, representando um crescimento superior a 419% face ao período homólogo (período homólogo: 1 455 792).

De seguida apresentam-se os diferentes serviços que se organizam em clínicos e não clínicos:

### SERVIÇOS CLÍNICOS

Os serviços clínicos englobam os serviços de Triagem, Aconselhamento e Encaminhamento (TAE) em situação de doença aguda geral, em situação de doença oncológica em tratamento e de pré-triagem através do Avaliar Sintomas. Incluem ainda os serviços de aconselhamento sobre medicação (não sujeita a receita médica), telecuidados, serviços informativos clínicos e de Saúde Pública, bem como o serviço de aconselhamento psicológico.



**a. TRIAGEM, ACONSELHAMENTO E ENCAMINHAMENTO**

**i. DOENÇA AGUDA NÃO EMERGENTE<sup>4</sup>**

Neste serviço é realizada uma avaliação do nível de risco clínico das situações reportadas pelo utente, sendo o mesmo aconselhado e, caso se verifique necessário, encaminhado para a estrutura de cuidados de saúde do SNS mais apropriada à sua condição ou orientado para uma gestão via autocuidados.

**ii. DOENÇA ONCOLÓGICA EM TRATAMENTO**

Trata-se de um serviço de TAE para doentes oncológicos em tratamento de quimioterapia/imunoterapia com o objetivo de melhorar qualidade do acompanhamento e a segurança clínica destes doentes, diminuindo as idas desnecessárias aos serviços de urgência hospitalares

Este serviço tem como finalidade triar, aconselhar e, se necessário, encaminhar os utentes oncológicos em tratamento para os serviços de saúde mais adequados.

**iii. AVALIAR SINTOMAS**

O Avaliar Sintomas é um serviço atualmente disponível apenas no canal digital que permite ao utente fazer uma avaliação dos seus sintomas, ou de outra pessoa, obtendo informações e conselhos adequados a um problema de saúde não emergente. Assenta em algoritmos clínicos específicos desenvolvidos para o efeito com vista a manter o rigor e a segurança clínica, bem como a coerência com a triagem telefónica do SNS 24.

**b. ACONSELHAMENTO SOBRE MEDICAÇÃO**

O Serviço de Aconselhamento sobre Medicação é um serviço de atendimento de contactos de teor clínico que disponibiliza o acesso a informação geral relativa a medicamentos não sujeitos a receita médica, não consubstanciando um ato de prescrição médica.

**c. REFERENCIAÇÃO EM CASO DE TESTE REATIVO PARA VIH, VHB E VHC (AUTOTESTE NO DOMICÍLIO OU TEST POINT OF CARE EM FARMÁCIA)**

Referenciação em caso de teste reativo para VIH, VHB e VHC (autoteste no domicílio ou test point of care em farmácia) – trata-se um serviço inovador tanto a nível nacional como internacional, decorrendo da Circular Normativa Conjunta de 30 de abril de 2018 (entre a DGS, a ACSS I.P., o Infarmed I.P., INSA I.P. e SPMS E.P.E.). Ainda que a referenciação seja um ato administrativo, devido à sensibilidade do tema e eventuais dúvidas e questões associadas que o utente poderá apresentar este serviço é realizado por enfermeiros.

---

<sup>4</sup> O serviço assenta em algoritmos clínicos da responsabilidade da DGS, tendo sido transferido para a SPMS de acordo com o Decreto-Lei n.º 69/2017, de 16 de junho.

**d. TELECUIDADOS**

O serviço de Telecuidados é realizado em outbound, por enfermeiros qualificados, que ocorre em horário definido com o utente e de acordo com o programa de intervenção definido no projeto em causa.

**e. INFORMATIVOS CLÍNICOS E DE SAÚDE PÚBLICA**

Estes serviços destinam-se ao esclarecimento de dúvidas apresentadas pelo utente, tanto no âmbito de temas de saúde gerais, como de Saúde Pública, estando disponíveis 24h/7 e sendo prestados por enfermeiros.

O serviço informativo de Saúde Pública, internalizado no SNS 24 em junho de 2018, presta informações gerais em matéria de saúde pública, nomeadamente sobre prevenção de doenças transmissíveis, estilos de vida e alimentação saudáveis, entre outras.

**f. SERVIÇO DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO**

No âmbito da Pandemia Covid-19, foi desenvolvido um serviço de aconselhamento psicológico telefónico dirigido a cidadãos e profissionais de saúde. Este serviço teve como propósito a melhoria da saúde mental da população em articulação com os cuidados de saúde presenciais a nível local e regional, através da prestação de cuidados, prevenção de intercorrências e promoção de estratégias saudáveis.

Para a implementação deste serviço a SPMS contou com a colaboração da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) e da Fundação Calouste Gulbenkian (FCG). Atualmente o serviço está integrado na carteira de serviços do SNS 24.

O serviço encontra-se acessível 24h/7 assegurando a avaliação e aconselhamento psicológico a utentes e profissionais de saúde em situação de crise psicológica. O serviço lançado a 1 de abril de 2020.

 **SERVIÇOS INFORMATIVOS NÃO CLÍNICOS**

Estes serviços estão disponíveis entre as 8h e as 22h para contactos de teor não clínico, possibilitando o acesso rápido e fácil a informação geral do SNS, incluindo informação sobre entidades centrais, regionais e locais do Ministério da Saúde.

Podem ainda ser prestados ao utente outros esclarecimentos relacionados com o SNS, por exemplo sobre os serviços disponíveis online através do RSE | Área do Cidadão, incluindo a sua navegação e utilização.

 **SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS**

Igualmente disponíveis entre as 8h e as 22h, estes serviços distinguem-se dos anteriores por implicarem o acesso, consulta e registo da informação administrativa do utente. São também disponibilizados no canal digital do SNS 24, através do acesso ao RSE | Área do Cidadão.

Atualmente estão implementados os seguintes serviços:

- i. Submissão de requerimentos de isenção de taxas moderadoras por insuficiência económica;



- ii. Campanha *outbound* de Vale Cirurgia onde são contactados utentes com Nota de Transferência/Vale Cirurgia (NT/VC);
- iii. Marcação de consultas nos CSP.

#### SERVIÇO DE INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA GESTUAL PORTUGUESA

O SNS 24 passou a disponibilizar uma nova forma de acesso para cidadãos surdos. Através do site do SNS24 - [www.sns24.gov.pt](http://www.sns24.gov.pt) - é disponibilizada uma plataforma que permite estabelecer o contacto à distância, através de videochamada, entre o cidadão surdo e um intérprete de Língua Gestual Portuguesa.

Desta forma o SNS 24 passa a garantir, através de interprete de Língua Gestual Portuguesa:

1. A mediação da comunicação entre o cidadão surdo e os profissionais que realizam o atendimento no SNS 24;
2. A mediação da comunicação entre o cidadão surdo e os profissionais de saúde que se encontrem a prestar cuidados presenciais.

Este novo serviço é complementar ao webchat já existente, permitindo que o cidadão surdo possa optar pelo meio de acesso que mais se adequa a si.

Este serviço está atualmente integrado na carteira de serviços do SNS24, tendo tido no seu início o apoio da Federação Portuguesa de Associações de Surdos e do Instituto Nacional de Reabilitação.

O serviço foi lançado a 24 de abril de 2020.

#### PORTAL DO SNS24

O Portal do SNS24 compreende um agregador de conteúdos dos diferentes temas de saúde via canal digital, disponível a partir do site <https://www.sns24.gov.pt/>. Na atual conjuntura, destaca-se a disponibilização de conteúdos da COVID-19 que pretendem informar o Cidadão sobre temas cujo conhecimento tem sido necessário nas diferentes fases que se têm vivido, nomeadamente informação sobre as medidas impostas pelo Estado de Emergência, Situação de Calamidade e de Alerta, e demais medidas preventivas, boas práticas de proteção individual, regras e comportamentos a adotar neste período.

#### **B. CENTRO NACIONAL DE TELESSAÚDE (CNTS)**

Pelo CNTS, a SPMS presta um serviço de promoção do uso das TIC como parte integrante dos processos de reforma do SNS. Este serviço, inscrito no pensamento orientado à inovação, foca-se na promoção de sinergias através de uma rede inclusiva de parceiros para aproximar o Cidadão à sua saúde. Através desta área de coordenação, regulação e prestação de serviços, o CNTS visa:

-  Contribuir para estratégia nacional de promoção da Telessaúde;



- Estimular a investigação na procura de soluções que constituam uma proposta de valor inovadora através da Telessaúde;
- Contribuir para a criação de novos modelos de prestação de cuidados de saúde alavancados pelas TIC e que aportem valor acrescentado ao cidadão e ao sistema;
- Desenvolver o Centro de Contacto SNS24 como um elo na integração de cuidados e de proximidade do cidadão ao SNS.

Cientes da abrangência do conceito da Telessaúde, o Centro Nacional de TeleSaúde apresentou, no final de 2019, um Plano Estratégico Nacional para a Telessaúde 2019-2022 (PENTS 19-22) que desenha um caminho através dos eixos estratégicos de desenvolvimento da Telessaúde e das medidas e atividades propostas. Não obstante, à luz das aprendizagens e novas necessidades suscitadas pela atual conjuntura, tornou-se premente visitar o PENTS, para refletir as boas práticas no âmbito da Telessaúde criadas durante a COVID-19.

Ao longo do primeiro semestre de 2020, o CNTS focou a sua atividade na implementação do serviço da Teleconsulta em tempo real pela RSE Live através de diversas tipologias de ações como: a distribuição de 883 Kits de Telessaúde, a produção de recursos para apoiar a divulgação e utilização da aplicação RSE Live, realização de ações de formação para profissionais de saúde. A teleconsulta pode ser realizada entre Médico com o Utente e entre Médicos em todo o SNS.

Desta forma, foi possível realizar a primeira teleconsulta entre Médico e um Utente, a 17 de abril no Hospital de Ovar, numa fase em que Ovar se encontrava em cerca sanitária, durante o Estado de Emergência. A 4 de maio, a CTNS terminava a implementação nos 92 Hospitais, incluindo o Hospital da Horta nos Açores, seguindo-se a ativação nas unidades dos CSP que terminou a 14 de agosto. Durante os meses de maio e junho, o CNTS dinamizou ainda dois webinars que tiveram a participação de cerca de 1.200 profissionais de saúde, através dos quais foi possível divulgar conhecimento e reconhecimento das mais-valias na realização de Teleconsultas pela RSE Live.

Assumindo uma enorme potencialidade no atual contexto da COVID-19, ao permitir assegurar a retoma da atividade diretamente com os utentes, intra e inter-hospitalar, na primeira quinzena de agosto de 2020 finalizou-se a implementação do serviço de Teleconsulta nos Cuidados de Saúde Primários (CSP), ativando-se a versão mobile pela MySNS Carteira, e reforçando a divulgação pelas unidades de Cuidados de Saúde Hospitalar (CSH) e CSP, criando cursos *de eLearning* para Profissionais de Saúde e monitorização da atividade.

De ressaltar que, no primeiro semestre de 2020, verificou-se um aumento de 40% nas teleconsultas face ao período homólogo em todo o SNS.

Em dezembro de 2020, foram inaugurados os primeiros Balcões SNS24 na zona Norte, como forma de garantir mais acesso aos serviços de saúde digitais e de telessaúde, promover a literacia digital, dinamizar e divulgar os canais digitais do SNS e criar acesso a segmentos em risco de exclusão. Durante o ano 2021, prevê-se a expansão a nível nacional.

Durante o primeiro semestre de 2020, iniciou-se o desenvolvimento de atividades complementares para a resposta à COVID-19, que permitam veicular outros meios de implementação e concretização da Telessaúde sobretudo em 2020-2021, nomeadamente:



- Desenho e suporte a iniciativas de Telessaúde nomeadamente nas áreas da telemonitorização e telereabilitação;
- Definição de serviços de saúde digitais integrados para o SNS;
- Monitorização do serviço de teleconsulta em tempo real pela RSE Live no SNS;
- Promoção e dinamização da rede nacional de Telessaúde, constituída por coordenadores regionais de Telessaúde nomeados pelas ARS e pelos promotores internos de Telessaúde nomeados pelas instituições dos cuidados de saúde hospitalares e dos cuidados de saúde primários.
- Revisão do PENTS e conceção de propostas dos Planos Operacionais 2021-2022.

### 1.11 CONFERÊNCIA E ANÁLISE DA DESPESA COM AS COMPARTICIPAÇÕES DO SNS

---

Este serviço, materializado pelo Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde (CCMSNS), enquanto centro único de validação e conferência de faturação a nível nacional, presta como serviço a gestão de todas as atividades relacionadas com o processamento de faturas, desde a receção dos ficheiros e documentos de prescrição e prestação até ao correto apuramento dos valores devidos pelo SNS aos vários prestadores convencionados. Atualmente confere a faturação de Medicamentos, Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, Cuidados Continuados, Cuidados de Diálise, Tratamentos Termiais, Cuidados Respiratórios Domiciliários e mais recentemente Cuidados de Saúde Oral.

A atividade do Centro é estratégica para a melhoria da eficiência do SNS e para a gestão da despesa pública com cuidados de saúde, bem como para o cumprimento de obrigações legais do Estado, designadamente as relacionadas com a proteção de dados sensíveis dos utentes ou com a observância de regras de faturação e de normalização contabilística<sup>5</sup>.

Durante o ano de 2020 foi dada continuidade ao objetivo de desmaterialização, tendo-se alcançado uma taxa de desmaterialização da conferência, na ordem dos 84% por cento. Existem iniciativas em curso para o reforço da desmaterialização dos processos de conferência através do alargamento das áreas com fatura eletrónica, interação desmaterializada com os prestadores e simplificação dos processos de conferência.

Em novembro de 2020 foi integrada no CCM uma nova área de conferência, Cuidados de Saúde Oral, que se consubstancia na conferência dos cheques dentista.

Conclui-se a primeira fase, avaliação do contexto externo, de um projeto a três anos, no âmbito de uma candidatura SAMA aprovada, que visa o reforço dos controlos, em tempo real, da conferência da despesa, com vista à consolidação dos mecanismos de controlo do abuso e desperdício.

Relativamente ao processo de conferência introduziram-se controlos adicionais ao nível da aplicação das regras de negócio.

O CCM desenvolveu ainda uma nova área reservada para as Entidades com que se relaciona, numa tecnologia mais recente, que permitirá um melhor acompanhamento do processo de apuramento de valores feito no CCM.

De 2019 para 2020 em termos globais regista-se um aumento de 2%, 41 milhões de euros, na despesa conferida do CCM, excluindo a nova área de Cuidados Saúde Oral. Regista-se, contudo, um aumento de 46 milhões de euros na despesa de medicamentos e uma diminuição de 40 milhões de euros na despesa de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, apesar do acréscimo de 80 milhões de euros relativo ao exame do Covid-19. A pandemia provocada pelo covid-19 e os diversos confinamentos reduziram acentuadamente o número de exames realizados em 2020, alterando também o consumo de medicamentos.

---

<sup>5</sup> Conforme previsto no [Decreto-Lei n.º 38/2018, de 11 de junho](#).

Em 2020, no âmbito da prevenção da fraude e exploração de informação, foram disponibilizados à IGAS os relatórios mensais de monitorização da despesa em 5 áreas de conferência, e foram realizados 13 relatórios em resposta a pedidos de entidades inspetivas/judiciais e 10 relatórios em análises de indícios de fraude ou desperdício.

### 1.12 ACADEMIA SPMS

---

A Academia de formação da SPMS (Academia SPMS) assume-se como um serviço de formação de referência no setor da saúde, fomentando as melhores práticas de gestão do conhecimento, qualidade e inovação.

Assim, para além de assegurar um conjunto de atividades inerentes à formação dos colaboradores da SPMS, em cumprimento das disposições legais em matéria de formação profissional e de acordo com as políticas de valorização dos recursos humanos definidas pela empresa, a Academia SPMS promove também um conjunto de iniciativas com o objetivo de a valorização e a certificação das competências dos profissionais do SNS e organismos tutelados pelo Ministério da Saúde (MS), bem como de outras entidades quando executem atividades específicas da área da saúde.

Neste contexto, enquanto entidade formadora certificada pela Direção-Geral do Emprego e Relações e Relações de Trabalho (DGERT), a SPMS, através da Academia de Formação, desenvolve um conjunto de atividades formativas (presenciais e à distância), promovendo uma oferta integrada de formação profissional e serviços especializados de formação, de acordo com as necessidades identificadas.

Por outro lado, a Academia SPMS garante o funcionamento da **plataforma de ensino à distância** eStudo, desenvolvida pela SPMS, e assegura a sua disponibilização para as atividades da SPMS, bem como, para o desenvolvimento das atividades formativas das entidades do SNS e MS, ou outras entidades que se enquadrem no âmbito das suas atribuições.

Ao longo do ano de 2020, face aos desafios decorrentes da emergência de saúde pública de âmbito internacional decorrente da epidemia SARS-CoV-2, foi privilegiada pela Academia SPMS a realização de formação à distância, a fim de dar resposta, quer às necessidades já diagnosticadas, quer às necessidades emergentes do contexto acima referido.

Assim, em 2020, verificou-se volume de formação certificada de 13 905 horas, com um total de 1539 profissionais que concluíram com sucesso as ações de formação.

No que respeita à utilização da plataforma de ensino à distância da SPMS, foi registado um total de 31 991 horas de tempos online, com um total de 7283 utilizadores ativos.

Os resultados apurados provêm sobretudo da atividade formativa certificada realizada pela Academia no âmbito dos cursos que integram o seu catálogo de formação.

Foram também realizadas um conjunto de iniciativas formativas no âmbito da resposta à pandemia por COVID19, os *Webinars* e os *Workshops* sobre diversas temáticas.

No contexto da resposta à pandemia COVID19, no ano de 2020 destaca-se o conjunto de atividades desenvolvidas, essencialmente, através de cinco projetos de intervenção:



- **Projeto LAM2** – que envolveu os projetos formativos: «Atividade Linha de Apoio Médico (LAM)» e «Atividade Linha de Apoio Médico (LAM) – ABC»;
- **Projeto Telessaúde** – que envolveu o projeto formativo «Telessaúde: Sessão de Esclarecimento - Atividade na Linha de Apoio Médico», primariamente através da gestão dos turnos e posteriormente com a utilização da WebApp criada para o efeito;
- **Projeto TRACECOVID** – traduziu-se na criação de uma área reservada para médicos, a fim de possibilitar o esclarecimento de dúvidas através de uma sessão online;
- **Projeto INEM** – articulação da disponibilização dos profissionais médicos para integrarem a Linha de apoio médico do INEM por turnos e;
- **Projeto Psicólogos** – resposta a questões técnicas de acesso e encaminhamento para os responsáveis de questões Clínicas.

A Academia SPMS realizou com a Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (**APAH**) doze **Webinars**, com a participação de 305 profissionais da área da Saúde, e ainda com a Microsoft um conjunto de iniciativas que permitiram reforçar as competências dos profissionais de IT do SNS e MS.

Considerando os grandes constrangimentos que se verificaram neste período e os desafios que se têm colocado à organização e aos seus trabalhadores, foram perspetivadas ações para promover a motivação e o bem-estar dos colaboradores, bem como, a conciliação da vida pessoal e profissional.

Neste contexto, foi criado «**Digital Lab**», uma área com conteúdos online de *smart working*, *webinars*, *knowledge transfer sessions* e experiências digitais, que valorizam o capital humano, esclarecem, informam e apoiam todos os colaboradores que se encontram em teletrabalho.

Neste período, foram ainda iniciados os trabalhos de preparação e monitorização dos processos com a classificação dos documentos da gestão da atividade formativa e a realização de auditorias internas do SGQ, com o objetivo de certificação da academia pela NP EN ISO 9001:2015.



### 1.13 PRINCIPAIS CLIENTES

---

As atividades e serviços da SPMS são orientados, para satisfazer as necessidades do cidadão/utente e dos profissionais que trabalham nos cuidados de saúde, contribuindo para aumentar a eficácia e eficiência das instituições do Ministério da Saúde, em sentido lato, e do SNS, em sentido mais restrito.

Nos últimos anos, os clientes do SNS e os clientes externos têm vindo a aumentar e a diversificar--se. Para além da atuação em território nacional, a SPMS presta, ainda, serviços às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e participa em diversos projetos de índole internacional.

A recorrente atribuição de novas responsabilidades na área das compras, sistemas de informação e comunicação e imagem, proporcionou a expansão da prestação de serviços a novos clientes.

Os principais clientes da SPMS, em 2020, foram os seguintes:

CLIENTES
ACSS – ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE
DGS – DIREÇÃO GERAL DE SAÚDE
INCM – INSTITUTO NACIONAL DA CASA DA MOEDA
IA SAÚDE - INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



## 1.14 ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

Face aos atuais desafios no setor da saúde, torna-se premente a adaptação para um Sistema de Saúde mais eficiente, garantindo a sua sustentabilidade a longo prazo. Neste sentido, é uma preocupação da SPMS direcionar o seu pensamento estratégico a soluções que promovam a sustentabilidade económica, social e ambiental, interna e externa, da SPMS para o SNS, e do conjunto para a Sociedade.

### SUSTENTABILIDADE DO SNS ATRAVÉS DAS ÁREAS DE NEGÓCIO SPMS

#### A. NA ESFERA DAS COMPRAS PÚBLICAS

A SPMS, enquanto instrumento de racionalização e funcionando como a central de compras da Saúde do SNS, manterá em 2021 a sua estratégia de promoção da eficiência no contexto da Despesa Pública.

Nesta sequência, continuará a apostar no modelo de compras centralizadas, cujos resultados<sup>6</sup> refletem a evidente relevância e impacto nas compras da saúde, na geração de poupança, bem como na eficiência e criação de sinergias dentro do SNS.

À data de dezembro de 2020, atingiu-se um volume global de compras de bens e serviços de saúde a ascender os 914.6 milhões de euros e uma poupança na ordem dos 54 milhões de euros (face ao portefólio disponível do catálogo eletrónico de compras na saúde). No âmbito dos bens e serviços transversais registou-se um volume global de compras na ordem dos 153.8 milhões de euros e uma poupança na ordem de 18.4 milhões de euros. Na base do cálculo desta média de poupanças estão os 842 processos concluídos, em mais de 40 categorias distintas.

De recordar que, em 2019, atingiu-se um aumento significativo de compras na SPMS, com o volume global de compras a ascender aos 1.600 milhões de euros, o que representou um aumento de 10% face ao ano de 2018, onde se tinha registado um valor global na ordem dos 1.450 milhões de euros. Neste volume global de compras, que incluiu compras de bens e serviços de saúde e transversais, verificou-se também um aumento da poupança gerada para o Ministério da Saúde. Em 2019, a poupança atingiu 347.2 milhões de euros, que representam 18% de poupança face ao volume financeiro total aplicado neste ano.

O crescimento destes números deriva de fatores como:

-  O aumento da abrangência e das tipologias de compras realizadas ao abrigo de novos acordos-quadro;
-  O alargamento das categorias de compras agregadas pela SPMS;
-  A criação de instrumentos de agregação voluntária, que reúnem artigos sem obrigatoriedade de compra centralizada e cuja adesão alargada pelas entidades permitiu atingir quantidades elevadas na consulta ao mercado e consequentes poupanças acrescidas;
-  O crescimento da penetração de genéricos e biossimilares nas compras de medicamentos;

<sup>6</sup> Estes resultados são explorados em maior detalhe anualmente nos Relatórios de Aferição de Poupanças.



- Ao aumento no número de Instituições que recorreram à aquisição através dos processos de agregação centralizada pela SPMS, sendo realizadas compras para mais de 67 Instituições, incluindo as Administrações Regionais de Saúde.

Ainda no seguimento da atual trajetória para um modelo sustentável do ponto de vista económico, atendendo à Estratégia traçada para o triénio 2020-2022, em 2021 a SPMS continuará a desenvolver trabalhos nas esferas da:

- Ecologia orientada à sustentabilidade<sup>7</sup>, em linha com a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE 2020), assumindo-se a prossecução dos objetivos de sustentabilidade, através da inclusão de critérios ambientais nos contratos públicos;
- Desmaterialização de todo o circuito processual, que tem já vindo a ser uma aposta recorrente através da implementação de medidas sustentadas numa estratégia paperless para obtenção de ganhos de eficiência e de celeridade dos procedimentos internos e destes para os de mercado;
- Implementação de mecanismos de economia circular, que assentem na reorganização e diminuição do desperdício presente nas várias ramificações da Saúde, dando continuidade ao projeto de otimização dos serviços existentes (a nível ecológico e económico) através de instrumentos de compras como os Acordos-Quadro e Sistemas de Aquisição Dinâmicos;

Em 2021, permanecerá prioridade da SPMS a desburocratização, racionalização e a aceleração de processos de Compras Públicas, sendo o intuito da SPMS continuar a auscultar os seus clientes e *stakeholders*, numa base colaborativa.

## B. NA ESFERA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A SPMS, enquanto responsável pela manutenção do Sistema de Informação do SNS, assume a sua responsabilidade no pensamento estratégico que garanta a sustentabilidade do Sistema de Saúde. Pela estratégia definida para o próximo triénio, terá como áreas de foco a sustentabilidade orientada a práticas que promovam o suporte do sistema de saúde e a prestação de cuidados na melhoria de saúde da população, proporcionando uma melhoria na gestão dos serviços de saúde, facilitando o acesso à informação e serviços de saúde e a integração de cuidados, reduzindo as disparidades geográficas e socioeconómicas.

Nesta sequência, em 2021, a estratégia alinhar-se-á com o horizonte trienal em que se insere, devendo dar-se continuidade à trajetória já iniciada em prol de um compromisso que assenta na implementação de soluções com a melhor relação custo-efetividade. Estas soluções, cujo objetivo passa por garantir a otimização de processos de trabalho que acrescentem valor para o ecossistema (Instituições, Profissionais de Saúde, Utente/Cidadão), estarão alinhadas com as boas práticas do mercado e suportadas pela evolução das novas tecnologias, com vista a uma maior produtividade em todo o Sistema de Saúde, que deverá favorecer um compromisso entre a inovação e a sustentabilidade.

<sup>7</sup> SPMS desempenha atualmente uma posição de destaque no *Green Public Procurement*, enquanto agente catalisador de políticas *verdes*, aplicadas diariamente nos procedimentos aquisitivos desenvolvidos, os quais derivam em poupanças para o SNS, na melhoria da qualidade de produtos e serviços, em níveis mais elevados de sustentabilidade (melhor produto com menos dinheiro), melhor transparência, eficácia e eficiência, culminando na imagem do estado junto do contribuinte.



### C. NA ESFERA DA TELESSAÚDE

Considerando os inúmeros benefícios que a Telessaúde aporta, reconhece-se que o seu contributo é cada vez mais promissor para os cidadãos, profissionais e instituições de saúde e, por consequência, para o próprio SNS. As suas principais vantagens são:

- Contribuir para a organização dos cuidados de saúde de forma mais integrada, coordenada e articulada para desenvolver uma rede que aumente e facilite o acesso a centros excelência e à especialização médica por quem mais precisa, criando assim também uma maior equidade no SNS;
- Permitir uma monitorização contínua de saúde do utente, capacitando-o para uma gestão conjunta da sua doença com os profissionais, fora dos estabelecimentos de saúde, com a oportunidade de, através de intervenção mais atempada, evitar agudizações da sua doença, necessidade de cuidados de urgência ou de internamentos não programados, assim como, adaptar a periodicidade de consultas às necessidades do doente;
- Possibilitar a partilha de conhecimento e experiência dos profissionais de saúde, na gestão de casos acompanhados por ambos. Permite, também, identificar de forma mais adequada a necessidade de encaminhamento para outras especialidades. Contribui assim, para a diminuição das listas de espera e otimização da capacidade instalada por parte das instituições;
- Permitir o redesenho de processos intra e interinstitucionais por forma a aumentar a segurança, qualidade e eficiência do serviço prestado. Serve como exemplo a referenciação para a especialidade de dermatologia acompanhada de informação clínica escrita e em imagem. Permite uma triagem e consequente seriação dos doentes por prioridade clínica. Num subgrupo de casos ainda é possível responder em teleconsulta assíncrona, evitando a necessidade de deslocação do doente e, ao mesmo tempo, libertando tempos de consulta presencial.
- Aumentar a comodidade do cidadão, evitando deslocações por parte de doentes e cuidadores e consequente poupança de tempo, dinheiro e diminuição de absentismo.

Estes, e outros fatores, no ano 2021, representam um forte argumento para a SPMS continuar a apostar na generalização de serviços de Telessaúde, que já revelaram conduzir a uma melhoria significativa da qualidade, segurança e eficiência da prestação de cuidados de saúde; a um aumento da equidade no acesso, bem como da literacia em saúde e, consequentemente, na diminuição da morbilidade, no aumento da qualidade de vida; e, ainda, na garantia da sustentabilidade do SNS face ao inevitável aumento da procura e respetivos custos associados.

A SPMS continuará a entender a Telessaúde como princípio e não como suplemento, que as tecnologias de informação serão cada vez mais ferramentas poderosas para criar novas formas de prestação de cuidados de saúde, e que a digitalização da saúde deve contribuir para a mudança de como os profissionais de saúde se organizam em torno do doente e da sua família, permitindo que estes assumam um papel muito mais ativo na gestão da doença. A Telessaúde como princípio deverá ser o meio, que fazendo parte do *workflow* dos profissionais de saúde, aporta valor para o cidadão e para o sistema.

Assim, a Telessaúde deverá ajudar a inovar os modelos de prestação de cuidados de saúde fora das instituições, assim como a inovação terá de fortalecer a utilidade da Telessaúde como meio de apoio à



prestação de cuidados de saúde à escala nacional e de forma sustentável. Perspetiva-se para o ano 2021: um foco nos serviços de telemonitorização e telereabilitação, adoção generalizada da teleconsulta pela RSE Live e expansão dos Balcões SNS24.

A mobilidade e a portabilidade são princípios que a saúde deve acompanhar nas soluções de Telessaúde. A mobilidade dos cidadãos na sua vida pessoal ou profissional não deverá ser uma barreira no acesso aos cuidados de saúde (através de recursos informáticos), assim como também não deverá ser uma limitação para o exercício dos profissionais nos diferentes contextos onde atuam (por exemplo hospitalização domiciliária, telemonitorização, telereabilitação entre outros). A resposta à pandemia da Covid-19 foi o reconhecimento claro destes princípios que devem agora ser consolidados.

No seguimento do Plano Operacional definido para 2021-2022 a estratégia para a telessaúde assentará em 3 grandes linhas:

1. Atuação ampla e integrada sobre a Saúde Digital
2. Foco na adoção generalizada da telessaúde
3. Articulação com outras áreas e entidades

#### **D. NA ESFERA DA MONITORIZAÇÃO E CONTROLO DO SNS**

Na esfera da Monitorização e Controlo do SNS, materializado no Centro de Controlo e Monitorização do Serviço Nacional de Saúde da SPMS, é mantida uma supervisão atenta da despesa, com vista a um SNS mais eficiente. Em 2021, pretende o CCMSNS continuar a reforçar a eficácia e eficiência da operação, apostando:

- No aumento do nível de desmaterialização dos documentos processados na conferência de despesa;
- No alargamento do serviço de conferência de despesa a outras áreas do SNS;
- Na implementação de novas regras de conferência que permitam o cruzamento com fontes de dados complementares, de forma a aumentar controlos vigentes e a robustecer o processo de conferência e monitorização da despesa; e
- No reforço da interação com os stakeholders através de novos canais de comunicação. Consolidando a componente de *reporting*, visualização e disponibilização de informação, através da implementação de uma nova área reservada do portal, potenciando a desmaterialização e expandindo as funcionalidades através da implementação do conceito de “one stop shop” para os prestadores da área de medicamentos, meios complementares de diagnóstico e terapêutica, diálise, cuidados continuados integrados, cuidados respiratórios domiciliários, SICAD e tratamentos termais.

### E. NA ESFERA DA GESTÃO DA FRAUDE

Na área do combate à fraude, sendo a SPMS responsável pela manutenção do Sistema de Informação do SNS, pretende-se continuar a reforçar os mesmos de mecanismos antifraude com vista a dificultar ou dissuadir a ocorrência de fraude, contribuindo assim para a redução da despesa indevida do SNS.

Ainda na senda da otimização da utilização dos recursos do SNS, em 2021 pretende-se, em articulação com as restantes entidades do SNS, incrementar a transparência na monitorização da despesa, melhorar os mecanismos de deteção de fraude e desperdício e fomentar a prevenção, passando por:

- Desenvolver soluções de monitorização da despesa do SNS e criar alertar para indícios de risco de fraude;
- Aplicar e evoluir os modelos de avaliação de risco de Fraude no Setor da Saúde;
- Identificar medidas de prevenção e luta contra a Fraude e Desperdício e emitir recomendações para implementação de Controlos nos Sistemas de Informação da Saúde.

### ● VERTENTE ECONÓMICA

#### A. MODELO DE FINANCIAMENTO

Desde a sua criação que a SPMS tem vindo a evoluir nos contextos da sua atribuição e competências, que, por sua vez, fazem crescer a sua visão e missão no contexto em que se insere. No entanto, esta realidade tem vindo a ser desfavorecida no contexto do modelo de financiamento aplicado à SPMS para custear o seu *core business*, que se tem baseado, essencialmente, para além das transferências provenientes do Orçamento do Estado, na celebração de um Contrato-Programa com a ACSS, enquanto entidade responsável por assegurar a gestão dos recursos financeiros do SNS e em contratos de prestação de serviços com os demais clientes.

Mantém-se, à semelhança de anos anteriores, o desfasamento entre a tramitação necessária para estes instrumentos e a prestação de serviços a que respeitam, que é permanente e contínua, tal como se demonstra no quadro seguinte. O processo anual de aprovação do Contrato-Programa e homologação final tem sido marcado por delongas sucessivas, que acabam por obstaculizar seriamente a desejada tempestividade no acesso aos recursos financeiros daquele relevante instrumento de financiamento.

#### CRONOLOGIA DO CONTRATO-PROGRAMA

	Homologação do CP	Aviso no DRE	dias decorridos	NE da ACSS	dias decorridos	1ª fatura emitida	dias decorridos	1º recebimento	dias decorridos	dias decorridos desde a Homologação
<b>2016</b>	03/10/2016	03/11/2016	31	12/12/2016	39	20/12/2016	8	28/12/2016	8	86
<b>2017</b>	14/11/2017	15/12/2017	31	13/12/2017	-2	14/12/2017	1	29/12/2017	15	45
<b>2018</b>	27/09/2018	22/10/2018	25	06/12/2018	45	13/12/2018	7	15/10/2018 adiant. 25%		18
<b>2019</b>	05/08/2019	04/09/2019	30	04/09/2019	0	05/09/2019	1	18/09/2019	13	44
<b>2020</b>	18/11/2020	27/11/2020	9	03/12/2020	6	03/12/2020	0	11/12/2020	8	23
<b>2021</b>	(...)									



Efetivamente, uma execução mais eficaz do Contrato-Programa tem, necessariamente, de estar associada a uma acrescida capacitação financeira da SPMS, que passará, naturalmente, por ter acesso à receita do mesmo no início do ano económico e não no seu término, como evidencia o quadro anterior. Só assim será possível lançar em tempo (cumprindo com a tramitação exigida pelo Código dos Contratos Públicos) os procedimentos de aquisição de bens e serviços destinados ao cumprimento do Contrato-Programa e permitir o pagamento dos inerentes encargos aos fornecedores.

Constrangimentos idênticos ocorrem com os outros principais clientes públicos que, pela sua natureza orgânica e características próprias de financiamento, não podem formalizar os contratos que asseguram a faturação dos serviços, não deixando a SPMS, apesar da ausência faturação, de assegurar os serviços sem interrupção.

Neste sentido, tem sido suscitado perante as tutelas do sector e demais intervenientes o debate sobre o modelo de financiamento, tendo em vista uma maior aproximação às expetativas de todos os envolvidos.

#### **B. PAGAMENTO A FORNECEDORES**

Nesta vertente, o historial recente evidencia a extrema importância que a SPMS assume com o compromisso de manutenção de prazos de pagamento a fornecedores reduzidos (em regra 30 dias), não obstante as dificuldades sentidas durante o exercício económico de 2020, motivadas pelo não recebimento atempado de verbas da ACSS que, assim, limitaram a SPMS no cumprimento dos prazos de pagamento com os seus fornecedores, como vinha sendo seu timbre.

Tal não significará que a SPMS não continue comprometida na manutenção das melhores relações comerciais com os seus fornecedores, constituindo-se exemplo de uma boa prática na área da saúde.

#### **C. RECEBIMENTO DE CLIENTES**

Com exceção do ano de 2020, face à execução já ocorrida, e com algum impacto ainda em 2021, o prazo médio de recebimento de clientes deverá ser mantido em níveis relativamente baixos no triénio 2021-2023.

#### **D. VENDA DE SERVIÇOS**

Num trajeto com rumo a uma maior independência financeira, a SPMS tem vindo a promover os seus produtos e serviços junto de entidades de saúde, dentro e fora do universo SNS/MS. Este esforço surge não apenas da procura por uma maior diversificação de clientes, mas, especialmente, pelo reconhecimento de que através da expansão da oferta SPMS, serão superados os seguintes objetivos em todo o ecossistema de Saúde a nível nacional:

-  Uma maior acessibilidade do Cidadão à Saúde;
-  Garantir um maior rigor na recolha e tratamento da informação clínica e administrativa
-  Uma maior eficiência do Setor em geral, suportada por serviços cada vez mais integrados e interoperáveis no decorrer da atividade de saúde.

Neste sentido, no que concerne às vendas de serviços, a SPMS identifica como clientes estratégicos:

-  **A Região Autónoma dos Açores (RAA) e Região Autónoma da Madeira (RAM)**

A RAA e RAM são dois clientes estratégicos no âmbito do alinhamento dos Sistemas de Informação, disponibilizando, à data, os serviços aduzidos na tabela infra, existindo a perspetiva de alargar o leque de oferta à abrangência do portfólio da SPMS:

<b>PEM - PRESCRIÇÃO MÉDICA ELETRÓNICA</b>	<b>SONHO</b>	<b>RENTEV - REGISTO NACIONAL DE TESTAMENTO VITAL</b>
RAM E RAA	RAA	RAM

### **A União das Misericórdias de Portugal (UMP)**

No setor social, é junto das Santa Casas da Misericórdia que se tem vindo a trabalhar na integração dos produtos e serviços SPMS no âmbito dos Sistemas de Informação, como parte do percurso de integração destas entidades com os serviços centrais de saúde.

Este percurso, inscrito na procura de facilitar o registo dos atos clínicos contratados pelas respetivas ARS, designadamente o acesso das Misericórdias a SI clínicos e administrativos, como são exemplo a Suite Hospitalar e outros sistemas centrais como o SINAVE, RSE, SICO e SISO, foi iniciado em 2020 e perspetiva-se que seja concluído em 2021/2022.

### **Direção-Geral da Saúde (DGS)**

A par do fornecimento de serviços específicos na área das TIC a esta entidade, no contexto da gestão das atividades de promoção da saúde pela SPMS, é fornecido à DGS o serviço de gestão nacional do Programa de Troca de Seringas a nível nacional.

Estes contratos verificam já uma maturidade de execução que permite identificar como estratégica para ambas as partes a sua continuidade em 2021 e em anos subsequentes.

### **Outras entidades da Administração Pública**

A par dos clientes anteriormente identificados, existem outras entidades cuja necessidade de integração se verifica, como são exemplo a APDP - Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal, as Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea) e GNR – Guarda Nacional Republicana. Estes clientes representam exemplos de entidades que ambicionam uniformizar as práticas no que respeita à área da saúde, bem como de se integrarem no ecossistema de saúde único, transversal e integrado, no qual os Cidadãos circulem sem restrições à informação necessária para o seu atendimento e tratamento. Perspetiva-se que em 2021 sejam acordados os termos dos contratos de colaboração entre as partes e se desencadeiem as ações necessárias a concretizar os objetivos traçados.

## E. CAPTAÇÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

A SPMS, enquanto entidade responsável a nível nacional pela cooperação em matéria de eHealth<sup>8</sup> para o desenvolvimento dos Cuidados de Saúde Transfronteiriços, com vista à cooperação, partilha de conhecimento e boas práticas entre os Estados-Membros e as atividades de Saúde em Linha, tem vindo a consolidar a presença e representação de Portugal neste âmbito, a nível europeu e internacional, contribuindo de forma estratégica para a definição e implementação de medidas e diretrizes a nível europeu na área da eHealth e em alinhamento com a estratégia nacional, abraça a sua trajetória assente em dois instrumentos estratégicos que afinam a sua ação, nomeadamente:

-  a **Agenda Portugal Digital** pelo “*Reforço do potencial em I&D e promoção da Inovação em TIC*”
-  e a **Estratégia Nacional de eHealth** para o período 2016-2020.

Neste sentido, e de forma a prosseguir a captação de fundos comunitários, a SPMS concentra uma unidade orgânica estratégica na participação na captação e gestão de trabalhos inseridos em programas de cofinanciamento da UE, nomeadamente no Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 (H2020). Através desta participação, tem-se fomentado o desenvolvimento de infraestruturas para os serviços eletrónicos transfronteiriços no âmbito da Saúde, tendo-se alcançado progressos significativos, tais como: o alinhamento da estratégia nacional de sistemas de informação no sector da saúde com o contexto Europeu, a garantia da colaboração a nível estratégico e operacional entre os diversos Estados-Membros (EM) nas áreas de interoperabilidade, semântica, mHealth (aplicações móveis), bem como pela partilha de informação, nomeadamente pela entrada em operação dos serviços eHealth transfronteiriços (através da partilha e o acesso do Resumo de Saúde Eletrónico - *Patient Summary* e *ePrescription/eDispensation*), e áreas de *eProcurement* e *Joint Procurement*.

Os novos programas de cofinanciamento da EU, Horizonte Europa, e outros programas descritos no novo programa financeiro plurianual 2021-2027 irão permitir a continuidade da estratégia definida neste contexto, permitindo assim a captação de financiamento externo através da participação nestas iniciativas, garantindo assim o progresso nas áreas de SI e cooperação e captação de conhecimento.

No âmbito do trabalho desenvolvido pelo *Sub-Group on the implementation of the Communication on the Digital Transformation of Health and Care*<sup>9</sup> foram analisados instrumentos de financiamento que poderão apoiar o investimento na área do eHealth, e que serão contemplados na *EU's next multi-annual financial framework* (MFF) para o período 2021-2027.

Neste contexto, os instrumentos financeiros para os quais a SPMS tem canalizado a sua análise numa perspetiva de sustentabilidade dizem respeito aos fundos de:

-  **Gestão Partilhada entre a União Europeia e os Estados Membros**
-  **Política de Desenvolvimento Regional e Coesão da União Europeia**

Conjuntamente, promovem a prossecução dos seguintes objetivos:

-  Uma Europa mais inteligente

<sup>8</sup> Desenvolvimentos em matéria de eHealth previstos no art.º 14 da Diretiva 2011/24/EU e Commission Implementing Decision 2019/1765

<sup>9</sup> eHealth Network, “eHealth Network Guidelines: An interoperable eco-system for digital health and investment programmes for a new/updated generation of digital infrastructure in Europe.” 2019

- Uma Europa mais verde
- Uma Europa mais conectada
- Uma Europa mais social
- Uma Europa mais próxima dos Cidadãos

Assim, assume-se para 2021, no contexto do triénio, uma continuidade da ativa participação da SPMS em programas europeus de investigação e desenvolvimento no âmbito da Saúde, que promovam principalmente a eficiência dos Sistemas de Informação de Saúde e a cooperação entre os Estados-Membros em matérias de modernização das infraestruturas e redes informáticas e Compras Públicas.

Através desta aposta, a SPMS assenta a sua participação num pensamento europeísta baseado nos princípios da eficiência, sustentabilidade e escalabilidade, devendo continuar a assumir-se como o rosto para o projeto de Saúde nacional no contexto Europeu, e assegurar o seu compromisso para a interoperabilidade e uniformização dos vários Sistemas de Saúde europeus. A preparação para a Presidência rotativa do Conselho Europeu vai ser uma iniciativa de relevância ao nível político, estratégico e operacional, onde Portugal irá alojar a presidência no primeiro semestre de 2021, onde a área da Saúde Digital terá um papel relevante e preponderante.

Como resultados desta trajetória e estratégia pretende-se não só o alívio do esforço interno neste desígnio por maior eficiência do SNS, como também uma maior captação de conhecimento de ponta, que decerto se reverterá num modelo de Saúde mais robusto e mais sustentável do ponto de vista económico.

#### **F. DIVERSIFICAÇÃO DOS CLIENTES E DAS FONTES DE FINANCIAMENTO**

A SPMS é essencialmente financiada através do Contrato-Programa, instrumento financeiro contratualizado anualmente com a ACSS, e pelo Orçamento de Estado. Porém, numa ótica financeira sustentável têm vindo a ser exploradas outras formas de financiamento, num esforço de reduzir a sua dependência das inicialmente referidas, permitindo à SPMS obter receita para desenvolver os seus projetos sem restrições, ampliando a sua oferta e servindo melhor o mercado da saúde.

Muitos produtos e serviços desenvolvidos pela SPMS nos últimos seis anos, colocam a área da saúde portuguesa entre os países mais inovadores da Europa, com mecanismos únicos para aumentar a acessibilidade dos utentes aos cuidados de saúde, simplificar os processos provenientes da interação dos utentes com as entidades prestadoras de cuidados de saúde, promover a uniformização de regras e procedimentos clínicos e de gestão, aumentar a eficiência na produção de informação e análise de dados, instituir práticas de controlo da despesa mediante centralização de procedimentos e construir ferramentas robustas para o controlo da prevenção e deteção de indícios de fraude.

O conhecimento e a experiência acumulados na SPMS constituem uma oportunidade única, não só pela possibilidade de rentabilizar financeiramente alguns produtos e serviços, como também pela possibilidade de outras entidades terem acesso aos produtos inovadores e através da sua integração, poderem evoluir com eles, quer do ponto de vista de gestão, quer do ponto de vista da inovação tecnológica.



Neste âmbito, e decorrido da publicação do Despacho conjunto n.º 688/2018, dos Gabinetes do Secretário de Estado do Tesouro e da Secretária de Estado da Saúde, publicado no Diário da República, 2.ª série — N.º 11 a 16 de janeiro de 2018, o qual se habilita a SPMS a cobrar a entidades não integradas no Serviço Nacional de Saúde e no Ministério da Saúde, no seu contexto de atuação, têm vindo a ser exploradas fontes alternativas de financiamento através da venda direta a clientes.

Define-se assim o conceito de “clientes” como qualquer entidade que preste cuidados de saúde ou que desenvolva qualquer atividade de apoio aos mesmos e para a qual seja vantajoso usufruir dos serviços partilhados nas áreas de Compras e Logística, TIC, Comunicação e Relações-Públicas, Telessaúde, Conferência e Análise de Faturação resultante de atos de saúde e Formação nos temas desenvolvidos no âmbito da Academia da SPMS.

À data, e conforme identificado no ponto D. *Venda de Serviços*, no seu trajeto de maior independência financeira, a SPMS identifica como principais clientes o conjunto das entidades às quais tem contratualizado e/ou iniciado um processo de negociação com vista à venda de serviços:

- Região Autónoma dos Açores
- Região Autónoma da Madeira
- União das Misericórdias de Portugal
- APDP - Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal
- Forças Armadas (Exército, Marinha e Força Aérea)
- GNR – Guarda Nacional Republicana.

#### **G. POUPANÇAS NO SNS/CONTRIBUTO PARA A REDUÇÃO DE CUSTOS DO SNS**

Atuando em nome das instituições e atendendo às suas necessidades, a SPMS procura obter as melhores condições de mercado, seguindo os princípios gerais da contratação pública, com o objetivo máximo de criar valor para o Ministério da Saúde e, conseqüentemente, gerar poupanças para o Serviço Nacional de Saúde.

##### **i. Poupanças através das Compras Públicas**

A aquisição centralizada de bens e serviços transversais para várias instituições através da Unidade, e em diferentes categorias, como equipamentos diversos, consumíveis ou prestação de serviços, a atividade da SPMS é suportada por procedimentos ao abrigo de acordos-quadro e concursos públicos, ou quando se trata de procedimentos que não decorrem de centralizações, recorre a outros tipos de procedimentos previstos no CCP como a consulta prévia ou o ajuste direto. Na área de bens e serviços transversais, atingiu-se, em 2020, um valor global de 153.8 milhões de euros e uma poupança global obtida foi de 18.4 milhões de euros.

A compra centralizada de medicamentos, dispositivos médicos e serviços médicos atingiu um volume financeiro adjudicado de 914.6 milhões de euros em 2020 e uma poupança de cerca de 53.9 milhões de euros.

Em 2020, as compras públicas exigiram maior rapidez para reforçar os stocks de medicamentos, testes, equipamentos de proteção individual e equipamentos para unidades de cuidados intensivos, de forma a mitigar carências existentes nas unidades de saúde.

O papel da SPMS não se limitou ao âmbito das aquisições, tendo dado também resposta em matéria de gestão, análise e agregação de informação oriundas de fontes diferentes, criando assim ferramentas de Business Intelligence para facilitar na uniformização, avaliação e tratamento dos dados.

No contexto dos trabalhos que ultimam a poupança global, confirma-se que haverá sempre espaço para melhorias, que passam pela implementação de mais medidas de simplificação administrativa e de desburocratização processual, através da uniformização do *e-procurement* e do *benchmarking* para a adoção das melhores práticas do mercado.

## ii. Poupanças através da Telessaúde

Na esfera da **Telessaúde**, quando analisadas as suas potencialidades perante a conjuntura de um setor da saúde continuamente pressionado por fatores internos e externos, tais como, económico-financeiros, político-legais, demográficos, tecnológicos, etc., reconhece-se a capacidade de contribuir para a geração de poupança através eficiência dos serviços, gerando ainda a poupança para o próprio utilizador.

Se analisada especificamente a teleconsulta, tendo por referência que a sua duração é de 10 minutos e a consulta presencial é de, pelo menos, de 20, ao incrementar-se a produção de teleconsultas, mantendo os mesmos recursos, obter-se-á um aumento de produtividade dos profissionais de saúde, gerando um aumento de eficiência. Por outro lado, se estimado um valor mínimo de uma deslocação de 12 € para uma consulta presencial, pode aferir-se que há uma poupança prevista de:

TELECONSULTAS – DESLOCAÇÕES EVITADAS	2019	2020	2021	2022
Nº DE TELECONSULTAS	30.074	42.104	505.524	60.629
VALOR ESTIMADO DE POUPANÇA EM DESLOCAÇÕES	360.088 €	505.243 €	606.292 €	727.550 €

## iii. Poupanças através da Monitorização e Controlo do SNS

Nesta senda, o **Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS)** assume-se como veículo estratégico na persecução da melhoria e eficiência do SNS e como catalisador para a boa gestão da Despesa Pública com cuidados de saúde, continuando, pela sua relevância, a ser uma prioridade nesta trajetória de sustentabilidade.

Desde a transferência das competências de gestão e exploração do CCMSNS, a internalização do CCMSNS para uma redução genérica dos custos da operação, ou seja, no final do exercício de 2020, a poupança direta do Estado, apresenta valores superiores a 3,8 milhões de euros. Tendo sido garantida a conferência de mais de 6,3 mil milhões de euros de despesa, correspondendo a mais de 237 milhões de registos conferidos (junho 2018, data da internalização a dezembro 2020).



A poupança resulta da diferença entre os valores pagos mensalmente pela ACSS à SPMS no âmbito do acordo de manutenção e os que pagaria ao operador privado (acrescidos de IVA) acrescidos da poupança de 700 mil euros de investimento (diferença também entre os valores da SPMS e operador privado)

Em 2021, o CCMSNS tem vindo a robustecer a sua missão, garantindo a monitorização da despesa do SNS, através da realização das atividades relativas ao processo de conferência de despesa do SNS, assegurando de forma proativa e tempestiva, a edificação da capacidade para a deteção de situações de desperdício e de abuso.

#### **iv. Poupanças através da Gestão da Fraude**

No âmbito da **prevenção da fraude e exploração da informação disponível**, assume-se como referência os relatórios mensais de monitorização de 5 áreas de despesa, disponibilizados à IGAS - Inspeção-Geral das Atividades em Saúde, tendo sido ainda analisados numa ótica de gestão, **prevenção e combate à fraude**, cerca de 60 milhões de euros da despesa conferida no CCMSNS, em resposta a pedidos de entidades inspetivas/judiciais e análises proativas de indícios de fraude

Destaca-se ainda para 2021 a prioridade no projeto da Revisão do Modelo de Risco e na definição uma nova forma de comunicação e envolvimento das partes interessadas, no que diz respeito ao ecossistema de gestão do desperdício e na estratégia para fortalecer a prevenção e o combate à fraude no SNS.



#### **VERTENTE SOCIAL**

A cultura de sustentabilidade da SPMS, ainda que fortemente assente nestas áreas de atuação da Organização, de cariz económico-financeiro, não se esgota nestes temas. Matérias como a Conciliação da vida profissional, pessoal e familiar, na esfera da sustentabilidade social, assumem especial relevância no ano de 2021, bem como o apoio a comunidades envolventes, através de iniciativas sociais como o nosso programa da “Pegada Social” , que envolve os nossos colaboradores na área de voluntariado à comunidade; as campanhas internas que se pretendem manter, à semelhança de anos anteriores, e com grande adesão por parte dos colaboradores em todas as nossas instalações

Com uma equipa jovem, em que a idade média se fixa nos 40 anos e uma taxa de habilitações superiores de 77%, reconhecer a igualdade e a conciliação das várias esferas da vida dos colaboradores, assume-se como um desafio constante e uma verdadeira estratégia de inovação e sustentabilidade ao exigirem a definição e implementação de novos modelos e processos de gestão.

A igualdade de género e não discriminação é, para nós, acima de tudo um compromisso, sendo um facto que 60% dos cargos de Direção dos vários níveis da organização, são desempenhados por mulheres. Um outro aspeto de referir neste âmbito, e que contraria a atual realidade no mercado de trabalho, é que cerca de 52 % das nossas equipas das áreas de TIC são mulheres.

A força deste compromisso ficou patente no **Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens 2021**, um documento produzido no âmbito da legislação em vigor, no qual a SPMS fez acrescer às medidas de implementação obrigatória outras iniciativas voluntárias. Entre elas, destaque, por exemplo, para a decisão e acompanhamento da realização de ações de formação sobre procedimentos que previnam o



enviesamento de género, dirigidas aos responsáveis pela seleção e recrutamento, outras dirigidas aos líderes, responsáveis pela avaliação do desempenho.

A SPMS procura que as suas políticas e práticas de recursos humanos sejam, ao nível da igualdade de género e não discriminação, incorporadas com naturalidade e adotadas internamente nas diferentes fases do ciclo de vida dos colaboradores. Esse cuidado começa desde logo com processos de recrutamento alinhados em relação ao equilíbrio de perfis e competências. Está presente também no desenvolvimento e formação, área da Academia da SPMS, cujos trabalhos são permanentemente articulados com a área de desenvolvimento pessoal. A igualdade de oportunidades e a equidade são inerentes também a uma política de responsabilidade social interna que visa ajudar os colaboradores a ultrapassar o desafio diário do equilíbrio entre a vida familiar, pessoal e profissional, mantendo um foco constante no bem-estar de todos os colaboradores e respetivas famílias. Elencam-se algumas das iniciativas em vigor e cuja manutenção se prevê para 2021, no âmbito da conciliação: Regime de horários adaptados às necessidades dos colaboradores, como teletrabalho, os horários flexíveis como regime de normal; o seguro de saúde, com possibilidade de extensão de condições a título particular ao seu agregado, protocolos com benefícios na área da saúde, desporto, lazer, alimentação e educação, assumindo como responsabilidade o acesso para todos os colaboradores aos Serviços Sociais da Administração Pública, cujos benefícios abrangem todas as áreas de apoios

Por fim e conscientes de que a comunicação de tudo o que fazemos para as nossas pessoas e suas famílias constitui uma prioridade, comunicamos a todos os níveis da organização para informar, envolver e motivar os nossos colaboradores, utilizando canais como Intranet, newsletter e emails.

#### VERTENTE AMBIENTAL

São diversas as iniciativas que a SPMS tem assumido na sua trajetória, e dada a sua importância, estas estratégias de impacto ambiental serão continuadas em 2021, nomeadamente:

- i. Promover o uso de energias renováveis;
- ii. Diminuir os consumos de energia elétrica com a iluminação, garantindo sempre que os níveis de iluminação são os adequados a cada área e/ou processo, de forma a proporcionar boas condições de trabalho e conforto;
- iii. Diminuir a percentagem de substâncias perigosas (e/ou o seu nível de perigosidade) utilizadas na organização, melhorando as condições de trabalho, reduzindo os riscos e o impacto ambiental;
- iv. Diminuir a aquisição de equipamentos como Impressoras, Scanners, etc., sempre que possível, evitando a cristalização tecnológica, promovendo prestações de serviço onde equipamentos, consumíveis e manutenção estão integrados;
- v. Os novos equipamentos de escritório (PC, monitores) têm de cumprir os atuais requisitos da *Energy Star*;
- vi. Introduzir a Análise do Ciclo de Vida do Produto, na aquisição de equipamentos de infraestruturas – artº 75 do CCP;
- vii. Promover a introdução de fatores ambientais no critério de adjudicação;



- viii. Participar no Programa de Eficiência Energética na Administração Pública “ECO.AP”;
- ix. Integrar o grupo de acompanhamento e monitorização para a Estratégia Nacional das Compras Públicas Ecológicas 2020 (ENCPE 2020);
- x. Participar no âmbito do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC);
- xi. Entrada em vigor do Acordo Quadro “Eficiência Energética”, em 30/07/2019, que visa essencialmente possibilitar e agilizar a implementação de opções de energia sustentáveis que potenciem a descarbonização da economia e desta forma potenciar a adoção de um modelo energético racional e sustentável, permitindo o uso eficiente dos recursos. Este acordo quadro prevê a contratação de serviços enquadrados nas seguintes categorias:
  - a. Auditoria Energética e Elaboração de um Plano de Racionalização Energética
  - b. Certificação Energética
  - c. Monitorização/Gestão do Sistema de Gestão Energético (SGEE) implementado.



## CAPÍTULO II | PLANO DE ATIVIDADES PARA 2021

### 2.1 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES

O **Plano de Atividades de 2021** alicerçou-se nas orientações de natureza financeira e política definidas pela tutela, bem como nos objetivos estratégicos da SPMS para o triénio 2020-2022.

Neste contexto, considerou-se a seguinte metodologia para feitura do presente plano:

- i. Consideraram-se as prioridades do Conselho de Administração, vertidas nos objetivos estratégicos para o triénio;
- ii. Numa primeira fase, as unidades orgânicas definiram os **objetivos operacionais, para o ano 2021**, considerando os recursos disponíveis e o alinhamento global com os objetivos estratégicos da SPMS;
- iii. Atribuíram-se ponderações aos objetivos operacionais, de forma a aferir o seu contributo efetivo para o cumprimento dos objetivos estratégicos;
- iv. Determinou-se que os **indicadores** (que permitem avaliar o grau de execução dos objetivos operacionais) e **metas** a atingir em 2021, bem como as **iniciativas** previstas por cada direção que alimentam os objetivos operacionais, seriam detalhados numa segunda fase.
- v. Os objetivos operacionais poderão ser reajustados, caso a revisão da estrutura orgânica da SPMS impacte nos mesmos, ou na sequência da aprovação da proposta da SPMS, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (ver Capítulo V do presente Plano). É expectante que esta proposta tenha um impacto significativo nos planos de atuação e financeiro da SPMS.

De referir que esta atividade planeada (assim como a atividade contratualizada em sede Contrato-Programa celebrado com a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.) é objeto de monitorização e acompanhamento mensal (sendo para o efeito disponibilizados *dashboards* a todos os dirigentes da SPMS e trimestralmente (em sede dos Relatórios de Monitorização do PAO)).

Para o efeito, a SPMS tem apostado num processo de recolha, tratamento de informação mais automatizado e otimizado, que resulta na apresentação mais organizada, customizada e de fácil interpretação de elementos pertinentes para a organização. É mediante ferramentas de *business intelligence* que estes dados são apresentados trimestralmente, possibilitando ao Conselho de Administração a tomada de decisão, controlar os níveis de implementação da estratégia, identificar atempadamente eventuais desvios que exijam a adoção de medidas de adaptação, delinear planos de mitigação do risco, ou reorientação do caminho que está a ser seguido.

## 2.2 MAPEAMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS 2021

### A. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Tal como referido no ponto anterior, para efeitos de elaboração do Plano de Atividades 2021, foi efetuado um mapeamento entre os objetivos operacionais de cada Direção e os objetivos estratégicos em vigor na SPMS.

Para o efeito foram considerados os objetivos estratégicos definidos para o mandato 2020-2022, conforme descritos na tabela infra, e que se encontram em alinhamento com a missão e visão da empresa, com a estratégia do Governo e da tutela da Saúde e com as necessidades dos clientes, sendo reconhecidos por todos os colaboradores da SPMS, na prossecução das respetivas atividades diárias.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS 2020-2022	
OE 1	<p><b>CAPACITAR A SPMS E OS RECURSOS HUMANOS</b></p> <p><b>FOCO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ao assegurar uma maior capacidade dos Profissionais, garante-se o aumento da capacidade da SPMS, enquanto Organização, em atender às exigências da sua cadeia de valor, capacitando deste modo a agilização de processos de trabalho, potenciando uma melhor conciliação da vida pessoal e profissional, melhores condições de trabalho, gerando aumentos de eficiência e permitindo a otimização do tempo para a produção de trabalho efetivo e de qualidade.</li> </ul>
OE 2	<p><b>GARANTIR A OFERTA E A QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS CRIANDO VALOR NO SNS</b></p> <p><b>FOCO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestação de serviços de qualidade, através da adoção das boas práticas de mercado, promovendo a segurança, a robustez e fiabilidade da oferta de produtos e serviços, de forma a conseguir dar resposta às necessidades dos clientes externos.</li> </ul>
OE 3	<p><b>ACCELERAR A INOVAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA SPMS E DO SNS</b></p> <p><b>FOCO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação de ciências, conceitos e métodos inovadores, que permitam diferenciar e instituir processos mais eficientes e eficazes, fomentando uma cultura organizacional orientada à Inovação, no sentido de melhor utilizar os nossos Recursos, Conhecimento e Sistemas, por forma a transformar as necessidades do SNS em planos de ação com vista à melhoria de resultados concretos para o Cidadão.</li> </ul>
OE 4	<p><b>CONSOLIDAR A EFICIÊNCIA, SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA DA SPMS E DO SNS</b></p> <p><b>FOCO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Na ótica da eficiência</u>: otimizar processos de trabalho e a gestão dos recursos disponíveis, que potenciem mais produtividade e uma maior criação de valor na Organização;</li> <li>• <u>Na ótica da sustentabilidade</u>: explorar fontes alternativas de financiamento e receita permitam caminhar no sentido de maior disponibilidade financeira, abrindo portas ao desenvolvimento de novos produtos e serviços.</li> <li>• <u>Na ótica da segurança</u>: a adoção e fortalecimento dos processos, normas e políticas em vista à promoção da fiabilidade e disponibilidade da informação e dos serviços, contribuindo para o aumento da qualidade e eficiência do acesso e uso da informação interna e no contexto dos serviços a prestar.</li> </ul>
OE 5	<p><b>PROMOVER A CAPACITAÇÃO E O EMPOWERMENT DO CIDADÃO E DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO SNS</b></p> <p><b>FOCO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a disseminação de mais informação, ferramentas e mecanismos digitais que garantam ao cidadão uma maior qualidade de vida na utilização do Sistema Nacional de Saúde, nomeadamente</li> </ul>



	ao nível da tomada de decisão, da desobstrução de barreiras e fronteiras no seu acesso à saúde, na poupança de tempo e no recurso aos serviços de forma mais prática e responsável.
<b>OE 6</b>	<p><b>REFORÇAR O POSICIONAMENTO DA SPMS NA COMUNIDADE ATRAVÉS DE REDE COLABORATIVA</b></p> <p><b>FOCO:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a continuidade do esforço coletivo como meio habilitador para a interoperabilidade, transversalidade e inovação dos vários sistemas nacionais num contexto de Saúde Global.</li> <li>Potenciar a criação de redes de colaboração como um meio de excelência para disseminar o conhecimento uma vez que através desta se conectam decisores e outros <i>stakeholders</i>, que pela sua interação face a um propósito comum, promovem não apenas o diálogo, mas fomenta-se a aprendizagem, difunde-se o conhecimento e acelera-se a inovação.</li> </ul>

## B. OBJETIVOS OPERACIONAIS

Conforme descrito no ponto 2.1, procedeu-se à identificação dos objetivos operacionais em alinhamento com os objetivos estratégicos da SPMS. Neste seguimento, e após obtenção dos necessários contributos das Direções, foram coligidos os seguintes objetivos operacionais, por cada unidade orgânica da SPMS, os quais contribuem para a execução de cada objetivo estratégico:

### DIREÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (DSI)

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da DSI para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DSI	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Fomentar a cultura de serviço e levar a cabo ações pró-ativas para assegurar um elevado grau de satisfação dos clientes	25%		X	X	X	X	
Desenvolver projetos inovadores com recurso a novas tecnologias ou a modelos de desenvolvimento inovadores, no âmbito das TIC	25%		X	X	X	X	X
Formalizar processos internos e promover a sua utilização, monitorização e melhoria contínua	10%		X	X	X	X	X
Capacitar os recursos internos de competências técnicas em tecnologias inovadoras e seguras, como por exemplo, DEVSECOPS	20%	X		X	X		
Potenciar a partilha de conhecimento com Universidades e Centros de Investigação através do acolhimento de alunos em estágios finais de curso de licenciatura, dissertações de mestrado ou teses de doutoramento	20%				X		X


**CENTRO DE CONTACTO DO SNS (CCSNS)**

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da CCSNS para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS CCSNS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Promover o papel do SNS24 como gestor de acesso ao SNS	50%	X	X	X	X	X	X
Assegurar a gestão eficiente do contrato para a exploração do SNS24	50%		X	X	X	X	


**CENTRO NACIONAL DE TELESSAÚDE (CNT)**

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da CNT para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS CNT	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Atuação ampla e integrada sobre a Saúde Digital	30%	X	X	X	X	X	X
Foco na adoção massificada de serviços de TS	50%	X	X	X	X	X	X
Articulação com outras áreas e entidades para garantir condições TS	20%	X	X	X	X	X	X


**CENTRAL DE COMPRAS DA SAÚDE (CCS)**

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da CCS para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS CCS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Aumentar acessibilidade do cidadão ao SNS através de aquisições centralizadas estratégicas	25%		X	X	X	X	X
Dotar os RH de conhecimentos técnicos e especializados na área do <i>procurement</i> e das tecnologias de informação	30%	X		X	X		X
Adaptar os acordos às necessidades hospitalares	35%		X		X		X
Promover economia de escala e processual	10%		X		X		X

**DIREÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS (DCRP)**

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da DCRP para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCRP	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Consolidar a marca SPMS através da uniformização/padronização de toda a comunicação interna e externa	30%	X					X
Reforçar os canais de comunicação entre o SNS, o Cidadão e o Profissional de Saúde	20%			X		X	X
Internacionalizar o know-how técnico da SPMS através do desenvolvimento de estratégias de comunicação e disseminação	10%	X					X
Estimular o uso frequente das plataformas digitais e valorizar a informação disponível	20%	X	X	X	X	X	
Atualizar informação sobre os serviços e produtos SPMS   Booking de produtos	20%		X		X	X	X

**CENTRO DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO SNS (CCMSNS)**

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da DCCMSNS para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DCCMSNS	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Reforçar o valor dos serviços prestados ( <i>provider experience</i> )	30%		X				
Consolidar a operação (introdução novas áreas, aumento do âmbito da conferência, reengenharia do processo de conferência)	25%				X		
Contribuir para a sustentabilidade do SNS	20%		X		X		
Otimizar a estrutura organizacional e consolidar as componentes estruturantes	25%	X		X			


**DIREÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL (DAG)**

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da DAG para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DAG	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Otimizar a gestão das aquisições da SPMS	30%	X					
Otimizar a gestão das instalações e equipamentos da SPMS	25%	X					
Melhorar o cumprimento dos contratos e a satisfação dos clientes internos da SPMS	25%	X			X		
Promover a normalização e desmaterialização de processos internos	10%	X		X	X		
Otimizar os processos de aquisição	10%	X			X		


**DIREÇÃO FINANCEIRA (DF)**

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da DF para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DF	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Assegurar o cumprimento dos prazos de pagamento	20%		X		X		
Assegurar o cumprimento dos prazos de reporte externo	20%				X		
Produzir informação para a tomada de decisão de forma regular e tempestiva	20%						X
Consolidar a contabilidade de gestão	20%				X		
Reforçar o Controlo de Gestão	20%				X		


**DIREÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (DRH)**

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da DRH para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DRH	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Promover a elevação dos níveis de motivação e da partilha do conhecimento entre trabalhadores, garantindo uma política de promoção da igualdade e não discriminação e a efetiva conciliação da vida profissional, pessoal e familiar	20%	X					
Garantir o cumprimento de todas as obrigações legais e de reportes no âmbito da gestão de RH, elevando os níveis de eficiência e a eficácia	15%	X				X	
Consolidar e ampliar a oferta formativa em regime <i>b-learning</i> e <i>e-learning</i> e implementação gradual do <i>m-Learning</i> , em resposta às exigências do sector da saúde	25%	X	X	X	X	X	X
Promover ações que potenciem a disseminação de conhecimento através de ações facilitadoras no acesso às tecnologias digitais para a Saúde, alinhados com a estratégia para a capacitação do Cidadão e dos profissionais de saúde	20%	X	X	X	X	X	X
Fomentar a inovação na área da gestão de pessoas, através da simplificação de processos e acesso à informação	20%	X		X			


**DIREÇÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E CONTENCIOSO (DAJC)**

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da DAJC para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DAJC	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Assegurar um elevado grau de eficiência nas respostas aos pedidos internos	35%	X				X	
Assegurar a análise e produção legislativa na área de intervenção da SPMS	20%	X				X	
Garantir a legalidade dos processos de contratação pública	30%	X				X	

OBJETIVOS OPERACIONAIS DAJC	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Assegurar a divulgação de boas práticas de cumprimento da legalidade.	15%	X				X	

**DIREÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL (DPDO)**

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da DPDO para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS DPDO	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Desenvolver o sistema de gestão de qualidade da SPMS	15%		X				
Promover a uniformização e a excelência da SPMS nos contextos interno e externo	15%	X	X	X	X		X
Garantir o planeamento e a monitorização das atividades da SPMS através de instrumentos de gestão internos e externos	35%	X			X		
Contratualizar, acompanhar e monitorizar a execução da atividade contratualizada	35%	X	X	X			

**UNIDADE DE AUDITORIA E PREVENÇÃO DA FRAUDE (AUDIT)**

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da AUDIT para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS AUDIT	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Realizar as auditorias previstas no Plano de Auditoria Interna, assegurando a avaliação da eficiência e da eficácia dos sistemas de controlo interno da SPMS	30%				X		
Acompanhar as recomendações identificadas nos Relatórios de Auditoria Interna e Externa	10%				X		
Assegurar o cumprimento de obrigações de reporte a entidades externas	10%				X		
Elaborar, monitorizar e avaliar a execução do Plano de prevenção de riscos de gestão, corrupção e infrações conexas na SPMS	10%				X		
Desenvolver a aplicação de exploração e monitorização da informação conferida, bem como proceder ao apuramento dos indicadores de risco	30%				X		

OBJETIVOS OPERACIONAIS AUDIT	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
de fraude e de desperdício, sua visualização e <i>reporting</i>							
Revisão do modelo de risco existente nas áreas de despesa de Medicamentos e MCDT	10%			X	X		

 **UNIDADE DE PROTEÇÃO DE DADOS E CIBERSEGURANÇA (UPDCS)**

Atendendo às respetivas atribuições, e **considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio**, os objetivos operacionais da UPDC para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS UPDC	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Contribuir para a definição e monitorização de políticas, procedimentos e processos de proteção de dados pessoais da empresa	40%				X		
Contribuir para a definição e monitorização de políticas, procedimentos e processos de cibersegurança	40%				X		
Assegurar o cumprimento de obrigações de reporte a entidades externas	20%				X		

 **UNIDADE DE MARKETING, SERVIÇOS PARTILHADOS E GESTÃO DE CLIENTES (CLIENTES)**

Atendendo às respetivas atribuições, e **considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio**, os objetivos operacionais da CLIENTES para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS CLIENTES	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Promover a venda de bens e serviços da SPMS	30%				X		
Promover a melhoria da perceção da qualidade da SPMS junto dos seus clientes	50%				X		
Assegurar a produção de materiais de divulgação de bens e serviços da SPMS, em articulação com a DCRP	20%				X		



**UNIDADE DE PROJETOS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS (UPRI)**

Atendendo às respetivas atribuições, e considerando os objetivos estratégicos delineados para o triénio, os objetivos operacionais da UPRI para o ano 2021, são:

OBJETIVOS OPERACIONAIS UPRI	PESO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS					
		OE1	OE2	OE3	OE4	OE5	OE6
Assegurar a participação da SPMS em projetos europeus/internacionais, relacionadas com a investigação e inovação na área das TIC e Saúde Digital;	50%			X	X	X	X
Garantir a representação da SPMS e Portugal, em grupos de trabalho, redes e outras iniciativas de colaboração estratégica e cooperação técnica a nível europeu, relacionadas com a saúde digital (eHealth);	50%	X	X		X		X

**CAPÍTULO III | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PREVISIONAIS****NOTA PRÉVIA**

A informação económica e financeira do presente documento reflete a informação conhecida na presente data, designadamente, o fecho de contas de 2020 e o orçamento aprovado para 2021, no montante total de 162.619.764,00€, registando assim um aumento significativo face ao orçamento de 2020 (foi de 85,3M€), explicado fundamentalmente pela inscrição de verbas referentes ao Plano de Recuperação e Resiliência, no montante de 70M€, bem como no âmbito do SAMA/REACT, com um montante de 6,8M€.

Em síntese, o financiamento para 2021, engloba as seguintes componentes:

- **Acordo de Manutenção**, destinado a financiar os serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, no montante de 31.000.000€;
- **Contrato-Programa**, a celebrar com a ACSS e destinado aos projetos de desenvolvimento dos sistemas de informação do SNS, no montante de 24.131.613€;
- **PRESI** (Programa de Reestruturação dos Sistemas de Informação), no montante de 5.752.619€;
- **Centro de Contacto do SNS24**, com o montante de 15.047.000€;
- **Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS)**, com o montante de 2.392.894€;
- **Plano de Recuperação e Resiliência e SAMA/REACT**, com o montante global de 76.800.000€;
- **FEDER, FSE e outros UE**, com o montante global de 4.301.626€.

A SPMS poderia apresentar uma melhor posição financeira, designadamente uma melhoria da diferença entre o património líquido (capital próprio) e o capital social nos anos transatos, se não estivesse limitada a obter autorização das finanças para o uso do saldo orçamental, mesmo com a alteração verificada no Orçamento do Estado para 2021, em que a SPMS deixou de estar obrigada à sua entrega à ACSS, ficando todavia sempre dependente de autorização da tutela das finanças para o seu uso em despesa no exercício económico de 2021.

Todavia, durante o ano de 2019 foi autorizada a integração do saldo de 2018 e em 2020 foi autorizada a utilização parcial no saldo, em 331.107 euros, no âmbito do reforço dos 4M€ acima referido, mas as projeções efetuadas só permitem que a empresa saia da situação prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais (perda de metade do Capital) no ano de 2021.

Como se pode verificar no quadro *infra*, a projeção quadrienal da Demonstração de Resultados (2020-2023) apresenta resultados positivos para todos os anos do triénio, sendo de destacar o aumento sustentado do EBITDA.

No que respeita ao rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, o aumento em 2021 justifica-se pelo incremento do *plafond* atribuído à SPMS no âmbito do orçamento para 2021, na componente do Acordo de manutenção (transferências do Orçamento do Estado que não contam para o volume de negócios), o que resulta, em contrapartida, no aumento dos gastos financiados por aquela via. Nos restantes anos prevê-se uma estabilização desse rácio.

Indicadores	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023
<b>EBITDA</b>	7 820 765,73 €	15 225 439,71 €	36 511 627,46 €	38 739 754,52 €
<b>EBIT</b>	5 647 691,57 €	6 989 122,39 €	6 275 825,73 €	5 224 202,79 €
<b>% Gastos Operacionais (FSE+GCP) / Volume de Negócios</b>	244,3%	458,0%	883,2%	455,7%
<b>Resultado Líquido do período</b>	4 341 530,96 €	5 206 896,18 €	4 675 490,17 €	3 892 031,08 €



**BALANÇO COM EVOLUÇÃO A 3 ANOS: 2019 (REAL), 2020 (PAO), 2020 (REAL) E 2021 (PREV.)**

Un: Eur.

Rubricas	31DEZ2019(real)	31DEZ2020(PAO)	31DEZ2020(real)	31DEZ2021 (prev.)
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo não corrente</b>	<b>6 746 638,06</b>	<b>8 905 140,35</b>	<b>7 269 207,79</b>	<b>64 454 268,45</b>
Ativos fixos tangíveis	6 318 486,36	8 891 685,17	7 221 143,88	64 454 268,45
Ativos intangíveis	427 690,63	12 994,11	47 941,59	0,00
Ativos por impostos diferidos	461,07	461,07	122,32	0,00
<b>Ativo Corrente</b>	<b>14 329 077,10</b>	<b>11 076 315,80</b>	<b>19 621 244,19</b>	<b>9 543 105,75</b>
Clientes, contribuintes e utentes	6 585 139,53	4 211 128,41	2 746 658,89	2 746 658,89
Estado e outros entes públicos	635 219,79	115 928,56	146 775,00	0,00
Outros contas a receber	4 064 130,84	1 534 271,34	2 160 593,60	886 459,31
Diferimentos	75 102,75	1 294 037,64	4 286 095,16	2 143 047,58
Caixa e depósitos	2 969 484,19	3 920 949,85	10 281 121,54	3 766 939,97
<b>Total do Ativo</b>	<b>21 075 715,16</b>	<b>19 981 456,15</b>	<b>26 890 451,98</b>	<b>73 997 374,20</b>

Rubricas	31DEZ2019(real)	31DEZ2020(PAO)	31DEZ2020(real)	31DEZ2021 (prev.)
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>				
Património/Capital	26 260 689,00	26 260 689,00	26 260 689,00	26 260 689,00
Reservas	4 456 980,17	4 456 980,17	6 835 934,90	6 835 934,90
Resultados transitados	-25 145 986,17	-28 618 150,67	-34 574 320,89	-30 232 789,93
Outras variações no Património Líquido	5 747 487,22	5 733 132,04	6 796 526,14	54 298 251,97
Resultado líquido do período	-3 608 842,55	3 478 410,81	4 341 530,96	5 206 896,18
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>7 710 327,67</b>	<b>11 311 061,35</b>	<b>9 660 360,11</b>	<b>62 368 982,12</b>

Rubricas	31DEZ2019(real)	31DEZ2020(PAO)	31DEZ2020(real)	31DEZ2021 (prev.)
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo não corrente</b>	<b>4 415 542,12</b>	<b>415 542,12</b>	<b>4 755 542,12</b>	<b>4 755 542,12</b>
Provisões	4 415 542,12	415 542,12	4 755 542,12	4 755 542,12
<b>Passivo Corrente</b>	<b>8 949 845,37</b>	<b>8 254 852,68</b>	<b>12 474 549,75</b>	<b>6 872 849,96</b>
Fornecedores	2 625 020,49	2 690 087,46	1 545 377,55	1 545 377,55
Estado e outros entes públicos	198 925,86	1 511 788,61	2 435 311,57	1 759 434,40
Fornecedores de investimentos	591 327,79	415 908,62	0,00	0,00
Outras contas a pagar	3 505 793,58	3 419 716,63	5 035 581,77	1 109 759,15
Diferimentos	2 028 777,65	217 351,36	3 458 278,86	2 458 278,86
<b>Total do passivo</b>	<b>13 365 387,49</b>	<b>8 670 394,80</b>	<b>17 230 091,87</b>	<b>11 628 392,08</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>21 075 715,16</b>	<b>19 981 456,15</b>	<b>26 890 451,98</b>	<b>73 997 374,20</b>



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS A 3 ANOS: 2019 (REAL), 2020 (PAO), 2020 (REAL) E 2021 (PREV.)**

Un: Eur.

Rendimentos e Gastos	31DEZ2019(real)	31DEZ2020(PAO)	31DEZ2020(real)	31DEZ2021 (prev.)
Prestações de serviços	23 797 389,99	29 637 962,08	22 540 754,60	22 121 513,88
Transferência correntes e subsídios à exploração obtidos	37 142 265,66	38 230 536,23	40 999 986,53	88 042 246,90
Fornecimentos e Serviços Externos	-47 651 871,74	-49 680 811,61	-44 839 244,62	-90 971 203,81
Gastos com pessoal	-9 872 967,30	-10 990 938,07	-10 234 923,43	-10 340 176,00
Imparidade de dívidas a receber	-4 870,80	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	-4 164 834,01	0,00	-340 000,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	171 882,42	400 291,65	628 850,01	7 307 716,10
Outros gastos e perdas	-64 192,24	-579 658,04	-934 657,36	-934 657,36
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento</b>	<b>-647 198,02</b>	<b>7 017 382,24</b>	<b>7 820 765,73</b>	<b>15 225 439,71</b>
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	-2 941 011,60	-2 348 374,44	-2 173 074,16	-8 236 317,32
<b>Resultado operacional (antes de gasto de financiamento)</b>	<b>-3 588 209,62</b>	<b>4 669 007,80</b>	<b>5 647 691,57</b>	<b>6 989 122,39</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-89,90	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-3 588 299,52</b>	<b>4 669 007,80</b>	<b>5 647 691,57</b>	<b>6 989 122,39</b>
Imposto sobre o rendimento	-20 543,03	-1 190 596,99	-1 306 160,61	-1 782 226,21
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-3 608 842,55</b>	<b>3 478 410,81</b>	<b>4 341 530,96</b>	<b>5 206 896,18</b>



**FLUXOS DE CAIXA A 3 ANOS: 2019 (REAL), 2020 (PAO), 2020 (REAL) E 2021 (PREV.)**

Un: Eur.

	31DEZ2019(real)	31DEZ2020(PAO)	31DEZ2020(real)	31DEZ2021 (prev.)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Recebimentos de clientes	33 251 583,11	36 720 496,73	36 013 873,30	32 962 081,08
Pagamentos a fornecedores	-61 749 308,99	-57 107 844,93	-56 654 401,07	-99 031 635,94
Pagamentos ao pessoal	-9 471 614,93	-10 752 547,85	-9 766 746,68	-10 340 176,00
<b>CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES</b>	<b>-37 969 340,81</b>	<b>-31 139 896,05</b>	<b>-30 407 274,45</b>	<b>-76 409 730,86</b>
Outros Recebimentos / Pagamentos	40 612 927,40	37 755 060,25	41 656 017,92	136 420 791,35
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (a)</b>	<b>2 643 586,59</b>	<b>6 615 164,20</b>	<b>11 248 743,47</b>	<b>60 011 060,49</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-2 645 833,12	-5 641 391,58	-3 937 106,12	-66 525 242,06
Ativos intangíveis	0,00	-22 306,96	0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (b)</b>	<b>-2 645 833,12</b>	<b>-5 663 698,54</b>	<b>-3 937 106,12</b>	<b>-66 525 242,06</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (c)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (a + b + c)</b>	<b>-2 246,53</b>	<b>951 465,66</b>	<b>7 311 637,35</b>	<b>-6 514 181,57</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>2 971 730,72</b>	<b>2 969 484,19</b>	<b>2 969 484,19</b>	<b>10 281 121,54</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>2 969 484,19</b>	<b>3 920 949,85</b>	<b>10 281 121,54</b>	<b>3 766 939,97</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>				
- Equivalentes a caixa no início do período	2 971 730,72	2 969 484,19	2 969 484,19	10 281 121,54
- Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior	2 971 730,72	2 969 484,19	2 969 484,19	10 281 121,54
De execução orçamental	2 170 569,38	2 357 575,87	2 357 575,87	8 636 891,61
De operações de tesouraria	801 161,34	611 908,32	611 908,32	1 644 229,93
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>				
- Equivalentes a caixa no fim do período	2 969 484,19	3 920 949,85	10 281 121,54	3 766 939,97
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo para a gerência seguinte	11 521 894,22	3 920 949,85	10 281 121,54	3 766 939,97
De execução orçamental	2 357 575,87	3 320 949,85	8 636 891,61	2 944 825,01
De operações de tesouraria	611 908,32	600 000,00	1 644 229,93	822 114,97

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS**
**PRESSUPOSTOS**

Foram adotados, sempre que aplicável, os pressupostos macroeconómicos divulgados pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e constantes do despacho n.º 395/2020 do Secretário de Estado do Tesouro. O ano 2023 foi introduzido pela SPMS e replica os pressupostos de 2022:

**PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS**

INDICADORES	2021'(p)	2022'(p)	2023'(p)
Taxa de variação do PIB	4,3	3,8	3,8
Consumo Privado	3,8	3,0	3,0
Consumo Público	-0,8	0,8	0,8
Investimento (FBCF)	6,1	4,5	4,5
Exportações de Bens e Serviços	8,4	11,2	11,2
Importações de Bens e Serviços	7,0	8,5	8,5
Taxa de inflação	0,4	1,1	1,1

As projeções económico-financeiras deste documento tiveram em consideração a especificidade da ação da SPMS, particularmente quanto ao cumprimento do Acordo de Manutenção e do Contrato-Programa com a ACSS, e como tal, estão dependentes da sua boa execução para a otimização do respetivo desempenho e ganhos de produtividade.

Neste contexto, os pressupostos que presidiram à elaboração do PAO2021 decorrem sobretudo da perspetiva existente sobre a execução das transferências provenientes do Orçamento do Estado e sobre o Contrato-Programa para o triénio 2021-2023.

**ORÇAMENTAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO OE E DO CONTRATO-PROGRAMA COM A ACSS**

Un: Eur.

Resumo do Orçamento proveniente direta e indiretamente de Receitas Gerais - ACSS					
Componentes	Orçamento da Receita de 2019	Orçamento da Receita de 2019 com reforço	Orçamento da Receita de 2020	Orçamento da Receita de 2021	Variação 2021 vs 2020
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6] = [5] - [4]
<i>RG OE - Prestações de Serviços em Contínuo (acordo de manutenção)</i>	24 000 000,00	40 400 000,00	21 996 507,00	31 000 000,00	9 003 493,00
<i>RG OE - Centro de Contacto SNS24</i>	8 266 844,00	8 266 844,00	8 266 844,00	15 047 000,00	6 780 156,00
<i>RG OE - Centro de Controlo e Monitorização do SNS</i>	2 392 894,00	2 392 894,00	2 392 894,00	2 392 894,00	0,00
<i>RP proveniente de RG - Contrato-Programa com ACSS - Projetos em Desenvolvimento</i>	32 741 613,00	32 741 613,00	32 741 613,00	24 131 613,00	-8 610 000,00
<i>RP proveniente de RG - Contrato-Programa com ACSS - PRESICSP</i>	0,00	0,00	3 942 619,00	5 752 619,00	1 810 000,00
<b>TOTAL</b>	<b>67 401 351,00</b>	<b>83 801 351,00</b>	<b>69 340 477,00</b>	<b>78 324 126,00</b>	<b>8 983 649,00</b>

Verifica-se um aumento de 9M€ na componente da manutenção de serviços em contínuo, essencialmente para garantir o financiamento do licenciamento de software e um aumento de 6,7M€ das transferências

destinadas ao Centro de Contacto SNS24, com vista a garantir o financiamento do novo contrato plurianual.

A componente de projetos em desenvolvimento do Contrato-Programa com a ACSS diminui 8,6M€ em contrapartida da componente PRESI.CSP desse mesmo contrato e em contrapartida do financiamento do SAMA/REACT.

Existe também um financiamento no âmbito do Plano de Resiliência e Recuperação de 70M€, e no SAMA/REACT, de 6,8M€.

#### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A Demonstração dos resultados apresenta uma previsão na rubrica “Prestações de Serviços” de acordo com a seguinte desagregação:

#### PLANO DE FATURAÇÃO DE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EM 2021

Un: Eur.

DESCRIÇÃO DO TIPO DE CLIENTE	ORÇAMENTO (1)	ORÇAMENTO SEM IVA (2)= (1) s/ IVA	RENDIMENTOS NA DR (4) = (2) + (3)	PESO (3)
<b>Serviços prestados</b>	<b>27 209 462,00</b>	<b>22 121 513,83</b>	<b>22 121 513,79</b>	<b>100%</b>
<b>Contrato-Programa:</b>				
- ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	24 131 613,00	19 619 197,56	19 619 197,56	89%
<b>Outras Prestações de serviços:</b>				
- Serviços Partilhados	0,00	0,00	0,00	0%
- Direção Geral da Saúde	2 638 037,00	2 144 745,53	2 144 745,49	10%
- RAM - Iasaúde - Madeira	238 632,00	194 009,76	194 009,76	1%
- RAA - Direção Regional dos Açores	81 180,00	66 000,00	66 000,00	0%
- INCM	120 000,00	97 560,98	97 560,98	0%
- Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	0,00	0,00	0,00	0%

Como se pode verificar, a componente dos projetos em desenvolvimento do Contrato-Programa contribui significativamente (89%) para o montante das prestações de serviços da Demonstração dos Resultados.

Já no que respeita à rubrica “Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos”, ela é composta pela componente de serviços de manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS, proveniente do Orçamento do Estado (31,0M€), pelos financiamentos destinados ao Centro de Contacto do SNS 24 (15,0M€) e ao Centro de Monitorização do SNS (2,4M€) e ainda por 4,3M€ de financiamentos comunitários.

A atividade da SPMS no ano 2021 está detalhada nos objetivos operacionais da SPMS neste documento e será densificada em documentos de gestão interna. A monitorização do contrato-programa, quer no que respeita à componente de projetos em desenvolvimento, quer ao PRESI.CSP será efetuada através do

estabelecimento de metas, em documentos próprios para o efeito, conforme previsto do próprio Contrato-Programa.

As estratégias de maximização das receitas mercantis são as que poderão resultar de sinergias pela execução do consagrado no Decreto-Lei n.º 108/2011, de 17 de novembro, que determina que é atribuição da ACSS prover o SNS com os adequados sistemas de informação e comunicação e mecanismos de racionalização de compras, contratando os termos e condições dos serviços a prestar, com a SPMS.

De facto, não pode olvidar-se que a empresa tem por missão a prestação de serviços partilhados específicos na área da saúde em matéria de compras e de logística, de serviços financeiros, de recursos humanos, de sistemas e tecnologias de informação e comunicação e demais atividades complementares e subsidiárias, a todos os estabelecimentos e serviços do SNS, e será, portanto, naturalmente neste ambiente, que as mencionadas sinergias poderão ocorrer.

A Demonstração dos Resultados incorpora a manutenção do peso dos Gastos Operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos adicionado dos Gastos com o Pessoal) nos Rendimentos Operacionais (Volume de Negócios mais Transferências Correntes e Subsídios à Exploração Obtidos) entre 2020 e 2021 em 92%.

Se considerarmos apenas o Volume de Negócios, o peso dos gastos operacionais aumenta de 244,3% para 458% entre 2020 e 2021. Todavia, este aumento deve-se apenas ao aumento do *plafond* do Acordo de Manutenção, pois, como se pode verificar pelo parágrafo anterior, se incluirmos quer os rendimentos, quer os gastos desta componente, o peso dos gastos operacionais mantém-se.

O montante estimado na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos tem em conta o necessário acréscimo acima referido.

A rubrica outros rendimentos espelha a especialização dos financiamentos dos investimentos, os quais são reconhecidos em rendimentos à medida das depreciações e amortizações dos bens financiados.

Em 2021 a rubrica gastos e perdas mantém-se em linha com o ano de 2020.

As depreciações foram calculadas assumindo o mesmo nível de utilização económica relativamente ao saldo inicial do ativo bruto, isto é, considerando o mesmo montante estimado para o ano de 2020 e uma taxa média de 33,33% aplicada a software informático e de 20,0% para os restantes investimentos.

A estimativa do Imposto sobre o rendimento tem subjacente uma taxa efetiva de 25,5%.

## **BALANÇO**

O Balanço apresenta um aumento do ativo líquido de 27M€ para 74M€, devido essencialmente ao aumento do investimento.

O aumento do ativo não corrente reflete um crescimento acentuado do investimento face às amortizações anuais, tendo em conta o Programa de Reestruturação dos Sistemas de Informação dos Cuidados de Saúde Primários (PRESI.CSP).

O Ativo corrente sofre uma diminuição face a 2020, prevendo-se uma diminuição do saldo de caixa e depósitos de 6M€.

O Património Líquido sofre um incremento significativo quer por via dos resultados líquidos obtidos quer por via do aumento das transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciables.

Prevê-se ainda a manutenção do nível de provisões e um aumento ligeiro do passivo corrente.

O Balanço evidencia ainda um prazo médio de pagamentos de 24,80 dias (média trimestral, nos termos do Despacho n.º 9870/2009). Este apresenta ainda um prazo médio de recebimentos em 45,32 dias.

#### INDICADORES DE GESTÃO

Apresentam-se os seguintes indicadores da perspetiva da situação económica e financeira da SPMS para o triénio 2019-2021:

#### INDICADORES DE GESTÃO

INDICADORES DE GESTÃO	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
Prazo médio de pagamentos	49,27	65,58	24,80
Prazo médio de recebimentos	63,29	73,05	45,32
Saldo médio de fornecedores	6 432 263,22 €	8 055 811,22 €	6 181 510,20 €
Saldo médio de clientes	4 126 645,30 €	4 511 469,03 €	2 746 658,89 €
Autonomia Financeira	37%	36%	84%
Liquidez Geral	1,60	1,57	1,39
Taxa média de financiamento	Na	Na	Na

Como se pode verificar, a SPMS prevê uma liquidez razoável para o ano de 2021, no entanto a mesma é tradicionalmente insuficiente ao longo do ano, uma vez que o Contrato-Programa só começa a ser faturado nos últimos meses do ano. Já ao nível da autonomia financeira, a SPMS ainda sofre o impacto da transmissão das posições jurídicas dos ACE's Somos, que ocorreu em 2015, e da entrega do saldo de gerência de 2014, embora se preveja uma melhoria significativa em 2021.

#### PLANO DE INVESTIMENTOS

O Plano de Investimentos para 2021, para além de assegurar a continuidade do PRESI - Programa de Reestruturação dos Sistemas de Informação, nomeadamente nas vertentes PRESI.CSP, referente ao reforço da infraestrutura e conectividade nos Cuidados de Saúde Primários, e PRESI.CENTRAL, referente



ao reforço das componentes centrais que suportam as atividades e conectividade dos Cuidados de Saúde Primários, financiado pelo Contrato-Programa com a ACSS, apresenta neste ano, de acordo com o Orçamento do Estado aprovado, outras componentes de investimento significativo, materializadas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e SAMA/REACT, adiante melhor detalhados.

Relativamente ao investimento previsto para o PRESI, o mesmo deve ser entendido como um todo, isto é, as suas componentes são interdependentes, mesmo que algumas possam ter a natureza de aquisição de serviços, pois a supressão de uma delas colocará em risco todo o plano. Pela sua importância dedica-se de seguida uma subsecção exclusiva ao tema.

### ***PRESI.CSP – Programa de Reestruturação dos Sistemas de Informação dos Cuidados de Saúde Primários***

A renovação do sistema de informação de suporte aos Cuidados de Saúde Primários é urgente, tendo em conta os atuais constrangimentos com que se deparam os profissionais de saúde das diferentes unidades de saúde na utilização diária deste sistema (SINUS - Sistema de Informação das Unidades de Saúde dos CSP).

Desenvolvido nos anos 90 do século passado, o SINUS encontra-se obsoleto, quer do ponto de vista funcional, quer do ponto de vista tecnológico, consequência de um inadequado investimento em infraestruturas e da falta de um software alternativo.

Tendo presente esta realidade, a SPMS, em colaboração com as ARS's, assumiu o desenvolvimento de um novo sistema de informação alternativo ao SINUS, tecnologicamente evoluído e funcionalmente adequado ao novo modelo organizativo dos CSP.

Este programa prevê a substituição do SINUS por novo sistema de informação, permitindo ultrapassar as principais lacunas do sistema atual, com destaque para:

- graves problemas de desempenho;
- mecanismos de segurança da informação e controlo de acesso aos dados dos utentes não estão de acordo com as normas definidas pelo RGPD;
- custos de manutenção e suporte aplicacional muito elevados;
- constrangimentos constantes ao nível dos procedimentos de interoperabilidade com outros sistemas de informação.
- Para além disso este programa vai permitir potenciar a evolução do sistema de informação dos CSP, designadamente:
- Evoluir tecnológica e funcionalmente a área administrativa, disponibilizando novos serviços de agendamento e consulta aos cidadãos, favorecendo o acesso destes aos CSP.
- Potenciar e melhorar os processos de integração com outras aplicações, de âmbito regional e nacional, facilitando a vida aos profissionais de saúde e aumentando a qualidade dos dados.
- Consolidar as bases de dados por ACES contribuindo para a unificação e qualificação de dados dos utentes, ao nível local, de acordo com a atual estrutura organizativa dos CSP.

Para levar a cabo a substituição do SINUS e a consolidação das bases de dados por ACES (diminuindo as atuais 352 bases de dados dos centros de saúde para 54 bases de dados dos ACES), é necessário intervir ao nível da infraestrutura de suporte do novo sistema, numa solução centralizada, seja a nível nacional, seja a nível regional, mas também ultrapassar as lacunas existentes ao nível das infraestruturas locais, nomeadamente ao nível das redes locais e nos postos de trabalho dos profissionais.

Estão previstas as seguintes áreas de intervenção:

-  Infraestrutura para suporte a novos sistemas de informação (substituição do SINUS);
-  Melhoria dos Centros de Dados / Salas Técnicas das ARS's;
-  Atualização tecnológica das Redes Locais das unidades de saúde;
-  Substituição dos Postos de Trabalho dos profissionais dos CSP.

O quadro de investimento plurianual deste programa é o seguinte:

Un: Eur.

PRESI.CSP	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Total
PRESI LOCAL	1 765 381,30	2 577 426,40	1 748 723,68	6 091 531,38
PRESI CENTRAL	1 440 000,00	2 099 500,00	2 831 411,38	6 370 911,38
<b>TOTAL SEM IVA</b>	<b>3 205 381,30</b>	<b>4 676 926,40</b>	<b>4 580 135,06</b>	<b>12 462 442,76</b>
IVA	737 237,70	1 075 693,07	1 053 431,06	2 866 361,83
<b>TOTAL</b>	<b>3 942 619,00</b>	<b>5 752 619,47</b>	<b>5 633 566,12</b>	<b>15 328 804,59</b>

Para assegurar as condições necessárias para o bom funcionamento deste sistema de informação centralizado, moderno e eficiente, estão previstas para 2021 duas grandes áreas de investimento:

-  **Componentes Centrais:** Aquisição e instalação de novos componentes infraestruturais e de conectividade de redes e de segurança, para reforço dos serviços e sistemas centrais que servem as unidades funcionais dos CSP, e que estão diretamente relacionados com o nível de desempenho, resiliência e segurança dos sistemas de informação nos Cuidados de Saúde Primários. Inclui iniciativas de virtualização, backups, reforço de equipamentos de redes e segurança e armazenamento central de dados.
-  **Redes Locais:** Aquisição e instalação de uma nova infraestrutura de rede local, indispensável ao adequado funcionamento das soluções informáticas nas unidades de saúde. Prevê-se numa primeira fase renovar 1/3 das redes locais, nos locais que têm vindo a apresentar mais problemas. Inclui licenciamento de software de base; equipamento (hardware); cablagem e fibra, mais os respetivos serviços de instalação e configuração.

Estas duas rubricas são complementares devendo ser consideradas em conjunto, porque o adequado desempenho dos sistemas centralizados depende de uma boa rede local. De facto, de nada servirá ter uma boa infraestrutura até à entrada do Centro de Saúde se depois a rede dentro do Centro não suportar as aplicações, pelo que o investimento deve ser aprovado e executado em conjunto.



Este programa foi considerado prioritário pela tutela já em 2018, pelo que se previu um aumento direto do Contrato-Programa entre a SPMS e ACSS, todavia o mesmo sofreu um corte abruuto no orçamento aprovado final de 2019, tornando a necessidade deste investimento ainda mais crítica.

Apresentam-se por isso os **riscos de não intervencionar** que, *contrário sensu*, explicam o benefício social associado ao mesmo:

- Potenciar o risco de falência informática em muitas unidades de saúde dos CSP, sobretudo em zonas rurais;
- Incumprimento do novo regulamento sobre Segurança e Proteção de dados, com elevado risco de falhas de segurança;
- Deficiente suporte informático, por lacunas ao nível do desempenho e fiabilidade do sistema, ao trabalho diário de milhares de profissionais, médicos, enfermeiros e administrativos;
- Constrangimento no acesso dos utentes aos CSP, devido a falhas frequentes do sistema de informação;
- Não adequação do sistema de informação ao atual modelo organizativo dos CSP;
- Custos de manutenção e suporte aplicacional muito elevados.

O investimento associado ao PRESI.CSP em 2021 tem a seguinte discriminação:

Un: Eur.

Detalhe do Investimento para 2021 - PRESI.CSP 2021	Valores sem IVA	Valores com IVA
<b>Equipamento básico</b>		
PRESI CENTRAL - Segurança, resiliência e reforço de rede	339 300,00	417 339,00
PRESI CENTRAL - Backups	349 700,00	430 131,00
PRESI CENTRAL - Aumento da capacidade de computação e armazenamento da SPMS e SNS	910 000,00	1 119 300,00
PRESI LOCAL - Modernização das redes locais nos CSP	2 327 426,40	2 862 734,47
PRESI LOCAL - Modernização das comunicações de voz dos CSP	250 000,00	307 500,49
PRESI CENTRAL - Renovação das Infraestruturas críticas de Bases de Dados Centrais	500 500,00	615 615,00
<b>TOTAL</b>	<b>4 676 926,40</b>	<b>5 752 619,96</b>

Os projetos de investimento PRESI.CSP considerados prioritários em 2021 são os seguintes:

**1- PRESI CENTRAL - Segurança, resiliência e reforço de rede**

- a. Custo sem IVA: 339.300,00 €.
- b. Fundamentação: Implementação de novas medidas de proteção ao ecossistema de sistemas do SNS através de novos equipamentos, bem como capacidade de Redes.
- c. Riscos de não intervencionar: Riscos de falha central generalizada e mitigação de problemas de segurança.



## **2- PRESI CENTRAL - Backups**

- a. Custo sem IVA: 349.700,00 €.
- b. Fundamentação: Capacidade para garantir mais e melhores backups centrais, bem como backups da Infraestrutura de entidades.
- c. Riscos de não intervir: Risco elevado de inexistência de backups nas entidades.

## **3- PRESI CENTRAL - Aumento da capacidade de computação e armazenamento da SPMS e SNS**

- a. Custo sem IVA: 910.000,00€.
- b. Fundamentação: Reforço das Infraestruturas de computação e armazenamento da SPMS e SNS para fornecimento de serviços mais robustos e redundantes.
- c. Riscos de não intervir: Incapacidade de salvaguardar toda a informação necessária para suporte aos sistemas do SNS.

## **4- PRESI LOCAL - Modernização das redes locais nos CSP**

- a. Custo sem IVA: 2.327.426,40 €.
- b. Fundamentação: Reestruturação e renovação da infraestrutura de comunicações e redes locais nos CSP. A renovação abarca aquisição de equipamentos de rede e conectividade (bastidores, switches, cablagem, etc.) e instalação/montagem.
- c. Riscos de não intervir: Impossibilidade de evoluir para novas soluções de VOZ que possibilitem melhor articulação entre o SNS e os utentes. Acesso a aplicações não locais mais lento.

## **5- PRESI LOCAL- Modernização das comunicações de voz dos CSP**

- a. Custo sem IVA: 250.000,40€.
- b. Fundamentação: Implementação de um sistema de gestão de atendimento telefónico nos Cuidados de Saúde Primários (CSP).
- c. Riscos de não intervir: Incapacidade dos CSP responderem à procura dos seus serviços, prestando assim um serviço de baixa qualidade ao cidadão, e impactando a resposta de outros serviços aos quais irão recorrer por falta de capacidade de resposta dos primeiros.

## **6- PRESI CENTRAL - Renovação das Infraestruturas críticas de Bases de Dados Centrais**

- a. Custo sem IVA: 500.500,00€.
- b. Fundamentação: Renovação do equipamento e implementação de novas Infraestruturas, mais capazes e redundantes para suportar as Bases de Dados críticas centrais.
- c. Riscos de não intervir: Equipamento obsoleto a prestar serviço, criando problemas de performance e disponibilidade.



### **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**

Os projetos previstos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para 2021, são os seguidamente apresentados, num plano de investimento que tem um horizonte plurianual que se estende até 2024:

Un: Eur.

<b>Detalhe do Investimento para 2021 - PRR 2021</b>	<b>Valores sem IVA</b>	<b>Valores com IVA</b>
<b>Equipamento básico</b>		
Aquisição de infraestrutura e equipamento no âmbito da requalificação tecnológica do SNS	32 254 472,00	39 673 000,56
Aquisição de equipamento no âmbito da Telesaúde, Telemonitorização e Telerreabilitação para o Cidadão	7 845 750,00	9 650 272,50
Aquisição de infraestrutura para a componente de interoperabilidade técnica do SNS	1 200 000,00	1 476 000,00
<b>TOTAL</b>	<b>41 300 222,00</b>	<b>50 799 273,06</b>

#### **1- PRR - Reforma e Modernização da Rede de Dados da Saúde**

- a. Custo sem IVA: 32.854.472,00€.
- b. Fundamentação: aquisição de infraestrutura e equipamento no âmbito da requalificação tecnológica do SNS; aquisição de serviços para a implementação e configuração da infraestrutura e equipamentos no âmbito de requalificação tecnológica do SNS; aquisição de serviços de formação para a capacitação dos recursos TIC no âmbito da requalificação tecnológica do SNS; aquisição de serviços de consultoria para realização do diagnóstico à infraestrutura e redes locais.

#### **2- PRR - Reforma dos Sistemas de Informação disponibilizados ao Cidadão**

- a. Custo sem IVA: 17.603.190,00€.
- b. Fundamentação: aquisição de equipamento no âmbito da Telesaúde, Telemonitorização e Telerreabilitação para o Cidadão; aquisição de serviços de desenvolvimento de software para a plataforma Ominicanal do Cidadão no Contexto do SNS; aquisição de serviços para a elaboração dos scripts, execução e monitorização do processo de migração de dados entre as soluções atuais e as soluções a implementar para o Cidadão; aquisição de serviços de formação para a capacitação dos recursos TIC e utilizadores (profissionais de saúde) e de sensibilização para o Cidadão.

#### **3- PRR - Reforma dos Sistemas de Informação disponibilizados aos Profissionais de Saúde**

- a. Custo sem IVA: 12.170.528,00€.
- b. Fundamentação: aquisição de serviços de desenvolvimento de software para a harmonização e unificação dos sistemas clínicos e administrativos no contexto dos perfis profissionais; aquisição de serviços para a elaboração dos scripts, execução e monitorização do processo de migração de dados entre as soluções atuais e as soluções



a implementar para o Profissional; aquisição de serviços de formação para a capacitação dos recursos TIC e utilizadores (profissionais de saúde).

**4- PRR - Reforma do Sistema de Informação dos Registos Nacionais, Interoperabilidade e Circuito Digital do Medicamento, DM e MCDT**

- a. Custo sem IVA: 7.371.810,00€.
- b. Fundamentação: aquisição de infraestrutura para a componente de interoperabilidade técnica do SNS; aquisição de serviços de desenvolvimento de software no âmbito da qualificação dos dados para os registos nacionais como o utente, profissional e entidade bem como o desenvolvimento de mecanismos de prescrição e dispensa para medicamentos e exames, recorrendo a componentes de interoperabilidade; aquisição de serviços de formação para a capacitação dos recursos TIC e utilizadores no âmbito dos registos nacionais e de prescrição.

**Principais riscos identificados, transversais aos 4 projetos acima mencionados:**

1. Incapacidade/indisponibilidade das Instituições para obras de instalação devido a constrangimentos de saúde pública (Covid-19, outros...);
2. Continuidade das medidas de proteção de saúde e distanciamento social que limitem a normal execução física nas instalações das Instituições de Saúde;
3. Elevada dependência face às equipas locais das Instituições de Saúde para efeitos de renovação das redes;
4. Elevada dependência face a recursos adequados para desenvolver e implementar as ferramentas tecnológicas;
5. Elevada dependência face a processos aquisitivos para aquisição de equipamentos, infraestruturas, serviços e outros, os quais tendem a ser processos morosos;
6. Dependência face aos níveis de literacia digital dos cidadãos;
7. Dependência em relação aos prestadores de cuidados na implementação dos serviços desenvolvidos;
8. Morosidade e resistência à mudança;
9. Constrangimentos legais e de proteção de dados, que tardem a execução das ações propostas.

***REACT-EU (Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe)***

No que concerne ao programa REACT-EU, acrónimo de *Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe* (Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa), a componente

de investimento dará continuidade e alarga as medidas de resposta a situações de crise e de reparação de crises dadas pela Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII) e pela Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus+ (CRII+).

O objetivo do REACT-EU é proporcionar financiamento imediato e adicional aos setores mais importantes da economia, que são cruciais para estabelecer a base para uma recuperação sólida, desde saúde, emprego, empresas, turismo ou cultura.

Esta iniciativa contribuirá para uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia, fundos os quais serão disponibilizados através dos Fundos Estruturais de Investimento (FEEI), mais concretamente com recurso de financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) 2014-2020, Fundo Social Europeu (FSE), bem como ao Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais carenciadas (FEAD), com a programação em novos eixos prioritários específicos ou, se for caso disso, de um novo programa operacional específico, junto das Autoridades de Gestão, em articulação e negociação com cada uma das entidades responsáveis por Ministério e subsector da Administração Pública, no levantamento das necessidades de investimento face ao esforço financeiro público já assumido face ao combate da crise pandémica criada pela SARS\_COV 2 (COVID 19).

Para ano de 2021, ao abrigo do REACT-EU, Portugal deverá receber €1.594 milhões<sup>10</sup> de subsídios europeus, o qual representa 4% do total de €39.640 milhões de fundos da União Europeia a aplicar no presente exercício económico.

Neste sentido a Tutela procedeu à inscrição no OE da SPMS para 2021, do montante de 6,8M€, tendo em vista a operacionalização deste programa de apoio comunitário, face ao combate da crise gerada pela COVID 19, para o qual se aguardam orientações superiores quando à sua operacionalização e decisão de elegibilidade de investimento no âmbito da presente iniciativa, facto pelo qual não se identificam ainda riscos associados à sua não execução, bem como o detalhe inerente ao mesmo.

#### RESTANTES LINHAS DE INVESTIMENTO

As restantes linhas de investimento previstas para 2021 preveem um aumento do ativo bruto em cerca de 2,6M€. Destacam-se os investimentos em edifícios e no equipamento básico.

A perspetiva de investimentos é a seguinte:

---

<sup>10</sup> Decisão de Execução (EU) 2021/182 da Comissão, de 12 de fevereiro de 2021, o qual estabelece a repartição por Estado-Membro dos recursos da REACT-EU para 2021



Un: Eur.

Detalhe do Investimento para 2021	Valores sem IVA	Valores com IVA
<b>Beneficiação de Edifícios</b>		
Auditoria às Condições de Segurança Contra Incêndios e Elaboração das Medidas de Autoproteção – Edifício do CCM_SNS - Maia	50 000,00	61 500,00
Projecto de Segurança Contra Riscos de Incêndio (SCIE) – Edifício SPMS e Data Center - Porto - Rua do Breiner N.º 121	30 000,00	36 900,00
Empreitada de Implementação do Projecto de Segurança Contra Riscos de Incêndio (SCIE) – Edifício SPMS e Data Center - Porto - Rua do Breiner N.º 121	200 000,00	246 000,00
Implementação de Sistema de Controlo de Acessos e Intrusão - Edifício SPMS - Porto - Rua do Breiner N.º 121	50 000,00	61 500,00
Empreitada de Construção de Sala de Reuniões/Auditório/Sala de Conferências no Piso 0 – Edifício da SPMS - Porto - Rua do Breiner N.º 121	200 000,00	246 000,00
Reabilitação da fachada posterior com aplicação de isolamento térmico - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	150 000,00	184 500,00
Substituição da Caixilharia e beneficiação da envolvente exterior do edifício - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	250 000,00	307 500,00
Implementação das medidas do Ventilação e Melhoria da Qualidade do Ar - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	350 000,00	430 500,00
Renovação da Rede de Incêndios do edifício - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	75 000,00	92 250,00
Implementação de Sistema de Controlo de Acessos e Intrusão - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	50 000,00	61 500,00
Implementação de medidas de controlo e eficiência energética ao nível da rede de águas e saneamento - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	10 000,00	12 300,00
Empreitada de Beneficiação das Instalações Sanitárias – recolocação e modernização de loiças sanitárias - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	100 000,00	123 000,00
Certificação Energética dos Edifícios de Lisboa e Porto	30 000,00	36 900,00
	<b>1 545 000,00</b>	<b>1 900 350,00</b>
<b>Equipamento básico</b>		
Remodelação do Sistema de Comunicações e Dados - Edifício SPMS - Porto - Rua do Breiner N.º 121	100 000,00	123 000,00
Aquisição de solução hiperconvergente	300 813,01	370 000,00
Aquisição de armazenamento	227 642,28	280 000,00
Aquisição de computação	203 252,03	250 000,00
Outros	81 300,81	100 000,00
	<b>913 008,13</b>	<b>1 123 000,00</b>
<b>Equipamento informático (administrativo)</b>		
Aquisição de material informático - computadores de secretária e computadores portáteis	81 300,81	100 000,00
	<b>81 300,81</b>	<b>100 000,00</b>
<b>Equipamento administrativo</b>		
Substituição de mobiliário	24 390,24	30 000,00
Substituição de outro equipamento de escritório	16 260,16	20 000,00
	<b>40 650,41</b>	<b>50 000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2 579 959,35</b>	<b>3 173 350,00</b>

#### JUSTIFICAÇÃO DAS RESTANTES LINHAS DE INVESTIMENTO

De seguida apresenta-se a fundamentação dos principais investimentos:

#### 1- Auditoria às Condições de Segurança Contra Incêndios e Elaboração das Medidas de Autoproteção – Edifício do CCM\_SNS - Maia

- a. Custo sem IVA: 50.000,00€
- b. Fundamentação: Cumprimento do Decreto-Lei n.º 220/2008
- c. Riscos de não intervencionar: Não Cumprimento do Decreto-Lei n.º 220/2008



**2- Projeto de Segurança Contra Riscos de Incêndio (SCIE) – Edifício SPMS e Data Center - Porto - Rua do Breiner N.º 121**

- a. Custo sem IVA: 30.000,00€
- b. Fundamentação: Cumprimento do Decreto-Lei n.º 220/2008
- c. Riscos de não intervir: Não Cumprimento do Decreto-Lei n.º 220/2008

**3- Empreitada de Implementação do Projecto de Segurança Contra Riscos de Incêndio (SCIE) – Edifício SPMS e Data Center - Porto - Rua do Breiner N.º 121**

- a. Custo sem IVA: 200.000,00€
- b. Fundamentação: Cumprimento do Decreto-Lei n.º 220/2008
- c. Riscos de não intervir: Não Cumprimento do Decreto-Lei n.º 220/2008

**4- Implementação de Sistema de Controlo de Acessos e Intrusão - Edifício SPMS - Porto - Rua do Breiner N.º 121**

- a. Custo sem IVA: 50.000,00€
- b. Fundamentação: Segurança Interna das Instalações da SPMS
- c. Riscos de não intervir: Manutenção de equipamento obsoleto que não garante o correto funcionamento, colocando em causa a proteção dos acessos a recursos ou bens tangíveis da organização

**5- Empreitada de Construção de Sala de Reuniões/Auditório/Sala de Conferências no Piso 0 – Edifício da SPMS - Porto - Rua do Breiner N.º 121**

- a. Custo sem IVA: 200.000,00€
- b. Fundamentação: Medidas de melhoria da Eficiência Energética de acordo com os objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020.
- c. Riscos de não intervir: Não Cumprimento dos objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020

**6- Reabilitação da fachada posterior com aplicação de isolamento térmico - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61**

- a. Custo sem IVA: 150.000,00€
- b. Fundamentação: Medidas de melhoria da Eficiência Energética de acordo com os objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020.
- c. Riscos de não intervir: Não Cumprimento dos objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020

**7- Substituição da Caixilharia e beneficiação da envolvente exterior do edifício - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61**



- a. Custo sem IVA: 250.000,00€
- b. Fundamentação: Medidas de melhoria da Eficiência Energética de acordo com os objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020.
- c. Riscos de não intervir: Não Cumprimento dos objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020

**8- Implementação das medidas do Ventilação e Melhoria da Qualidade do Ar - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61**

- a. Custo sem IVA: 350.000,00€
- b. Fundamentação: Medidas de melhoria da Eficiência Energética de acordo com os objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020.
- c. Riscos de não intervir: Não Cumprimento dos objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020

**9- Renovação da Rede de Incêndios do edifício - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61**

- a. Custo sem IVA: 75.000,00€
- b. Fundamentação: Cumprimento do Decreto-Lei n.º 220/2008
- c. Riscos de não intervir: Não Cumprimento do Decreto-Lei n.º 220/2008

**10-Implementação de Sistema de Controlo de Acessos e Intrusão - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61**

- a. Custo sem IVA: 50.000,00€
- b. Fundamentação: Segurança Interna das Instalações da SPMS
- c. Riscos de não intervir: Manutenção de equipamento obsoleto que não garante o correto funcionamento, colocando em causa a proteção dos acessos a recursos ou bens tangíveis da organização

**11-Implementação de medidas de controlo e eficiência energética ao nível da rede de águas e saneamento - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61**

- a. Custo sem IVA: 10.000,00€
- b. Fundamentação: Medidas de melhoria da Eficiência Energética de acordo com os objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020.
- c. Riscos de não intervir: Não Cumprimento dos objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020

**12-Empreitada de Beneficiação das Instalações Sanitárias – recolocação e modernização de loiças sanitárias - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61**

- a. Custo sem IVA: 100.000,00€



- b. Fundamentação: Medidas de melhoria da Eficiência Energética de acordo com os objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020.
- c. Riscos de não intervir: Não Cumprimento dos objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020

**13-Certificação Energética dos Edifícios de Lisboa e Porto**

- a. Custo sem IVA: 30.000,00€
- b. Fundamentação: Medidas de melhoria da Eficiência Energética de acordo com os objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020.
- c. Riscos de não intervir: Não Cumprimento dos objetivos preconizados no PNEC 2030 - Resolução do Conselho de Ministros N.º 53/2020

**14-Remodelação do Sistema de Comunicações e Dados - Edifício SPMS - Porto - Rua do Breiner N.º 121**

- a. Custo sem IVA: 100.000,00€
- b. Fundamentação: Adaptação das redes de comunicações dos postos de trabalho e configuração dos sistemas da rede informática
- c. Riscos de não intervir: Prorrogação do estado obsoleto do Equipamento básico (Infraestrutura Central, equipamentos essenciais à operação)

A desagregação do plano de investimentos por fonte de financiamento é a seguinte:

Un: Eur.

Investimento por Fonte	Orçamento	RG - 319	RP - 511	RP 513	UE - 483/486
<b>ATIVOS TANGÍVEIS</b>					
Edifícios e Outras Construções	1 900 350,00	1 900 350,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	64 374 893,02	1 023 000,00	5 752 619,96	0,00	57 599 273,06
Equipamento administrativo	150 000,00	0,00	0,00	150 000,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>66 425 243,02</b>	<b>2 923 350,00</b>	<b>5 752 619,96</b>	<b>150 000,00</b>	<b>57 599 273,06</b>

O quadro global do investimento comparativamente aos anos mais recentes é o seguinte:



Un: Eur.

	Ano 2019	Ano 2020	Ano 2021
<b>ATIVOS TANGÍVEIS</b>			
Edifícios e Outras Construções	76 538,45	365 400,01	1 900 350,00
Equipamento básico	1 995 047,68	4 118 871,89	63 399 199,46
Equipamento administrativo	245 562,05	94 095,24	121 951,22
Outros Investimentos	34 793,50	8 130,08	0,00
Ativos tangíveis em curso	594 010,99	0,00	0,00
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>			
Software informático	14 614,00	18 135,44	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2 960 566,67</b>	<b>4 604 632,66</b>	<b>65 421 500,68</b>

**PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL**

A projeção do plano de investimentos plurianual é a seguinte:

**PLANO DE INVESTIMENTO PLURIANUAL**

Un: Eur.

	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023
<b>ATIVOS TANGÍVEIS</b>			
Edifícios e Outras Construções	1 900 350,00	1 500 000,00	1 845 000,00
Equipamento básico	63 399 199,46	109 299 630,00	12 300 000,00
Equipamento administrativo	121 951,22	900 000,00	900 000,00
Outros Investimentos	0,00	0,00	0,00
<b>ATIVOS INTANGÍVEIS</b>			
Software informático	0,00	200 000,00	246 000,00
<b>TOTAL</b>	<b>65 421 500,68</b>	<b>111 899 630,00</b>	<b>15 291 000,00</b>

O principal investimento que se prevê para o triénio 2021-2023 encontra-se fundamentalmente ancorado no PRR que foi objeto de inscrição orçamental em 2021, num horizonte plurianual de execução prevista. Mantém-se igualmente o investimento referente ao PRESI.CSP, dando assim continuidade ao mesmo.

Os investimentos previstos neste plano não perspetivam quaisquer rendas futuras que permitam calcular cash-flows positivos em anos subsequentes. Na verdade, os investimentos previstos têm uma natureza essencialmente não mercantil gerando benefícios sociais ao Serviço Nacional de Saúde, essencialmente por via da manutenção dos serviços informáticos em funcionamento e incremento da sua utilidade pública.

Neste contexto, não se adequa a aplicação de indicadores de monitorização dos referidos investimentos com base em indicadores económico-financeiros que usam os cash-flows futuros, como por exemplo o Valor Atual Líquido (VAL) ou a Taxa Interna de Rentabilidade (TIR).



Face a esta circunstância e tendo em conta as instruções da DGTF e as indicações da UTAM, considera-se adequado que sejam aplicados indicadores alternativos para monitorização da execução dos investimentos ao longo do ano de 2021.

Não obstante alguns investimentos apresentarem indicadores físicos próprios, o indicador base escolhido para o efeito é a data-objetivo da execução desse investimento, isto é, preveem-se objetivamente que certos investimentos ocorram no primeiro trimestre, segundo, terceiro e quarto trimestre, pelo que o montante executado em cada um deles será comparado com o agora previsto de acordo com o seguinte quadro:

### ORÇAMENTO TRIMESTRAL DE INVESTIMENTOS

Un: Eur.

Detalhe do Investimento para 2021 - PRESI.CSP 2021	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
<b>Equipamento básico</b>				
PRESI CENTRAL - Segurança, resiliência e reforço de rede	0,00	0,00	339 300,00	0,00
PRESI CENTRAL - Backups	0,00	0,00	349 700,00	0,00
PRESI CENTRAL - Aumento da capacidade de computação e armazenamento da SPMS e SNS	0,00	0,00	0,00	910 000,00
PRESI LOCAL - Modernização das redes locais nos CSP	0,00	0,00	0,00	2 327 426,40
PRESI LOCAL - Modernização das comunicações de voz dos CSP	0,00	0,00	250 000,00	0,00
PRESI CENTRAL - Renovação das Infraestruturas críticas de Bases de Dados Centrais	0,00	0,00	0,00	500 500,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>939 000,00</b>	<b>3 737 926,40</b>

Detalhe do Investimento para 2021 - PRR 2021	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
<b>Equipamento básico</b>				
Aquisição de infraestrutura e equipamento no âmbito da requalificação tecnológica do SNS				39 673 000,56
Aquisição de equipamento no âmbito da Telesaúde, Telemonitorização e Telerreabilitação para o Cidadão				9 650 272,50
Aquisição de infraestrutura para a componente de interoperabilidade técnica do SNS				1 476 000,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>50 799 273,06</b>

Un: Eur.

Detalhe do Investimento para 2021	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
<b>Beneficiação de Edifícios</b>				
Auditoria às Condições de Segurança Contra Incêndios e Elaboração das Medidas de Autoproteção – Edifício do CCM_SNS - Maia	0,00	0,00	30 750,00	30 750,00
Projecto de Segurança Contra Riscos de Incêndio (SCIE) – Edifício SPMS e Data Center - Porto - Rua do Breiner N.º 121	0,00	0,00	36 900,00	0,00
Empreitada de Implementação do Projecto de Segurança Contra Riscos de Incêndio (SCIE) – Edifício SPMS e Data Center - Porto - Rua do Breiner N.º 121	0,00	0,00	123 000,00	123 000,00
Implementação de Sistema de Controlo de Acessos e Intrusão - Edifício SPMS - Porto - Rua do Breiner N.º 121	0,00	0,00	61 500,00	0,00
Empreitada de Construção de Sala de Reuniões/Auditório/Sala de Conferências no Piso 0 – Edifício da SPMS - Porto - Rua do Breiner N.º 121	0,00	0,00	123 000,00	123 000,00
Reabilitação da fachada posterior com aplicação de isolamento térmico - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	0,00	0,00	92 250,00	92 250,00
Substituição da Caixilharia e beneficiação da envolvente exterior do edifício - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	0,00	0,00	153 750,00	153 750,00
Implementação das medidas do Ventilação e Melhoria da Qualidade do Ar - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	0,00	0,00	215 250,00	215 250,00
Renovação da Rede de Incêndios do edifício - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	0,00	0,00	92 250,00	0,00
Implementação de Sistema de Controlo de Acessos e Intrusão - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	0,00	0,00	0,00	61 500,00
Implementação de medidas de controlo e eficiência energética ao nível da rede de águas e saneamento - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	0,00	12 300,00	0,00	0,00
Empreitada de Beneficiação das Instalações Sanitárias – recolocação e modernização de loiças sanitárias - Edifício SPMS - Lisboa - Av. República N.º 61	0,00	0,00	123 000,00	0,00
Certificação Energética dos Edifícios de Lisboa e Porto	0,00	0,00	36 900,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>12 300,00</b>	<b>1 088 550,00</b>	<b>799 500,00</b>
<b>Equipamento básico</b>				
Remodelação do Sistema de Comunicações e Dados - Edifício SPMS - Porto - Rua do Breiner N.º 121	0,00	0,00	61 500,00	61 500,00
Aquisição de solução hiperconvergente	0,00	0,00	370 000,00	0,00
Aquisição de armazenamento	0,00	0,00	280 000,00	0,00
Aquisição de computação	0,00	0,00	250 000,00	0,00
			0,00	100 000,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>961 500,00</b>	<b>161 500,00</b>
<b>Equipamento informático (administrativo)</b>				
Aquisição de material informático - computadores de secretária e computadores portáteis	0,00	0,00	81 300,81	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>81 300,81</b>	<b>0,00</b>
<b>Equipamento administrativo</b>				
Substituição de mobiliário	0,00	0,00	24 390,24	0,00
Substituição de outro equipamento de escritório	0,00	0,00	16 260,16	0,00
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40 650,41</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>12 300,00</b>	<b>2 172 001,22</b>	<b>961 000,00</b>

Os investimentos apresentados contêm um benefício público inerente à atividade da SPMS e são imprescindíveis porque, no essencial, visam manter a operação informática do Ministério da Saúde e procuram gerar poupanças ao Serviço Nacional de Saúde, designadamente através da concentração de atividades e geração de economias de escala, acrescendo no corrente ano os investimentos previstos no PRR, no âmbito dos respetivos planos aplicáveis ao setor da saúde.

No que respeita às prioridades de investimentos, elas são definidas pela seguinte ordem:

- Os previstos no PRR;
- Implementação do PRESI.CSP, conforme fundamentação exposta;
- Equipamento básico, designadamente, os relacionados com os Data Center e a segurança;

- Obras de reabilitação, segurança contra riscos de incêndio, melhoria na ventilação e qualidade do ar e implementação de medidas de controlo e eficiência energética na rede de águas e saneamento no edifício da Av. da República;
- Renovação da rede de incêndios do edifício de Lisboa;
- Demais intervenções e melhorias técnicas referidas nos edifícios;
- Renovação e substituição de equipamentos do parque informático da SPMS, principalmente no que respeita à substituição de equipamentos obsoletos que possam pôr em causa a operação corrente;
- Equipamento administrativo e outros investimentos de carácter substitutivo.

#### NOTAS AOS FLUXOS DE CAIXA

Os fluxos de caixa provenientes de clientes tiveram em consideração o prazo médio de recebimentos. Os montantes apresentados incluem o IVA e são consistentes com o orçamento da receita e com as dívidas a receber no final do ano.

#### 1. Recebimentos de clientes

**32 962 081,08**

Detalhe	Valor
<b>Serviços Partilhados - SNS</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros - Fora SNS</b>	<b>3 077 849,04</b>
Direção Geral da Saúde	2 638 037,04
RAM - Iasaúde - Madeira	238 632,00
RAA - Direção Regional dos Açores	81 180,00
INCM	120 000,00
<b>Contrato Programa:</b>	<b>29 884 232,04</b>
ACSS CP - Projetos em Desenvolvimento	24 131 613,00
ACSS CP - PRESI	5 752 619,04

Os fluxos de caixa destinados a fornecedores tiveram em consideração o prazo médio de pagamentos. Os montantes apresentados incluem o IVA e são consistentes com o orçamento da despesa e com as dívidas a pagar no final do ano.

## 2. Pagamentos a fornecedores

**-99 031 635,94**

Detalhe	Valor
Dívida de 2020	1 545 377,55
Subcontratos	65 040 776,20
Trabalhos especializados	25 097 088,62
Publicidade e propaganda	180 365,00
Vigilância e segurança	485 121,72
Honorários	7 209,11
Conservação e reparação	3 414 542,66
Materiais	122 370,39
Electricidade	617 465,16
Combustíveis	23 151,80
Água	43 236,55
Deslocações, estadas e transportes	466 172,65
Rendas e alugueres	1 164 800,97
Comunicação	345 043,68
Limpeza, higiene e conforto	464 664,20
Outros	14 249,67

## 3. Pagamento ao pessoal

**-10 340 176,00**

Detalhe	Valor
Gastos com Órgãos Sociais	245 612,88
Gastos com Cargos de Direção	2 055 397,64
Encargos com o pessoal e outros gastos	2 106 341,67
Remunerações do Pessoal	5 932 823,81

## 4. Outros Recebimentos / Pagamentos

**136 420 791,35**

Detalhe	Valor
<b>Outros recebimentos</b>	<b>145 713 678,00</b>
Prestações de Serviços em Contínuo (acordo de manutenção) - ACSS	31 000 000,00
Centro de Contacto SNS24 ACSS	15 047 000,04
Centro de Controlo e Monitorização do SNS - ACSS	2 392 893,96
SITAM	72 158,04
Instrumento de Recuperação e Resiliência	86 100 000,00
SAMA/REACT	6 800 000,00
Portugal 2020 e EU	4 301 625,96
<b>Outros pagamentos</b>	<b>-9 336 891,61</b>
Liquidação de IRC	-700 000,00
Entrega do saldo de gerência	-8 636 891,61
<b>Outros recebimentos e pagamentos</b>	<b>44 004,96</b>



**5. Ativos Fixos Tangíveis**

**-66 525 242,06**

<b>Detalhe</b>	<b>Valor</b>
Edifícios e outras construções	1 900 350,00
Equipamento básico	64 474 892,06
Equipamento administrativo	100 000,00
Outros Investimentos	50 000,00

**6. Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência**

Equivalentes a caixa no início do período	10 281 121,54
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 766 939,97
Saldo para a gerência seguinte	3 766 939,97
De execução orçamental	2 944 825,01
De operações de tesouraria	822 114,97

**PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS**

O quadro geral do Plano de Redução de Custos apresenta-se em seguida:

**PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS**

PRC	Ano 2021	Ano 2020	Ano 2019	Var 2021/2020	
	Previsão	Execução	Execução	Valor	%
<b>(1) CMVMC (€)</b>	-	-	-	-	-
<b>(2) FSE (€)</b>	90 971 203,81	44 839 244,62	47 651 871,74	46 131 959,19	102,88%
<b>(3) Gastos com pessoal (€)</b>	10 340 176,00	10 234 923,43	9 872 967,30	105 252,57	1,03%
Indemnizações	0,00	68 542,01	34 135,49		
Valorizações remuneratórias	0,00	0,00	3 190,00		
<b>(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)</b>	<b>101 311 379,81</b>	<b>55 074 168,05</b>	<b>57 524 839,04</b>	<b>46 237 211,76</b>	<b>83,95%</b>
<b>(5) Volume de Negócios (VN)</b>	22 121 513,88	22 540 754,60	23 797 389,99	-419 240,72	-1,86%
Subsídios à exploração	88 042 246,90	40 999 986,53	37 142 265,66	47 042 260,37	114,74%
Indemnizações Compensatórias					
<b>(6) GO/VN (4)/(5)</b>	458,0%	244,3%	241,7%		
(7) Deslocações e alojamento (valor)	413 456,90	413 456,90	413 456,90	0,00	0,00%
(8) Ajudas de custo (Valor)	10 000,00	24 328,42	84 292,09	-14 328,42	-58,90%
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (valor)	65 444,23	39 266,54	38 730,11		
<b>(7) + (8) + (9)</b>	<b>488 901,13</b>	<b>477 051,86</b>	<b>536 479,10</b>		
(10) Gastos com contratações de estudos, pareceres e projetos de consultoria (valor)	797 179,22	797 179,22	797 179,22	0,00	0,00%

Relativamente ao Plano de Redução de Custos, importa referir que esta projeção já incorpora o aumento dos plafonds atribuídos à SPMS no âmbito do orçamento aprovado para 2021.

O quadro acima assinala ainda um aumento o Peso dos Gastos Operacionais no Volume de Negócios de 244,3% em 2020 para 321% em 2021. Esta variação explica-se pelo facto dos Fornecimentos e Serviços Externos financiados por Receitas Gerais contribuírem para a fórmula, enquanto que a receita, classificada em transferências correntes não contribui uma vez que não integra o conceito de volume de negócios. Nos anos subsequentes prevê-se uma estabilização deste rácio.

**GASTOS COM VIATURAS**

Estima-se que as despesas com viaturas cresçam proporcionalmente ao aumento do número de viaturas ao serviço da SPMS de 3 para 5. De ressaltar que este aumento de duas viaturas autorizado em 2019<sup>11</sup>, só se prevê ter expressão financeira de 2021, dado que atendendo ao contexto atual a respetiva aquisição foi prorrogada, pelo que os efeitos financeiros só terão expressão em 2021:

VIATURAS	ANO 2021	ANO 2020	ANO 2019	VAR 2021/2020	
	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO	VALOR	%
<b>GASTOS COM VIATURAS</b>	65 444,23 €	39 614,29 €	38 730,11 €	26 177,69 €	67%
<b>N.º DE VIATURAS</b>	5	3	3	2	67%

Recorde-se que a necessidade de duas viaturas adicionais é resultado do reforço das atribuições da SPMS em matéria de prestação de serviços partilhados nas áreas de compras e logística, serviços financeiros, recursos humanos e sistemas e tecnologias de informação e comunicação; o funcionamento do Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde e do Centro Nacional de Telessaúde; e, no âmbito dos serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e

<sup>11</sup> Autorizado pelo Despacho n.º 1184/19, de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro, de 8 de outubro de 2019



terapêutica e de outras áreas de prestações de saúde, cabe, ainda, à SPMS assegurar a atividade e a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do SNS.

Este incremento de responsabilidades da SPMS acarretou: o aumento de instalações físicas (atualmente em 5 locais diferentes, sendo que 3 se situam na cidade de Lisboa e 2 na cidade do Porto) a recorrente deslocação dos profissionais da SPMS; o aumento das deslocações dos técnicos das área das tecnologias da informação da SPMS, que prestam apoio tecnológico a todas as instituições do SNS, as quais se encontram dispersas por todo o território Nacional.

Neste enquadramento, e como suporte a toda a sua atividade, as 3 viaturas em sistema de regime de locação operacional que a SPMS tem atualmente, são manifestamente insuficientes para o funcionamento eficiente da SPMS na prestação de serviços ao SNS e MS.

De ressaltar ainda que o recurso aos transportes públicos não consegue resolver na globalidade o problema, porquanto a deslocação dos técnicos implica muitas vezes o transporte de equipamento e nem todas as instituições do Serviço Nacional de Saúde (nas quais se incluem os Centros de Saúde) se situam em locais de fácil acesso a transporte públicos.

#### **EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM O PESSOAL**

Tendo em vista a otimização de recursos e racionalização dos gastos com pessoal, em setembro de 2020, a SPMS apresenta a Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde uma proposta para o recrutamento de 292 recursos, de forma a permitir o seu ajustamento e adequação às necessidades de uma organização operacionalmente eficiente.

O referido projeto de contratação de recursos em 2021 tem por base o estudo sobre *a melhoria da prestação de serviços através da internalização de recursos humanos nos principais serviços da SPMS*, que se junta em anexo (**Anexo II**), no qual se prevê em suma:

1. O atual modelo de contratação massiva de recursos externos, que implica uma permanente rotatividade do capital humano e impede a consolidação do conhecimento e a especialização exigidos para o setor, deve ser substituído por um dimensionamento da estrutura interna de recursos humanos da SPMS, a levar a cabo, tão atempadamente quanto possível, de forma a garantir:
  - a. A inexistência de interrupções na atividade e manutenção do serviço público prestado;
  - b. Uma resposta da SPMS com qualidade, rigor e tempestividade aos atuais e futuros desafios para o SNS;
  - c. A consolidação de conhecimento para potenciar o crescimento e maturidade organizacional;
  - d. O incremento da capacidade de planeamento, com o objetivo de reduzir o esforço de gestão da atividade corrente.
2. Caso a contratação proposta não tenha lugar a breve trecho e se mantenha o recurso massificado a *outsourcing*, estimam-se os seguintes custos e riscos, diretos e indiretos anuais:



PRINCIPAIS CUSTOS E RISCOS		
CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS	<b>Despesa pública anual (€)</b>	<b>4 151 956 €</b>
	<b>Custo de formação/integração (custo médio anual) (€)</b>	<b>1,4 M €</b>
	<b>Índice médio de rotatividade anual (ideal ~10%/ano) (%)</b>	<b>33%</b>
	<b>Custo médio anual da rotatividade (€)</b>	<b>342 661 €</b>
	<b>Custo médio anual dos processos de contratação (€)</b>	<b>308 550€</b>
RISCOS DIRETOS E INDIRETOS	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dependência excessiva a subcontratados nas áreas <i>core</i> da SPMS;</li> <li>- Comprometimento da segurança da informação e da continuidade do negócio;</li> <li>- Perda de talento e <i>know-how</i> pela excessiva rotatividade da ocupação dos postos de trabalho;</li> <li>- Conflitos de interesses pela exposição de conhecimento a subcontratados;</li> <li>- Risco de rutura do serviço, expondo a SPMS a fragilidades operacionais;</li> <li>- Competências técnicas não assentes em quadros com a experiência e senioridade necessárias - às funções capitais, nacionais e estratégicas conferidas pela tutela à SPMS;</li> <li>- Enfraquecimento da cultura organizacional e do alinhamento dos recursos humanos com a missão e estratégia da empresa, uma vez que os RH externos representam, atualmente, mais de 55% da força do trabalho;</li> <li>- Sobrecarga de trabalho em períodos de início e fins de contratos;</li> <li>- Volatilidade da produtividade das equipas perante a rotatividade excessiva de RH externos.</li> </ul>	

3. A contratação atempada de recursos humanos nos principais serviços da SPMS acarreta vantagens significativas a curto, médio e longo prazos, cujos efeitos se farão sentir na SPMS, no SNS e no Estado, nomeadamente:
  - a. Retenção do conhecimento relevante nas áreas dos Sistemas de Informação, Compras Públicas e Telessaúde e respetivas funções, atualmente *core* para o SNS;
  - b. Retenção de talento e conhecimento especializado na área da saúde;
  - c. Aumento da capacidade de gestão do risco e da continuidade do negócio, na atual crise e no futuro;
  - d. Maior poupança para o Estado Português.
4. A redução de risco de prestação de serviço, a garantia de qualidade e a redução de custos entre €4M e 4.8€M ano para o Estado Português, poderão ser alcançadas com a contratação de 292 pessoas para a operacionalização das áreas de suporte e negócio, nos seguintes moldes:
  - Substituição dos atuais 360 recursos externos por 277 recursos internos, para reforço das várias áreas de Tecnologias de Informação, Gestão e Direito;
  - Contratação de 15 médicos e enfermeiros, para reforçar as áreas da Telessaúde e Centro de Contacto do SNS 24.

Atenta a relevância de tais conclusões, em 23 de novembro de 2020, Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, remeteu o Estudo a Sua Excelência o Ministro das Finanças (**Anexo III**).



De referir que, na primeira versão submetida do Plano de Atividades e Orçamento, considerou-se o encargo correspondente à contratação destes 292 recursos humanos, para o ano de 2021.

Não obstante, dado que a proposta inicial da SPMS se encontrava em apreciação por Sua Excelência o Ministro das Finanças, em 16 de abril de 2021, solicitou-se para capacitação urgente da SPMS, autorização para o Processo de Recrutamento e Seleção de 60 pessoas para os principais serviços (cerca de 20% dos 292 postos inicialmente propostos), para garantir a inexistência de perturbações na atividade e manutenção dos atuais serviços, designadamente nas áreas das Tecnologias de Informação, da Telessaúde e do Centro de Contacto do SNS, bem como assegurar uma adequada e tempestiva resposta à pandemia.

Sem prejuízo dos argumentos aduzidos no referido estudo, das 292 Pessoas solicitadas no pedido inicial da SPMS – sucessivamente reiterado – propôs-se o reforço do quadro de pessoal prementemente com 60 Pessoas.

Esta proposta mereceu a concordância de Sua Excelência o Ministro de Estado e das Finanças, em 04 de junho de 2021 (**Anexo IV**).

Nesta sequência, procedeu-se a uma revisão do orçamento inicialmente proposto para gastos com pessoal, sendo expetável que a integração das 60 pessoas na SPMS terá lugar a partir de setembro de 2021, considerando a tramitação inerente a um processo de recrutamento e seleção desta envergadura.

De ressaltar que este processo Recrutamento e Seleção de 60 Pessoas implica duas etapas, designadamente a de atração de candidatos(as) e a de escolha do(a) candidato(a) adequado(a) ao exercício das funções (seleção), garantindo-se desta forma a contratação das pessoas certas.

O Recrutamento obedecerá às seguintes fases:

- i. Identificação de necessidades em termos de perfis a contratar;
- ii. Submissão do(s) perfil(is) no INA;
- iii. Publicação do(s) respetivo(s) anúncio(s), em meios de divulgação, nomeadamente em jornais de expansão nacional; linkedin, facebook e site da SPMS, garantindo desta forma os princípios da igualdade e transparência.

A Seleção de Candidatos decorrerá da seguinte forma:

- iv. Triagem/análise curricular, realizada pelos elementos do júri, identificados para o efeito;
- v. Realização de entrevista(s), pelos elementos do júri, identificado para o efeito, com respetiva avaliação dos(as) candidatos(as).

Após aferição, por parte dos elementos do júri, de qual o(a) candidato(a) selecionado(a), serão realizadas as respetivas comunicações de resultados.

O quadro infra mostra assim a evolução de diversos indicadores relacionados com recursos humanos, em 2021, nos termos das instruções da DGTf:

Un: €

RH	Previsão PAO	Execução	Execução	Var 2021/2019		Var 2021/2020	
	Ano 2021	Ano 2020	Ano 2019	Valor	%	Valor	%
<b>Gastos com pessoal (1) = (a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)+(g)</b>	<b>10 340 176,00</b>	<b>10 234 923,43</b>	<b>9 872 967,30</b>	<b>467 208,70</b>	<b>5%</b>	<b>105 252,57</b>	<b>1%</b>
(a) Gastos com Órgãos Sociais (€)	245 612,88	260 145,32	242 355,55	3 257,33	1%	-14 532,44	-6%
(b) Gastos com Cargos de Direção (€)	2 055 397,64	2 101 832,57	2 396 898,48	-341 500,84	-17%	-46 434,93	-2%
(c) Remunerações do Pessoal	5 727 870,36 €	5 746 905,32 €	5 205 799,76	522 070,60	9%	-19 034,96	0%
(i) Vencimentos base + Subs. Férias + Subs. Natal	5 727 870,36 €	5 746 905,32 €	5 202 609,76	525 260,60	9%	-19 034,96	0%
(ii) Outros Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
(iii) Valorizações remuneratórias	0	0	3 190,00	-3 190,00	0%	0	0%
(d) Benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-
(e) Ajudas de custo	1 000,00	24 859,82	84 292,09	-83 292,09	8329%	-23 859,82	2386%
(f) Restantes encargos	2 290 295,12	2 032 638,39	1 909 485,93	380 809,19	17%	257 656,73	11%
(g) Rescisões / Indemnizações (€)	20 000,00	68 542,01	34 135,49	-14 135,49	-0,71	-48 542,01	-2,43
<b>Gastos Totais com pessoal (2) = (1) sem o impacto das medidas identificadas em (iii) e (g)</b>	<b>10 320 176,00</b>	<b>10 166 381,42</b>	<b>9 835 641,81</b>	<b>484 534,19</b>	<b>5%</b>	<b>153 794,58</b>	<b>1%</b>
<b>Designação</b>							
Número Total de Lugares do Quadro de pessoal Aprovado/Solicitado (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores)	385	325	368	17	4%	60	16%
N.º Total RH Preenchidos/ A Preencher (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores) até 31.12.2021	360	292	279	81	23%	68	19%
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	4	4	4	0	0%	0	0%
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	46	38	44	2	4%	8	17%
Nº Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos Dirigentes (número)	310*	250	231	75	24%	60	19%
Gastos com Dirigentes/Gastos com o Pessoal [(b)/((1)-(g))]	2,38%	2,56%	2,46%				

\* 250 lugares preenchidos + 60 lugares por preencher (Despacho MEF, de 04.06)

No que respeita à **evolução do número total de recursos preenchidos/a preencher**, o quadro infra ilustra a respetiva projeção do ano 2020 para 2021:

Detalhe Explicativo da Evolução do N.º Total de RH Preenchidos/A Preencher	
<b>1. O.S.</b>	
N.º O.S. em 31.12.2020	4
N.º de O.S. em 31.12.2021	4
<b>SubTotal de 1. (N.º de O.S.) em 31.12.2021</b>	<b>4</b>
<b>2. Dirigentes sem O.S.</b>	
N.º de Dirigentes sem O.S. em 31.12.2020	38
Preenchimento expectável até 31.12.2021	8
<b>SubTotal de 2. (N.º de Dirigentes sem O.S.) em 31.12.2021</b>	<b>46</b>
<b>3. Trabalhadores</b>	
N.º Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos Dirigentes em 31.12.2020	250
Recrutamento autorizado no decorrer de 2021 (cf. Despacho MEF, de 04.06.2021)	60
<b>SubTotal de N.º de Trabalhadores sem O.S. e sem Cargos Dirigentes em 31.12.2021</b>	<b>310</b>
<b>Total de RH Preenchidos/A Preencher a 31.12.2021= 1. + 2. + 3.</b>	<b>360</b>

Na leitura dos **Gastos com Pessoal**, o quadro infra ilustra a projeção expectável em termos de despesa para 2021:

Descritivo	N.º	despesa
<b>1. N.º Total RH Preenchidos/A Preencher (O.S. + Cargos de Direção + Trabalhadores) até 31.12.2021</b>	<b>300</b>	<b>9 744 600,99 €</b>
<b>Total = (1.1.) + (1.2.) + (1.3.)</b>		
<b>1.1. Órgãos Sociais (inclui FU)</b>	<b>4</b>	<b>245 612,88 €</b>
<b>1.2. Dirigentes sem Órgãos Sociais Previstos</b>	<b>46</b>	<b>2 055 397,64 €</b>
<b>1.3 Trabalhadores sem Órgãos Sociais e sem Cargos Dirigentes   Total = (a) + (b)</b>		<b>7 443 590,47 €</b>
(a) Remunerações do Pessoal	<b>250</b>	5 283 919,32 €
(b) Restantes Encargos (exceto valorizações remuneratórias e rescisões/indenizações)		2 159 671,15
<b>2. N.º Total RH A Preencher - de setembro a dezembro de 2021</b>		<b>574 575,01 €</b>
<b>Total = (a) + (b)</b>	<b>60</b>	
(a) Remunerações do Pessoal (inclui proporcionais de SF e SN)		443 951,04 €
(b) Restantes Encargos		130 623,97 €
<b>3. N.º Total de RH Preenchidos/Solicitados</b>	<b>360</b>	<b>10 319 176,00 €</b>
<b>Total = 1. + 2.</b>		

**Notas Explicativas:**

Na leitura dos **Gastos com Pessoal**, e no que respeita à **variação de determinados valores de 2020 para 2021**, há que ressaltar o seguinte:

- i. A variação dos **Gastos com Órgãos Sociais**, no montante **-14 532,44 €**, deve-se a um acerto em 2020 concernente às reduções remuneratórias aplicadas aos gestores públicos, tendo-se procedido à devolução de valores ao anterior Conselho de Administração. Em 2021 esta situação encontra-se regularizada.
- ii. A variação dos **gastos com Cargos Dirigentes**, no montante **- 46 434,93 €**, é resultado de, em 2021, não terem ainda sido providos os 46 lugares de dirigentes e não ser expectável que o sejam até término do ano.
- iii. A variação das **remunerações com Trabalhadores**, no montante de **- 19 034,96 €**.

Esta variação, para 2021, é reflexo da proposta de redimensionamento do quadro efetivo da SPMS, através do recrutamento e seleção de 60 pessoas, bem como de vagas por preencher correspondentes a saídas de colaboradores cujo processo de substituição só poderá ter início a partir de julho.

De referir que o limite total de 5 727 870,36 € para as remunerações com trabalhadores foi ajustado ao até ao limite da aprovação em sede do orçamento do Estado para 2021.

- iv. A variação nas **ajudas de custo** no valor de **-23 859,82 €** representa a diminuição significativa deste conjunto de gastos com deslocações e alojamento dos trabalhadores, considerando o atual contexto de pandemia.
- v. A variação nos **restantes encargos** no valor de **257 656,73 €**, representa os encargos sociais e outros encargos com o pessoal das variações supra enunciadas e foram calculados considerando a mesma variação da totalidade dos gastos com pessoal até ao limite da aprovação em sede do orçamento do Estado para 2021.

Acresce referir que este crescimento de recursos humanos, com reflexo no aumento da despesa do agrupamento 01 – despesas com o pessoal no orçamento de 2021, não colocará em causa a regra do equilíbrio orçamental, uma vez que será assegurado em contrapartida do agrupamento 02. Realçando-se que é previsível que o aumento nesta rubrica seja inferior à despesa inerente ao recurso a contratos de prestação de serviços, ou seja, assegurará um quadro de economia e racionalização de despesa que será posteriormente evidenciado.

Em consonância com Decreto-Lei de Execução Orçamental em vigor, solicita-se ainda aprovação para o recrutamento destinado à substituição, para a mesma função, de trabalhadores que cessem o vínculo de emprego por causa não imputável à entidade empregadora e desempenhem tarefas correspondentes a necessidades permanente, garantido que estejam cumpridos todos os requisitos nos termos do referido diploma legal, bem como ao recurso a figuras de mobilidade, quer por via de acordos de cedência de interesse público com trabalhadores de entidades abrangidas pelo âmbito de aplicação da LTFP, ou outras legalmente previstas, para ocupação de lugares de quadro não preenchidos por trabalhadores que se encontram em mobilidade fora da SPMS, acautelando o número de postos de trabalhos aprovados.

**FINANCIAMENTOS EXTERNOS**

No que respeita a financiamentos externos destacam-se os projetos com recurso a financiamento comunitário, nomeadamente os programas de incentivos nacionais Portugal 2020 e FCT, com a seguinte composição:

Programas Incentivos Nacionais		Financiamento					Previsão de Incentivo Concedido			
Código	Nome	Fundo de Financiamento	Investimento	Elegível Aprovado	Incentivo Concedido	Contrapartida Nacional	Anos Anteriores	2020	2021	Anos Subsequentes
<b>1 - Portugal 2020</b>										
POCI-02-0550-FEDER-040622	Desenvolvimento e Implementação Novo Sistema de Informação Administrativo	FEDER	661 425,12 €	661 425,12 €	376 681,61 €	284 743,51 €	- €	23 570,79 €	313 817,78 €	39 293,04 €
POCI-02-0550-FEDER-040615	Desmaterialização da Prescrição e Prestação de Óculos/Lentes e Exames	FEDER	440 369,99 €	440 369,99 €	374 314,49 €	66 055,50 €	21 438,68 €	3 838,14 €	229 840,00 €	119 197,67 €
POCI-02-0550-FEDER-044014	S3CSD - S3   Cuidados de Saúde Domilicários	FEDER	839 858,88 €	839 858,88 €	713 937,38 €	125 921,50 €	- €	- €	292 712,25 €	421 225,13 €
POCI-02-0550-FEDER-043965	Boletim do Medicamento no Registo de Saúde Eletrónico	FEDER	584 842,58 €	584 842,58 €	333 067,85 €	251 774,73 €	- €	- €	152 871,78 €	180 196,07 €
POCI-05-5762-FSE-000101	Qualidade de Processos	FSE	259 762,70 €	174 041,01 €	147 934,86 €	111 827,84 €	- €	- €	101 817,20 €	46 117,66 €
POCI-05-5762-FSE-000214 (IA)	CARDIO.AI SUPPORT	FSE	297 281,73 €	199 178,76 €	169 301,95 €	127 979,78 €	- €	- €	94 819,14 €	74 482,81 €
POCI-05-5762-FSE-000305	Conciliação da Vida Profissional e Familiar dos Colaboradores da SPMS	FSE	216 313,46 €	216 313,46 €	123 190,52 €	93 122,94 €	- €	- €	30 649,79 €	92 540,72 €
POCI-05-5762-FSE-000296	Easy	FSE	1 000 000,00 €	1 000 000,00 €	850 000,00 €	150 000,00 €	- €	- €	224 705,24 €	625 294,76 €
POCI-05-5762-FSE-000348	CRIAS	FSE	936 000,00 €	936 000,00 €	533 052,00 €	402 948,00 €	- €	- €	325 374,33 €	207 677,67 €
POCI-05-5762-FSE-000342	Assistente Pessoal de Saúde (chatbot informativo e resolutivo da Saúde)	FSE	837 720,00 €	837 720,00 €	477 081,54 €	360 638,46 €	- €	- €	288 096,76 €	188 984,78 €
POCI-05-5762-FSE-000346	Certificação App's da Saúde	FSE	655 000,00 €	655 000,00 €	373 022,50 €	281 977,50 €	- €	- €	169 711,00 €	203 311,50 €
POCI-05-5762-FSE-000347	MoDe SNS	FSE	477 600,00 €	477 600,00 €	271 993,20 €	205 606,80 €	- €	- €	193 326,27 €	78 666,93 €
POCI-05-5762-FSE-000345	ECION	FSE	999 920,00 €	999 920,00 €	569 454,44 €	430 465,56 €	- €	- €	349 446,15 €	220 008,29 €
POCI-05-5762-FSE-000404	Mobile @SNS	FSE	993 000,00 €	993 000,00 €	565 513,50 €	427 486,50 €	- €	- €	419 863,88 €	145 649,63 €
<b>2 - Incentivo FCT</b>										
DSAIPA/AI/0031/2018	DERMAL.AI	FSE	- €	- €	- €	- €	- €	4 095,05 €	82 327,22 €	- €
<b>TOTAL</b>			<b>9 199 094,46 €</b>	<b>9 015 269,80 €</b>	<b>5 878 545,84 €</b>	<b>3 320 548,62 €</b>	<b>21 438,68 €</b>	<b>31 503,98 €</b>	<b>3 269 378,80 €</b>	<b>2 642 646,65 €</b>



Os projetos representam 3.269.378,80€ da previsão de receita de transferências da União Europeia e podem ser caracterizados da seguinte forma:

---

POCI-02-0550-FEDER-040622 Esta operação tem por finalidade concluir a primeira fase do novo sistema de informação dos Cuidados de Saúde Primários, através do Projeto UNO, procurando uma renovação tecnológica, centralizando a infraestrutura de suporte num único Centro de Dados, terminando com a proliferação de pequenas salas técnicas, sem condições de eficiência e segurança, promovendo ainda a melhoria dos processos de integração com outras aplicações, de âmbito regional e nacional, facilitando a vida aos profissionais de saúde e aumentando a qualidade dos dados, através da consolidação das bases de dados por ACES, contribuindo para a unificação e qualificação de dados dos utentes, de acordo com a atual estrutura organizativa dos CSP.

---

POCI-02-0550-FEDER-040615 No projeto Óculos Sem Papel, a desmaterialização da prescrição de óculos/lentes e da prescrição, prestação e partilha de resultados de exames complementares representa a interação dos cidadãos e dos prestadores e convenionados com os serviços de saúde, nomeadamente nos serviços de oftalmologia.

---

POCI-05-5762-FSE-000101 A presente Operação, visa contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços TIC prestados pela SPMS e satisfação dos seus clientes, evoluindo para um modelo de gestão de serviço, suportado em processos transversais. Este objetivo será alcançado, robustecendo os processos de suporte, através da adoção de referenciais e metodologias de boas práticas, capacitando a organização para futura candidatura a um processo de certificação.

---

POCI-05-5762-FSE-000214 (IA) Com este projeto pretende-se a criação de um protótipo de sistema de suporte à intervenção clínica na doença cardiovascular através da utilização de metodologias de ciência de dados e inteligência artificial que permita identificar os doentes em maior risco de desenvolver um evento cardiovascular agudo (enfarte agudo do miocárdio e acidente vascular cerebral).

---

POCI-02-0550-FEDER-044014 Pretende-se que este projeto disponibilize ao SNS 24 uma solução de monitorização central e global da informação clínica de todos os utentes em acompanhamento domiciliário e disponibilize ao hospital de referência de cada um destes utentes, uma solução que permita a monitorização dos mesmos, dando resposta à comunicação e ao registo clínico de sinais vitais e dados biométricos.

---

POCI-02-0550-FEDER-043965 Este projeto enquadra-se no âmbito das prioridades definidas pelo Ministério da Saúde de forma promover a segurança dos utentes no ato da toma da medicação, através do Registo de Saúde Eletrónico (RSE), visa a reunir informação essencial de cada Cidadão para a melhoria da prestação de cuidados de saúde. Queremos assim adicionar a possibilidade do Utente ter acesso ao seu Boletim de Medicamentos.

---

POCI-05-5762-FSE-000305 O projeto para conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, faz parte do Programa de Governo, no que concerne à Estratégia Portugal Mais Igual.

---



POCI-05-5762-FSE-000296	<p>O Easy será um serviço de acessibilidade promotor do nível de acesso AAA das WCAG 2.1, ou seja, tem como objetivo facilitar o acesso à informação disponibilizada nos sites do SNS ao abrigo da uniformização dos portais. É desenvolvido, gerido e disponibilizado pela SPMS E.P.E. em estreita colaboração com a equipa de Acessibilidade da AMA I.P. que tem vindo a acompanhar este projeto ao nível técnico. Este serviço não substitui quaisquer obrigações inerentes aos diversos sites previstas no Decreto Lei 83/2018 de 19 de outubro e não pode ser considerado uma tecnologia de apoio.</p>
POCI-05-5762-FSE-000342	<p>Assistente Pessoal de Saúde, também designado por chatbot, que permita ajudar o cidadão a navegar pela informação disponível nos portais do SNS (Serviço Nacional de Saúde) e na utilização dos serviços digitais.</p>
POCI-05-5762-FSE-000345	<p>ECION visa monitorizar a efetividade dos rastreios, a efetividade terapêutica, a vigilância epidemiológica, a investigação e, em conjunto com o INFARMED a efetividade dos medicamentos e dispositivos médicos no tratamento do cancro.</p>
POCI-05-5762-FSE-000346	<p>Certificação de Apps da Saúde, vai permitir elevar a qualidade das aplicações, através do estabelecimento de um selo de qualidade, com boas práticas de segurança e desenvolvimento, que promova a utilização dos serviços digitais por parte dos cidadãos e profissionais de saúde. Este selo, devidamente certificado pelo Ministério da Saúde</p>
POCI-05-5762-FSE-000347	<p>Prevenção e Combate ao Desperdício do Serviço Nacional de Saúde, impacto verificado posteriormente na redução da despesa em saúde, com recurso à utilização de Inteligência Artificial que permita quantificar, gerar alertas, através do cruzamento de várias variáveis e indicadores, onde podem ser sinalizados comportamentos indiciadores de más práticas e abusos, no controlo de desperdício.</p>
POCI-05-5762-FSE-000348	<p>Promoção, coordenação, difusão e desenvolvimento do conhecimento na área da Robótica e Inovação na Saúde, no domínio de atuação da SPMS, através da criação de um núcleo, capaz de conter em si mesmo, a força impulsionadora e difusora de melhores práticas e técnicas na Saúde, alinhadas com uma estratégia adaptada às reais necessidades.</p>
POCI-05-5762-FSE-000404	<p>Criação do Software Development Kit (SDK), que permitirá às equipas internas à SPMS, bem como a entidades terceiras internas ou externas ao contexto da Administração Pública (subsistemas de saúde, seguradoras, instituições de cuidados de saúde, etc.) criarem os seus próprios cartões de forma mais acessível, rápida e consistente, com recurso mecanismos de drag and drop, bem como ao nível dos profissionais de saúde, espera-se ainda com este projeto desenvolver uma versão móvel do Sclínico Hospitalar.</p>
DSAIPA/AI/0031/2018	<p>Este projeto visa melhorar os processos de Tele dermatologia existentes entre Unidades de Cuidados Primários (UCP) e Departamentos de Dermatologia Hospitalar (HDD) no Serviço Nacional de Saúde para o diagnóstico de lesões da pele através do uso da Inteligência Artificial (IA). A plataforma irá melhorar os processos ao auxiliar tanto: os médicos de Medicina Geral e Familiar das UCPs através de uma aplicação móvel baseada em visão computacional integrada com o sistema e Referral (chamado SIGA-VAI); e dermatologistas, dos HDDs, através de uma plataforma de IA de Prioritização de Risco e Apoio à Decisão (PRAD), a ser incluída no sistema e Referral.</p>

Os projetos financiados diretamente pela Comissão Europeia representam 895.567,00€.

Já a composição dos projetos financiados diretamente pela Comissão Europeia é, atualmente, a seguinte:

Un: Eur.

Projetos Financiados Diretamente							
Projeto	Orçamento	% Financiamento	Financiamento	Anos Anteriores	2021	2022	Anos subsequentes
eHAction	855 230 €	60%	513 138 €	434 903 €	78 234 €	- €	- €
DigitalHealthEurope	167 950 €	100%	167 950 €	130 519 €	37 431 €	- €	- €
UNICOM	598 375 €	70%	418 863 €	113 442 €	104 716 €	104 716 €	95 989 €
xHealth	576 874 €	100%	576 874 €	96 146 €	288 437 €	192 291 €	- €
Better@Home	100 000 €	100%	100 000 €	33 333 €	33 333 €	33 333 €	- €
Jadecare	31 662 €	80%	25 330 €	2 111 €	8 443 €	8 443 €	6 332 €
Gravitate Health	141 000 €	100%	141 000 €	4 700 €	28 200 €	28 200 €	79 900 €
HealthyCloud	21 375 €	100%	21 375 €	- €	8 550 €	8 550 €	4 275 €
mHealthHub	153 700 €	100%	153 700 €	30 740 €	122 960 €	- €	- €
Reembolso Deslocações Internacionais					5 000 €		- €
Novas candidaturas 2021					180 262 €		- €
<b>TOTAL</b>	<b>2 646 166 €</b>		<b>2 118 229 €</b>	<b>845 894 €</b>	<b>895 567 €</b>	<b>375 534 €</b>	<b>186 497 €</b>

Os projetos financiados diretamente pela União Europeia podem ser descritos sucintamente da seguinte forma:

- 
**eHAction:** Esta ação continuará o trabalho da Ação Conjunta (*Joint Action*), mas com um maior foco no cidadão, inovação e velocidade de implementação. O EAction visa desenvolver ferramentas e recomendações estratégicas para responder aos novos desafios de eSaúde e alinhar-se com as áreas especificadas no MWP 2018-2021. O EAction também propõe identificar sinergias com outras Ações Conjuntas em andamento e/ou planeadas que, de alguma forma, atuam na área de eSaúde, afim de evitar duplicação de esforços e promover a complementaridade de atividades alinhadas com objetivos comuns.
- 
**DigitalHealthEurope:** Tem como principal ambição criar plataformas de colaboração entre os Estados-Membros nos principais aspetos do mercado único digital, o que requer a identificação de partes interessadas e iniciativas relevantes em toda a Europa. Envolve a colaboração e a análise em conjunto dos principais desafios e soluções, desenvolvendo estratégias e compromissos comuns.
- 
**UNICOM:** Esta ação de inovação dará um poderoso impulso à implementação dos padrões ISO IDMP (ID de Medicamentos) em bases de dados de medicamentos dos Estados-Membros da UE, apoiando a assinatura e distribuição segura e a farmacovigilância. Assim que os dados interoperáveis da UE sobre medicamentos estiverem disponíveis, outros benefícios virão através de melhores dados de saúde para melhor suporte à decisão clínica, melhor capacitação do paciente, saúde pública e pesquisa clínica.
- 
**X-eHealth (Tipo de proposta CSA):** Esta proposta apoia a inserção e a monitorização da interoperabilidade de eSaúde, o que significa o desenvolvimento de plataformas e soluções digitais interoperáveis para uso de cidadãos, pesquisadores, serviços de saúde e grupos de trabalho além-fronteiras no mercado único digital da UE.
- 
**Better@Home:** Propõe uma abordagem que não existe no mercado uma vez que se foca em implantar e explorar uma solução de atendimento integrada para pacientes hospitalizados em casa, habilitada por tecnologias digitais, com o objetivo de melhorar os resultados dos cuidados



- de saúde e a satisfação dos pacientes, assim como ajudar a reduzir os custos para o sistema de saúde através da otimização de recursos e da coordenação de uma equipa multidisciplinar, mantendo a qualidade e segurança do paciente.
- **JADECARE:** visa reforçar a capacidade das autoridades de saúde em abordar com sucesso aspetos importantes da transformação do sistema de saúde, em particular a transição para cuidados integrados, centrados no utente e na sua habilitação digital. Visa igualmente apoiar as melhores práticas de transferência dos sistemas de saúde dos “primeiros adotantes” para os sistemas dos “próximos adotantes”.
  - **Gravitate Health** (tipo de proposta **IMI-2**): Esta é uma ação de informação digital de saúde integrada. O objetivo do projeto é suportar o cidadão como ator principal em todos os assuntos pessoais de saúde, disponibilizando equipamentos de saúde baseados no acesso melhorado através de informação de saúde compreensível.
  - **HealthyCloud:** desenvolvido no âmbito da Call SC1-HCC-10-2020 – “Towards a Health research and innovation Cloud: Capitalising on data sharing initiatives in health research”, visa, em termos gerais, estabelecer as bases de um sistema computacional europeu confiável e descentralizado para o uso e melhor exploração dos dados de saúde.
  - **mHealth Hub:** O objetivo é ser um ecossistema inclusivo, impulsionando a transformação digital da saúde e da assistência em benefício dos cidadãos da Europa e restantes países. Esta ação destaca a importância dos padrões de interoperabilidade e interconexão para maximizar o alinhamento e a aplicação das melhores práticas na integração da mHealth no sistema de saúde e no atendimento diário ao paciente.

**RESUMO DO ORÇAMENTO**

Em termos orçamentais o quadro previsional é o seguinte:

Rubrica		Designação	CGE 2019	Orç 2020	Orç 2021	Variação face a 2020	
						Valor	%
						(5)=(3)-(2)	(6)=(5)/(2)
		(1)	(2)	(3)	(5)=(3)-(2)	(6)=(5)/(2)	
R4	Rendimentos de propriedade	0	0	0	0		
R5 + R9	Transferências	39 301 287	35 910 697	138 885 525	102 974 828	287%	
R6	Venda de bens e serviços	33 533 191	40 454 126	33 034 239	-7 419 887	-18%	
R7 + R10 + R11	Outras receitas	7 057	0	6 800 000	6 800 000		
R12 + R13	Ativos/Passivos Financeiros (a)	0	0	0	0		
R14	Saldo da gerência anterior	1 563 804	0	0	0		
<b>Total Receita (b)</b>		<b>74 405 339</b>	<b>76 364 823</b>	<b>178 719 764</b>	<b>102 354 941</b>	<b>134%</b>	
D1	Despesas com o pessoal	9 578 431	10 003 019	10 340 176	337 157	3%	
D1.1	Remunerações certas e permanentes	7 318 616	7 368 943	7 964 653	595 710	8%	
D1.2	Abonos Variáveis ou eventuais	429 174	516 851	324 349	-192 502	-37%	
D1.3	Segurança Social	1 830 641	2 117 225	2 051 174	-66 051	-3%	
D2	Aquisição de bens e serviços	57 417 056	57 111 804	100 331 636	43 219 832	76%	
D3	Juros e outros encargos	0	0	0	0		
D6	Outras despesas	1 977 706	2 750 000	2 822 710	72 710	3%	
D7	Investimento	3 074 571	6 500 000	65 225 242	58 725 242	903%	
D9 + D10	Ativos/Passivos Financeiros (c)	0	0	0	0		
<b>Total Despesa (d)</b>		<b>72 047 764</b>	<b>76 364 823</b>	<b>178 719 764</b>	<b>102 354 941</b>	<b>134%</b>	
<b>Por memória</b>					0		
(e) = (b) - (a)	Receita efetiva	72 841 535	76 364 823	178 719 764	102 354 941	141%	
(f) = (d) - (c)	Despesa efetiva	72 047 764	76 364 823	178 719 764	102 354 941	142%	
<b>(g) = (e) - (f) Saldo Global</b>		<b>793 771</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	

Analisando o resumo do orçamento para 2021 verifica-se que na rubrica R5 está prevista a transferência ao abrigo da componente de manutenção dos sistemas de informação no valor de 31M€ (de acordo com os plafonds aprovados pela ACSS aquando da elaboração da proposta de orçamento), 15M€ referentes ao Centro de Contacto SNS24 e 2,4M€ referentes ao Centro de Controlo e Monitorização do SNS. Esta rubrica integra ainda o financiamento comunitário e acresce o **Plano de Recuperação e Resiliência**, no montante de 70M€.

A rubrica R6 integra essencialmente o Contrato-Programa com a ACSS no montante total de 29,8M€ (com IVA), sendo que as restantes prestações de serviços integram contratos com a Direção-Geral da Saúde e outras entidades.

A rubrica R10 integra o **SAMA/REACT**, no montante de 6,8M€.

No que respeita à rubrica D1, o acréscimo explica-se pela proposta de internalização dos recursos externos que trabalham na SPMS.

O aumento da rubrica D2 decorre do aumento das transferências do Orçamento do Estado.

A rubrica D7 inclui sobretudo o investimento relacionado com PRESI.CSP e o plano de recuperação e resiliência e SAMA/REACT no montante total de 76,8M€.



## DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO PROJETO DO ORÇAMENTO

### Anexo XI

#### Declaração de conformidade do Projeto de Orçamento

<b>Programa:</b>	016 - SAÚDE
<b>Ministério:</b>	MINISTÉRIO DA SAÚDE
<b>Designação Serviço:</b>	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS)
<b>Código Serviço:</b>	5842

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta do orçamento aprovada pela Tutela, respetando o plafond distribuído ao serviço/organismo. Mais declaro que o Mapa OE – 12/Mapa OP – 01 foi submetido devidamente no SOE acompanhado dos seguintes documentos:

• Memória Justificativa da proposta do orçamento do Serviço	<input checked="" type="checkbox"/>	
• Mapa de pessoal do serviço ou organismo aprovado pela Tutela	<input checked="" type="checkbox"/>	
• Atualização do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP)	<input checked="" type="checkbox"/>	
• Demonstrações financeiras previsionais *	<input checked="" type="checkbox"/>	
• Parecer do órgão de fiscalização **	<input checked="" type="checkbox"/>	aguarda parecer do fiscal único conforme mail que se submete
• Documento comprovativo do NIPC/NIF ***	<input checked="" type="checkbox"/>	
• Anexos Relativos a Despesas com o Pessoal (Anexos II, IIA)	<input checked="" type="checkbox"/>	
• Identificação de iniciativas de eficiência e controlo orçamental (Anexo X)	<input checked="" type="checkbox"/>	
• Declara-se que as demonstrações financeiras previsionais se encontram em conformidade com as orientações do acionista. ****	<input checked="" type="checkbox"/>	

O responsável máximo do serviço

Sandra Paula Nunes  
Cavaca Saraiva de Almeida

Assinado de forma digital por Sandra Paula Nunes Cavaca Saraiva de Almeida  
Dados: 2020.08.20 11:48:06 +01'00'

(Assinatura digital certificada)

Data: (registada automaticamente)

\* Não aplicável aos Serviços Integrados.

\*\* Não aplicável aos Serviços Integrados e EPR abrangidas pelo regime simplificado.

\*\*\* Aplicável às entidades que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em 2021 e às entidades cujo NIPC/NIF tenha sofrido alteração em 2020.

\*\*\*\* Aplicável às EPR.

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE – CONCILIAÇÃO DA RECEITA**
**Dados constantes nos mapas orçamentais:**

Un: Eur.

<b>Classificação económica - Capítulo económico</b>	<b>Montante</b>
06 - Transferências Correntes	138 885 525
07 - Venda de bens e serviços	33 034 239
10 - Outras receitas	6 800 000
<b>Total</b>	<b>178 719 764</b>

**Dados constantes no PAO 2021:**

Un: Eur.

<b>Detalhe</b>	<b>Montante</b>	<b>IVA</b>	<b>Total</b>
Subsídios à exploração			
OE CP Contínuo	31 000 000	0	31 000 000
OE CP CC SNS 24	15 047 000	0	15 047 000
OE CP CCMSNS	2 392 894	0	2 392 894
PT2020	3 406 059	0	3 406 059
UE	895 567	0	895 567
FCT	44 005	0	44 005
Instrumento de Recuperação e Resiliência	86 100 000	0	86 100 000
SAMA/REACT	6 800 000	0	6 800 000
Subtotal de transferências correntes			<b>145 685 525</b>
Prestações de serviços			
ACSS CP Projetos em Desenvolvimento	19 619 198	4 512 415	24 131 613
ACSS CP PRESI.CSP	4 676 926	1 075 693	5 752 619
SITAM	58 665	13 493	72 158
Direção Geral da Saúde	2 144 746	493 291	2 638 037
RAM Iasaúde Madeira	194 010	44 622	238 632
RAA - Sudaçor - Açores	66 000	15 180	81 180
INCM	120 000	0	120 000
Subtotal de venda de bens e serviços			<b>33 034 238</b>
Acertos	0	0	1
<b>Total</b>	<b>172 565 069</b>	<b>6 154 694</b>	<b>178 719 764</b>

**Reconciliação de valores**

Un: Eur.

<b>Rendimentos inscritos na Demonstração de Resultados:</b>	<b>117 471 477</b>
Incorporação do Iva	6 154 694
Outros rendimentos não considerados no orçamento (essencialmente 7883)	-7 379 874
ACSS CP PRESI.CSP - Investimento	4 676 926
Instrumento de Recuperação e Resiliência	50 799 273
SAMA/REACT	6 800 000
Outras diferenças de ótica	197 268
<b>Orçamento proposto para 2021</b>	<b>178 719 764</b>
<b>Diferença</b>	<b>0</b>



**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE – CONCILIAÇÃO DA DESPESA**

**Dados constantes nos mapas orçamentais**

Un: Eur.

<b>Classificação económica - Agrupamento económico</b>	<b>Aprovado</b>
01 - Despesas com o pessoal	10 340 176
02 - Aquisição de bens e serviços	100 331 636
06 - Outras despesas correntes	2 822 710
07 - Aquisição de bens de capital	65 225 242
<b>Total</b>	<b>178 719 764</b>

**Dados constantes no PAO 2021**

Un: Eur.

<b>Detalhe</b>	<b>Montante</b>	<b>IVA</b>	<b>Total</b>
Fornecimentos e Serviços Externos*	90 971 204	8 060 432	99 031 636
Gastos com o pessoal	10 340 176		10 340 176
Pagamentos de imposto sobre o rendimento	1 050 000		1 050 000
Pagamentos de IVA	485 393		485 393
Reserva	1 187 317		1 187 317
Outras despesas	100 000		100 000
Investimento*	65 421 500	1 103 742	66 525 242
<b>Total</b>	<b>169 555 590</b>	<b>9 164 174</b>	<b>178 719 764</b>

\*Existe uma componente de IVA não dedutível - financiamento do OE

**Reconciliação de valores**

Un: Eur.

<b>Gastos inscritos na Demonstração de Resultados</b>	<b>112 264 581</b>
Reserva	1 187 317
Incorporação do Iva	9 164 174
Pagamentos de IVA	485 393
Depreciações	-8 236 317
Diferença entre imposto estimado e pago	-732 226
Outras despesas não consideradas como gastos	100 000
Investimento	65 421 500
Outros gastos não considerados como despesa	-934 657
Acréscimos, diferimentos e outras diferenças de ótica	0
<b>Orçamento proposto para 2021</b>	<b>178 719 764</b>
<b>Diferença</b>	<b>0</b>

**PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS PARA O TRIÉNIO 2021-2023**

**Projeção do esforço público**

**ORÇAMENTO PARA O TRIÉNIO 2021 - 2023**

Programa – 016 Saúde Ministério da Saúde Designação Serviço: SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE Código Serviço: 5842				
RCE	Designação	Orç 2021	Orç 2022	Orç 2023
		(1)	(2)	(3)
R.05	Rendimentos de propriedade	0	0	0
R.06 + R.10	Transferências (UE, Países Terceiros e Organiz.)	138 885 525	283 086 347	90 637 215
R.07	Venda de bens e serviços	33 034 239	33 397 616	33 764 990
R.08 + R.15	Outras receitas	6 800 000	6 874 800	6 950 423
R.11 + R.12	Ativos/Passivos Financeiros (a)	0	0	0
R.16	Saldo da gerência anterior	0	0	0
	<b>Total Receita (b)</b>	<b>178 719 764</b>	<b>323 358 763</b>	<b>131 352 628</b>
D.01	Despesas com o pessoal	10 340 176	10 453 918	10 568 911
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	7 964 653	8 052 264	8 140 839
D.01.02	Abonos Variáveis ou eventuais	324 349	327 917	331 524
D.01.03	Segurança Social	2 051 174	2 073 737	2 096 548
D.02	Aquisição de bens e serviços	100 331 636	185 618 008	102 607 566
D.03	Juros e outros encargos	0	0	0
D.06 + D.11	Outras despesas	2 822 710	2 853 760	2 885 151
D.07	Investimento	65 225 242	124 433 077	15 291 000
D.09 + D.10	Ativos/Passivos Financeiros (c)	0	0	0
	<b>Total Despesa (d)</b>	<b>178 719 764</b>	<b>323 358 763</b>	<b>131 352 628</b>
<b>Por memória</b>				
(e) = (b) - (a)	Receita efetiva	178 719 764	323 358 763	131 352 628
(f) = (d) - (c)	Despesa efetiva	178 719 764	323 358 763	131 352 628
<b>(g) = (e) - (f)</b>	<b>Saldo Global</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**BALANÇO DO TRIÉNIO 2021 – 2023**

Un: Eur.

Rubricas	31DEZ2021 (prev.)	31DEZ2022 (prev.)	31DEZ2023 (prev.)
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>	<b>64 454 268,45</b>	<b>146 045 167,51</b>	<b>127 650 362,68</b>
Ativos fixos tangíveis	64 454 268,45	145 918 096,72	127 447 544,99
Ativos intangíveis	0,00	127 070,79	202 817,69
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00
<b>Ativo Corrente</b>	<b>9 543 105,75</b>	<b>10 107 575,51</b>	<b>9 730 391,11</b>
Clientes, contribuintes e utentes	2 746 658,89	2 275 417,47	2 545 441,75
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00
Outros contas a receber	886 459,31	1 063 751,17	1 063 751,17
Diferimentos	2 143 047,58	2 571 657,10	2 571 657,10
Caixa e depósitos	3 766 939,97	4 196 749,77	3 549 541,09
<b>Total do Ativo</b>	<b>73 997 374,20</b>	<b>156 152 743,02</b>	<b>137 380 753,79</b>

Rubricas	31DEZ2021 (prev.)	31DEZ2022 (prev.)	31DEZ2023 (prev.)
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>			
Património/Capital	26 260 689,00	26 260 689,00	26 260 689,00
Reservas	6 835 934,90	7 877 314,14	8 812 412,17
Resultados transitados	-30 232 789,93	-26 067 272,99	-22 326 880,85
Outras variações no Património Líquido	54 298 251,97	133 352 080,58	104 836 528,85
Resultado líquido do período	5 206 896,18	4 675 490,17	3 892 031,08
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>62 368 982,12</b>	<b>146 098 300,90</b>	<b>121 474 780,24</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>	<b>4 755 542,12</b>	<b>1 255 542,12</b>	<b>1 255 542,12</b>
Provisões	4 755 542,12	1 255 542,12	1 255 542,12
<b>Passivo Corrente</b>	<b>6 872 849,96</b>	<b>8 798 900,00</b>	<b>14 650 431,42</b>
Fornecedores	1 545 377,55	3 955 983,79	4 373 647,51
Estado e outros entes públicos	1 759 434,40	1 577 543,75	1 577 543,75
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	1 109 759,15	1 109 759,15	4 388 013,55
Diferimentos	2 458 278,86	2 155 613,31	4 311 226,62
<b>Total do passivo</b>	<b>11 628 392,08</b>	<b>10 054 442,12</b>	<b>15 905 973,54</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>73 997 374,20</b>	<b>156 152 743,02</b>	<b>137 380 753,79</b>



### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO TRIÉNIO 2021 – 2023

Un: Eur.

Rendimentos e Gastos	31DEZ2021 (prev.)	31DEZ2022 (prev.)	31DEZ2023 (prev.)
Prestações de serviços	22 121 513,88	22 199 194,84	24 833 578,00
Transferência correntes e subsídios à exploração obtidos	88 042 246,90	180 671 516,91	97 587 637,52
Fornecimentos e Serviços Externos	-90 971 203,81	-185 618 007,97	-102 607 566,00
Gastos com pessoal	-10 340 176,00	-10 453 918,00	-10 568 911,00
Imparidade de dívidas a receber	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	7 307 716,10	30 657 780,68	30 995 016,00
Outros gastos e perdas	-934 657,36	-944 939,00	-1 500 000,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento</b>	<b>15 225 439,71</b>	<b>36 511 627,46</b>	<b>38 739 754,52</b>
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	-8 236 317,32	-30 235 801,73	-33 515 551,73
<b>Resultado operacional (antes de gasto de financiamento)</b>	<b>6 989 122,39</b>	<b>6 275 825,73</b>	<b>5 224 202,79</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>6 989 122,39</b>	<b>6 275 825,73</b>	<b>5 224 202,79</b>
Imposto sobre o rendimento	-1 782 226,21	-1 600 335,56	-1 332 171,71
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>5 206 896,18</b>	<b>4 675 490,17</b>	<b>3 892 031,08</b>

**FLUXOS DE CAIXA TRIÉNIO 2021 – 2023**

Un: Eur.

	31DEZ2021 (prev.)	31DEZ2022 (prev.)	31DEZ2023 (prev.)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes	32 962 081,08	27 776 251,07	30 275 276,67
Pagamentos a fornecedores	-99 031 635,94	-187 476 615,91	-104 549 876,30
Pagamentos ao pessoal	-10 340 176,00	-10 453 918,00	-10 568 911,00
<b>CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES</b>	<b>-76 409 730,86</b>	<b>-170 154 282,84</b>	<b>-84 843 510,64</b>
Outros Recebimentos / Pagamentos	136 420 791,35	282 529 722,64	99 487 301,96
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>60 011 060,49</b>	<b>112 375 439,80</b>	<b>14 643 791,32</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-66 525 242,06	-111 699 630,00	-15 045 000,00
Ativos intangíveis	0,00	-246 000,00	-246 000,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-66 525 242,06</b>	<b>-111 945 630,00</b>	<b>-15 291 000,00</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>	<b>-6 514 181,57</b>	<b>429 809,80</b>	<b>-647 208,68</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>10 281 121,54</b>	<b>3 766 939,97</b>	<b>4 196 749,77</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>3 766 939,97</b>	<b>4 196 749,77</b>	<b>3 549 541,09</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>			
- Equivalentes a caixa no início do período	10 281 121,54	3 766 939,97	4 196 749,77
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior	10 281 121,54	3 766 939,97	4 196 749,77
De execução orçamental	8 636 891,61	2 944 825,01	3 374 634,80
De operações de tesouraria	1 644 229,93	822 114,97	822 114,97
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>			
- Equivalentes a caixa no fim do período	3 766 939,97	4 196 749,77	3 549 541,09
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte	3 766 939,97	4 196 749,77	3 549 541,09
De execução orçamental	2 944 825,01	3 374 634,80	2 727 426,13
De operações de tesouraria	822 114,97	822 114,97	822 114,97



**INDICADORES TRIÉNIO 2021 – 2023**

INDICADORES DE GESTÃO	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023
Prazo médio de pagamentos	24,80	21,39	23,34
Prazo médio de recebimentos	45,32	32,74	32,74
Saldo médio de fornecedores	6 181 510,20 €	10 878 955,43 €	6 560 471,26 €
Saldo médio de clientes	2 746 658,89 €	1 990 990,29 €	2 227 261,53 €
Autonomia Financeira	84%	94%	88%
Liquidez Geral	1,39	1,15	0,66
Taxa média de financiamento	Na	Na	Na

**PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS TRIÉNIO 2021 – 2023**

Un: Eur.

PRC	Ano 2021	Ano 2022	Ano 2023
	Previsão	Previsão	Previsão
<b>(1) CMVMC (€)</b>	-	-	-
<b>(2) FSE (€)</b>	90 971 203,81	185 618 007,97	102 607 566,00
<b>(3) Gastos com pessoal (€)</b>	10 340 176,00	10 453 918,00	10 568 911,00
Indemnizações	0,00	0,00	0,00
Valorizações remuneratórias	0,00	0,00	0,00
<b>(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)</b>	<b>101 311 379,81</b>	<b>196 071 925,97</b>	<b>113 176 477,00</b>
<b>(5) Volume de Negócios (VN)</b>	22 121 513,88	22 199 194,84	24 833 578,00
Subsídios à exploração	88 042 246,90	180 671 516,91	97 587 637,52
Indemnizações Compensatórias	0,00	0,00	0,00
<b>(6) Peso dos Gastos/VN (4)/(5)</b>	458,0%	883,2%	455,7%
(7) Deslocações e alojamento (valor)	413 456,90	413 456,90	413 456,90
(8) Ajudas de custo (Valor)	10 000,00	10 000,00	10 000,00
(9) Gastos com a frota automóvel (a) (valor)	65 444,23	65 444,23	65 444,23
<b>(7) + (8) + (9)</b>	<b>488 901,13</b>	<b>488 901,13</b>	<b>488 901,13</b>
(10) Gastos com contratações de estudos, pareceres e projetos de consultoria (valor)	797 179,22	797 179,22	797 179,22

**PROJEÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ORÇAMENTAIS DE 2021 POR TRIMESTRE**
**BALANÇO TRIMESTRAL**

Un: Eur.

Rubricas	março 2021	junho 2021	setembro 2021	dezembro 2021
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo não corrente</b>	<b>6 614 122,62</b>	<b>5 990 606,46</b>	<b>35 222 437,45</b>	<b>64 454 268,45</b>
Ativos fixos tangíveis	6 605 875,17	5 990 606,46	35 222 437,45	64 454 268,45
Ativos intangíveis	8 247,45	0,00	0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Ativo Corrente</b>	<b>19 825 418,31</b>	<b>12 168 073,69</b>	<b>17 015 699,67</b>	<b>9 543 105,75</b>
Clientes, contribuintes e utentes	2 746 658,89	2 746 658,89	2 746 658,89	2 746 658,89
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros contas a receber	886 459,31	886 459,31	886 459,31	886 459,31
Diferimentos	2 143 047,58	2 143 047,58	2 143 047,58	2 143 047,58
Caixa e depósitos	14 049 252,53	6 391 907,91	11 239 533,89	3 766 939,97
<b>Total do Ativo</b>	<b>26 439 540,93</b>	<b>18 158 680,15</b>	<b>52 238 137,12</b>	<b>73 997 374,20</b>

Rubricas	março 2021	junho 2021	setembro 2021	dezembro 2021
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>				
Património/Capital	26 260 689,00	26 260 689,00	26 260 689,00	26 260 689,00
Reservas	6 835 934,90	6 835 934,90	6 835 934,90	6 835 934,90
Resultados transitados	-30 232 789,93	-30 232 789,93	-30 232 789,93	-30 232 789,93
Outras variações no Património Líquido	6 550 112,45	-2 333 192,84	25 982 529,56	54 298 251,97
Resultado líquido do período	2 180 429,41	3 161 636,06	8 234 208,12	5 206 896,18
<b>Total do Património Líquido</b>	<b>11 594 375,83</b>	<b>3 692 277,19</b>	<b>37 080 571,65</b>	<b>62 368 982,12</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo não corrente</b>	<b>4 755 542,12</b>	<b>4 755 542,12</b>	<b>4 755 542,12</b>	<b>4 755 542,12</b>
Provisões	4 755 542,12	4 755 542,12	4 755 542,12	4 755 542,12
<b>Passivo Corrente</b>	<b>10 089 622,98</b>	<b>9 710 860,84</b>	<b>10 402 023,35</b>	<b>6 872 849,96</b>
Fornecedores	1 545 377,55	1 545 377,55	1 545 377,55	1 545 377,55
Estado e outros entes públicos	2 533 031,64	2 154 269,50	2 307 585,51	1 759 434,40
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	3 552 934,93	3 552 934,93	4 090 781,44	1 109 759,15
Diferimentos	2 458 278,86	2 458 278,86	2 458 278,85	2 458 278,86
<b>Total do passivo</b>	<b>14 845 165,10</b>	<b>14 466 402,96</b>	<b>15 157 565,47</b>	<b>11 628 392,08</b>
<b>Total do Património Líquido e Passivo</b>	<b>26 439 540,93</b>	<b>18 158 680,15</b>	<b>52 238 137,12</b>	<b>73 997 374,20</b>



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS TRIMESTRAL**

Un: Eur.

Rendimentos e Gastos	março 2021	junho 2021	setembro 2021	dezembro 2021
Vendas e Prestações de Serviços	625 579,08	1 251 158,16	11 686 336,02	22 121 513,88
Subsídios à exploração	13 185 379,98	26 370 759,96	57 206 503,41	88 042 246,90
Fornecimentos e Serviços Externos	-7 348 860,02	-16 534 935,06	-48 686 197,65	-90 971 203,81
Gastos com pessoal	-2 215 752,00	-5 170 088,00	-7 385 840,00	-10 340 176,00
Imparidade de dívidas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	270 024,05	540 048,10	3 923 882,10	7 307 716,10
Outros gastos e perdas	-934 657,36	-934 657,36	-934 657,36	-934 657,36
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento</b>	<b>3 581 713,73</b>	<b>5 522 285,80</b>	<b>15 810 026,52</b>	<b>15 225 439,71</b>
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	-654 962,85	-1 278 479,01	-4 757 398,17	-8 236 317,32
<b>Resultado operacional (antes de gasto de financiamento)</b>	<b>2 926 750,88</b>	<b>4 243 806,79</b>	<b>11 052 628,35</b>	<b>6 989 122,39</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>2 926 750,88</b>	<b>4 243 806,79</b>	<b>11 052 628,35</b>	<b>6 989 122,39</b>
Imposto sobre o rendimento	-746 321,47	-1 082 170,73	-2 818 420,23	-1 782 226,21
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>2 180 429,41</b>	<b>3 161 636,06</b>	<b>8 234 208,12</b>	<b>5 206 896,18</b>



**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA TRIMESTRAL**

Un: Eur.

	março 2021	junho 2021	setembro 2021	dezembro 2021
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
Recebimentos de clientes	769 462,26	1 538 924,52	17 250 502,80	32 962 081,08
Pagamentos a fornecedores	-8 000 000,00	-18 000 000,00	-53 000 000,00	-99 031 635,94
Pagamentos ao pessoal	-2 215 752,00	-5 170 088,00	-7 385 840,00	-10 340 176,00
<b>CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES</b>	<b>-9 446 289,74</b>	<b>-21 631 163,48</b>	<b>-43 135 337,20</b>	<b>-76 409 730,86</b>
Outros Recebimentos / Pagamentos	13 214 420,73	17 741 949,85	77 356 370,58	136 420 791,35
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (a)</b>	<b>3 768 130,99</b>	<b>-3 889 213,63</b>	<b>34 221 033,38</b>	<b>60 011 060,49</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	-33 262 621,03	-66 525 242,06
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (b)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-33 262 621,03</b>	<b>-66 525 242,06</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (c)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (a + b + c)</b>	<b>3 768 130,99</b>	<b>-3 889 213,63</b>	<b>958 412,35</b>	<b>-6 514 181,57</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>10 281 121,54</b>	<b>10 281 121,54</b>	<b>10 281 121,54</b>	<b>10 281 121,54</b>
<b>CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO</b>	<b>14 049 252,53</b>	<b>6 391 907,91</b>	<b>11 239 533,89</b>	<b>3 766 939,97</b>
<b>CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA</b>				
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>				
- Equivalentes a caixa no início do período	10 281 121,54	10 281 121,54	10 281 121,54	10 281 121,54
- Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior	10 281 121,54	10 281 121,54	10 281 121,54	10 281 121,54
De execução orçamental	2 742 413,14	2 742 413,14	2 742 413,14	2 742 413,14
De operações de tesouraria	381 211,77	381 211,77	381 211,77	381 211,77
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>14 049 252,53</b>	<b>6 391 907,91</b>	<b>11 239 533,89</b>	<b>3 766 939,97</b>
- Equivalentes a caixa no fim do período				
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo para a gerência seguinte	14 049 252,53	6 391 907,91	11 239 533,89	3 766 939,97
De execução orçamental	12 405 022,60	4 747 677,98	9 595 303,96	2 944 825,01
De operações de tesouraria	1 644 229,93	1 644 229,93	1 644 229,93	822 114,97

## CAPÍTULO IV | FINANCIAMENTO VIA PLANO NACIONAL DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

Conforme exposto na Nota Introdutória, em alinhamento com as orientações do Governo e da Tutela, a SPMS apresentou uma proposta, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, o qual se encontra em aprovação pelos órgãos europeus competentes.

Reconhecendo o seu impacto significativo no planeamento financeiro e na atuação da SPMS, nos próximos anos, caso venha a merecer a concordância, entendeu-se dar a conhecer a proposta apresentada pela SPMS no âmbito do presente Plano de Atividades e Orçamento para 2021.

### 4.1 O PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

O Plano Nacional de Recuperação e Resiliência compreende uma proposta nacional ao novo Mecanismo de Recuperação e Resiliência Europeu. Este pretende prestar apoio financeiro às reformas e aos investimentos realizados pelos Estados-Membros da UE, em vista a:

- atenuar o impacto económico e social da pandemia do coronavírus nas economias da zona Euro;
- tornar as economias mais resilientes e mais bem preparadas para os desafios atuais da Covid-19, apoiando-as no seu trajeto da transição digital e ecológica.

Para acederem a este instrumento, cabe a cada Estado-Membro elaborar um Plano Nacional de Recuperação e Resiliência capaz de definir os respetivos programas de reformas e de investimento nos vários domínios setoriais, através de reformas e projetos de investimento público, reunidos num pacote coerente e com ganhos mensuráveis para a União, para o País e para os cidadãos.

### 4.2 A PROPOSTA DA SPMS

Inserida na Transição Digital da Saúde da Componente 1 - Serviço Nacional de Saúde, a Proposta da SPMS identifica 4 submedidas assentes nos pressupostos da Estratégia Nacional para o Ecosistema do Sistema de Informação da Saúde 2020-2022 (ENESIS 20-22). A ENESIS 20-22 tem como propósito orientar e articular as estratégias e iniciativas dos diferentes intervenientes do eSIS e suportar o sistema de saúde e a prestação de cuidados na melhoria de saúde da população, proporcionando uma melhoria na gestão dos serviços de saúde, facilitando o acesso à informação e serviços de saúde e a integração de cuidados, reduzindo as disparidades geográficas e socioeconómicas.

Alinhada com a ação do Governo, através do Ministério da Saúde, a ENESIS intenta a promoção do reforço do Sistema de Informação da Saúde através da disponibilização de múltiplas plataformas de serviços digitais, que permitem o acesso e a partilha de informação, a simplificação e desmaterialização de diversos processos e documentos, nomeadamente a prescrição e dispensa eletrónica de medicamentos, a desmaterialização dos MCDT, dos certificados de óbito e baixas médicas, entre muitos outros, bem como a disponibilização de dados e serviços através do Registo de Saúde Eletrónico e portais conexos e, ainda, a disponibilização pública através de dados abertos no Portal do SNS.



#### **A. SUBMEDIDA #1: REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE DADOS DA SAÚDE**

Com vista a garantir que os serviços e aplicações disponibilizados aos Profissionais de Saúde e Cidadãos assumam a sua funcionalidade enquanto suporte crítico de todo o SNS, através da evolução do atual paradigma de infraestrutura tecnológica, passando de uma realidade descentralizada e muito heterogénea, para uma conceção mais centralizada e homogénea, assente em 4 pilares essenciais:

1. substituição do parque informático ao serviço dos profissionais do SNS, por equipamentos e dispositivos atuais e que garantam a flexibilidade e mobilidade na prestação da sua atividade;
2. desenvolvimento de dois polos de infraestrutura central, cada um deles com redundância em tempo real, bem como um reforço complementar e articulado das condições locais de redes e dados, assim assegurando uma garantia de serviço ao nível de desempenho, uniformidade e resiliência;
3. um elevado reforço ao nível da segurança de informação e cibersegurança, resultante da possibilidade de concentração de infraestruturas de redes e dados;
4. alavancar o desenvolvimento de um Data Lake (repositório massivo de dados nativos) universal e transversal ao SNS, como forma de assegurar o futuro das necessidades de inteligência de dados e sistemas inteligentes de suporte à decisão para qualquer âmbito de informação e conhecimento.

#### **RESULTADOS EXPECTÁVEIS:**

1. Assegurar a efetiva resiliência e redundância de serviços digitais no SNS, como forma de providenciar níveis garantidos de serviço;
2. Melhoria do desempenho e segurança dos serviços e aplicações, comunicações e dados de saúde; Reforço muito substancial de robustez e fiabilidade ao nível da segurança da informação e cibersegurança;
3. Neutralização da exposição a riscos, falhas e incidentes;
4. Redução dos custos indiretos resultantes de falhas e incidentes.

#### **B. SUBMEDIDA #2: REFORMA DOS SI DISPONIBILIZADOS AO CIDADÃO**

Por forma a melhorar a experiência do Cidadão e assegurar a equidade do seu acesso ao SNS, aos serviços digitais e à sua informação de saúde, propõe-se:

1. Disponibilizar uma plataforma omnicanal centrada no Cidadão, para assegurar a simplicidade e a equidade no acesso ao SNS. Esta plataforma garantirá a melhor experiência do cidadão, independentemente da entrada se processar pelo canal telefónico (SNS24), digital (pelo Portal Único e App Única), ou pelos canais presenciais de proximidade;
2. Garantir a centralidade no cidadão, dotando os sistemas de um comportamento preditivo e inteligente, que, proativamente, antecipe as necessidades do utente, reduzindo o número de contactos desnecessários;



3. Assegurar ao cidadão a portabilidade e o controlo dos seus dados em saúde;
4. Disponibilizar ao utente os sistemas e os equipamentos necessários à recolha, tendencialmente automatizada, da informação necessária à atuação dos profissionais de saúde, designadamente recorrendo a serviços de proximidade, como as farmácias, espaços do cidadão e juntas de freguesia;
5. Ampliar a oferta de ferramentas de Telessaúde, permitindo reduzir os contactos presenciais ao estritamente necessário, elevar a prestação de cuidados de saúde, facilitar o trabalho dos profissionais de saúde e potenciar a eficiência das organizações.

**RESULTADOS EXPECTÁVEIS:**

1. Acesso à Informação de saúde;
2. Acesso universal ao Resumo de Saúde - Plano Individual de Cuidados;
3. Acesso a serviços de Telessaúde (telemonitorização, telerreabilitação);
4. Acesso a resultados de MCDT;
5. Gestão de Cirurgias (Agendamento, Consultas de Preparação e Seguimento).

**C. SUBMEDIDA #3: REFORMA DOS SI DISPONIBILIZADOS AOS PROFISSIONAIS**

Por forma a disponibilizar aos profissionais do SNS um sistema transversal, único e integrado dos Cuidados de Saúde Primários, Cuidados de Saúde Hospitalares e Cuidados Continuados Integrados, permitindo aos mesmos a mobilidade entre instituições e locais, a SPMS intenta:

1. Disponibilizar aos profissionais do SNS um sistema transversal, único e integrado dos Cuidados de Saúde Primários, Cuidados de Saúde Hospitalares e Cuidados Continuados Integrados, permitindo aos mesmos a mobilidade entre instituições e locais;
2. Substituir os sistemas de informação, atualmente disponíveis nos Cuidados de Saúde, de forma a garantir:
  - a) A transversalidade;
  - b) A usabilidade, implementando algoritmos de apoio e suporte à decisão clínica;
  - c) A interoperabilidade;
  - d) A portabilidade da informação;
3. A maior integração entre sistemas de informação, garantindo a disponibilidade multicanal e o acesso mobile e disponibilizando, de forma integrada, uma plataforma de telemonitorização e telerreabilitação;
4. Assegurar a partilha e agregação de informação sobre o processo clínico do utente, em todos e de todos os planos de cuidados de saúde, permitindo uma visão verdadeiramente centralizada no



utente, agilizando o processo de registo da informação que foi criado nos sistemas atuais como uma replicação do registo materializado em papel;

5. Potenciar a desburocratização de processos e atos administrativos que, atualmente, são assegurados pelos profissionais clínicos mediante o registo estruturado da informação, que permitirá que o sistema se adapte ao profissional e aos seus atos;
6. Criar e desenvolver metodologias de agregação da informação, distribuída e organizada por perfis de acesso, mas centralizada nos sistemas de informação core para fazer face às dezenas de sistemas de informação atualmente focados na doença específica.

**RESULTADOS EXPECTÁVEIS:**

1. Alertas inteligentes;
2. Agendamento transversal aos diferentes níveis de prestação de cuidados;
3. Implementação de circuito fechado de gestão da administração do medicamento;
4. Assegurar a estruturação automática e atualização de Plano Individual de Cuidados Digital, como base da interação entre profissionais de saúde e cidadãos (Ex: telemonitorização).

**D. SUBMEDIDA #4: REFORMA DOS SI DOS REGISTOS NACIONAIS, INTEROPERABILIDADE E CIRCUITO DIGITAL DO MEDICAMENTO, DISPOSITIVOS MÉDICOS E MCDT**

Por forma a dotar o SNS de cadastros basilares para o adequado funcionamento do Sistema de Informação de Saúde, contribuindo para a uniformização e generalização de dados críticos para a rápida e correta identificação das entidades estruturais do sistema de informação, facilitando a partilha de informação entre sistemas, de forma segura e fiável, pretende-se:

1. Dotar o SNS de cadastros basilares para o adequado funcionamento do Sistema de Informação de Saúde, contribuindo para a uniformização e generalização de dados críticos para a rápida e correta identificação das entidades estruturais do sistema de informação, facilitando a partilha de informação entre sistemas, de forma segura e fiável, através do desenvolvimento e implementação de registos nacionais que reúnam a informação dos profissionais de saúde e entidades;
2. Desenvolver e disponibilizar um sistema de reconciliação terapêutica;
3. Promover o alargamento da desmaterialização a todas as áreas do medicamento, DM e dos MCDT;
4. Disponibilizar uma plataforma de interoperabilidade consolidada ao SNS e de disponibilização de serviços de gestão de identidade digital no SNS.

**RESULTADOS EXPECTÁVEIS:**

1. Segurança na identificação e uniformização do acesso aos sistemas de informação;
2. Outcome terapêutico;
3. Qualificação da prescrição; Acesso à Telessaúde;



4. Promoção da partilha de informação clínica;
5. Recolha de identificadores de gestão sobre o circuito do medicamento, DM e de MCDT.

Assim, através do financiamento da materialização da ENESIS 2020-2022, o SNS poderá garantir o acesso atempado e simples aos cuidados de saúde, melhorando a experiência dos utilizadores, Cidadão e Profissionais, na sua relação com o Sistema, assumindo-se como premente a aposta num Serviço Nacional de Saúde Digital, bem como maiores ganhos em saúde pelo aumento da:

- a. **Eficácia**, ao potenciar-se uma prestação de cuidados de saúde baseada em conhecimento científico, inteligência e alarmística, que apoiará a decisão clínica;
- b. **Eficiência**, ao potenciar-se o uso dos recursos disponíveis, reduzindo-se o desperdício, a inoperância e a interrupção dos serviços;
- c. **Equidade**, ao promover-se uma qualidade consistente de cuidados;
- d. **Centralidade no Cidadão**, ao potenciar-se um Sistema que atende prontamente às necessidades do Cidadão;
- e. **Prontidão no acesso**, ao reduzirem-se os atuais tempos de espera, na ótica dos Profissionais e do Cidadão, pela prontidão, fiabilidade e melhoria dos Sistemas; e
- f. **Segurança do doente**, ao prover o Cidadão de mecanismos de assistência na gestão da sua Saúde.



#### 4.3 CALENDARIZAÇÃO E PROPOSTA DE FINANCIAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PRR

SUBMEDIDA	2021	2022	2023	2024	2025	TOTAL
<b>#1: Reforma e Modernização da Rede de Dados da Saúde</b>	32 854 472 €	83 024 121 €				<b>115 878 593 €</b>
<b>#2: Reforma dos SI Disponibilizados ao Cidadão</b>	17 603 190 €	38 743 074 €				<b>56 346 264 €</b>
<b>#3: Reforma dos SI Disponibilizados aos Profissionais</b>	12 170 528 €	58 568 991 €	21 285 000 €	17 000 000 €		<b>109 024 519 €</b>
<b>#4: Reforma dos SI dos Registos Nacionais, Interoperabilidade e Circuito Digital do Medicamento, DM e MCDT</b>	7 371 810 €	5 658 190 €	5 715 000 €			<b>18 745 000 €</b>
					<b>TOTAL</b>	<b>299 994 376 €</b>



## ANEXOS

- I. HOMOLOGAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO DA SPMS, POR SUA EXCELÊNCIA O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, EM 25 DE SETEMBRO DE 2020
- II. ESTUDO DEMONSTRATIVO DA MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SPMS ATRAVÉS DA INTERNALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NOS PRINCIPAIS SERVIÇOS
- III. REMISSÃO DA PROPOSTA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE RECURSOS, PELO SEAS AO MINISTRO DO ESTADO E DAS FINANÇAS
- IV. DESPACHO DO MINISTRO DO ESTADO E DAS FINANÇAS AUTORIZANDO A INTERNALIZAÇÃO DE RECURSOS



**ANEXO I – HOMOLOGAÇÃO DO REGULAMENTO INTERNO DA SPMS, POR SUA EXCELÊNCIA O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, EM 25 DE SETEMBRO DE 2020**



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO  
DA SAÚDE

Exmo. Senhor  
Dr. Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro  
Presidente do Conselho de Administração dos  
Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE  
Av. da República, nº 61  
1050-189 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA Nº:	DATA
Ofício nº 4854	15.09.2020	ENT.: 12542/2020 PROC. 000.01.03/20	23.09.2020

**ASSUNTO: Proposta de novo Regulamento Interno da SPMS, EPE**

Na sequência do ofício identificado em referência, encarrega-me o Senhor Secretário de Estado da Saúde de devolver o Regulamento Interno da SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, devidamente homologado em 25 de setembro de 2020, bem como cópia da Nota Interna nº 002-VSM de 25 de setembro de 2020, elaborada neste Gabinete, que mereceu despacho de concordância.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

(Teresa Carneiro)



Concedo.

homologuei o  
reg. interno da  
SPMS, E.P.E.

*Diogo Serras Lopes*  
2020.09.25

## NOTA INTERNA

Secretário de Estado da Saúde  
Diogo Serras Lopes

PARA: / TO	Exma. Senhora Chefe do Gabinete, Dra. Teresa Carneiro	NºREF.: /REF.	VSM-002
DE / FROM	Vera Marques	DATA / DATE	25.09.2020
ASSUNTO / SUBJECT	Proposta de novo Regulamento Interno da SPMS, E.P.E.		

O Presidente do Conselho de Administração da SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS, E.P.E.), remeteu, em 15.09.2020, ao anterior GSEAS um novo Regulamento Interno, aprovado nesse mesmo dia, para os efeitos de homologação da Tutela, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 56/2010, de 22 de março, na sua redação atual – cfr. doc. 1.

O processo foi remetido pelo anterior GSEAS para a Secretaria-Geral do Ministério da Saúde (SGMS), do que resultou que “*estão reunidos os requisitos para que o Regulamento interno (...) possa ser homologado pelo Secretário de Estado da Saúde*” – cfr. doc. 2.

Em aditamento a este entendimento da SGMS, que tem a nossa concordância, aqui expomos as seguintes considerações breves para enquadramento:

1. O novo Regulamento Interno altera integralmente a estrutura organizacional da SPMS, E.P.E., procedendo a uma revogação do anterior Regulamento, de 24.07.2017 (que mereceu uma alteração em 24.10.2019, devidamente homologada) – vide doc. 3.
2. Esta alteração decorre, segundo exposto pelo Presidente do Conselho de Administração da SPMS, E.P.E., dos seguintes aspetos:
  - i. A estratégia da SPMS, E.P.E., está centrada no aumento da eficiência e adequada gestão da despesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em áreas como os Sistemas de Informação, Segurança de Informação e Cibersegurança, Telessaúde e funcionamento do Centro de Contacto do SNS e do Centro de Controlo e Monitorização do SNS;



## NOTA INTERNA

- ii. O novo Conselho de Administração, nomeado através do Despacho n.º 3202/2020, publicado no Diário da República, com o n.º 50, 2.ª Série, de 11 de março, procurando uma maior eficiência e agilização da operacionalização interna para a prossecução da missão que lhe foi confiada, considera necessário rever e atualizar procedimentos e reorganizar circuitos, através da revisão integral da estrutura organizacional da SPMS, E.P.E.;
  - iii. A resposta à pandemia trouxe novas exigências ao desempenho institucional da SPMS, E.P.E., o que se refletiu na sua estrutura organizacional.
3. Não obstante a alteração da estrutura interna da SPMS, E.P.E., o Presidente do Conselho de Administração informa que tal não traduz um aumento do número de cargos de dirigentes, uma vez que se mantém o número de direções e coordenações, sem aumento da despesa inerente.
4. Quanto às alterações introduzidas face ao Regulamento anterior, consideramos ser de destacar, no âmbito da área dos serviços partilhados, e em alinhamento com os aspetos enunciados no ponto 2. da presente Nota, o seguinte:
  - i. A atividade de contratação pública em saúde, que era assegurada por duas Direções distintas (a “*Direção de Compras de Bens e Serviços de Saúde*” e a “*Direção de Compras públicas internas*”), passa a corresponder a uma única “*Central de Compras da Saúde*”, integrando três Unidades;
  - ii. O “*Centro Nacional de Telesaúde*” e o “*Centro de Contacto do SNS*”, que anteriormente estavam integrados numa única Direção, são agora separados, cada um ficando com uma Direção distinta, o “*Centro de Contacto do SNS (SNS24)*” e o “*Centro Nacional de Telessaúde*”;
  - iii. Passa a existir uma unidade específica com a designação “*Unidade de Gestão Integrada da Doença e da Epidemiologia*”, com competências ao nível de políticas adequadas de desenvolvimento de sistemas de informação orientados para a área da epidemiologia, conforme melhor consta descrito no artigo 53.º do Regulamento.
5. Por último, cumpre referir que o Regulamento Interno aqui em apreço respeita o vertido no Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, na sua redação atual, que criou a SPMS, E.P.E., e aprovou



## NOTA INTERNA

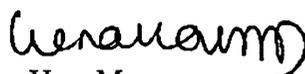
em anexo os seus Estatutos, e, ainda, no regime jurídico do setor público empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual.

ASSIM, tendo em conta que:

- A. O novo Regulamento Interno visa estabelecer (i) os princípios de gestão e de funcionamento, (ii) o modelo organizacional, respetivas atribuições e competências orgânicas da SPMS, E.P.E.;
- B. O novo Conselho de Administração considera que, face ao contexto atual, importa alinhar o modelo organizacional da sua estrutura com a estratégia de aumento de eficiência e adequada gestão da despesa do SNS em diferentes áreas;
- C. A revisão da estrutura orgânica apresentada não se traduz num aumento de cargos de dirigentes;

Parece-nos que o Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da SPMS, E.P.E., no dia 15.09.2020, está em condições de merecer um despacho de homologação do membro do Governo responsável pela área da saúde, ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 56/2010, de 22 de março, na sua redação atual, sugerindo-se que, em caso de concordância, seja aposta a expressão “homologo” no doc. 1 aqui anexo (versão original do Regulamento).

A Técnica Especialista,

  
Vera Marques

Anexo: 3 (três) documentos.



**ANEXO II | ESTUDO DEMONSTRATIVO DA MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SPMS ATRAVÉS DA INTERNALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NOS PRINCIPAIS SERVIÇOS**



Exmo. Senhor  
Dr. Tiago Gonçalves  
M.I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Secretário de Estado Adjunto e da Saúde  
Av. João Crisóstomo, n.º 9  
1049-062 Lisboa

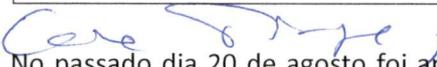
CC: Exma. Senhora  
Dra. Teresa Carneiro  
M.I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
o Secretário de Estado da Saúde

S 4962 \* 23.09.20

N/ Refª:

V/ Refª:

Assunto: **APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DEMONSTRATIVO MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SPMS ATRAVÉS DA INTERNALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NOS PRINCIPAIS SERVIÇOS**

  
No passado dia 20 de agosto foi aprovado, por despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, o mapa de pessoal proposto pela SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS, E.P.E.) para o Orçamento de Estado de 2021, que agora se junta sob a forma de **Anexo I**.

Em paralelo com o referido mapa de pessoal, a SPMS, E.P.E. desenvolveu um estudo demonstrativo intitulado “Melhoria da prestação de serviços através da internalização de recursos humanos nos principais serviços”, por via do qual se propôs analisar a evolução da contratação de recursos externos nesta entidade e avaliar os custos e riscos associados à mesma, apresentando soluções alternativas.

Entre outros aspetos relevantes, veio o referido estudo evidenciar que as áreas estratégicas dos sistemas de informação, da telessaúde e das compras públicas apresentam uma elevada dependência de recursos externos, que não só tem custos e riscos acrescidos face à contratação de recursos internos, como nem sempre se repercute num aumento da qualidade do serviço prestado.

Face às vicissitudes resultantes desta dependência de recursos externos, o referido estudo propõe a internalização de 292 recursos externos, como medida adequada à mitigação de riscos, à garantia de qualidade dos serviços e a uma redução custos superior a €4/M anuais.

Atenta a relevância de tais conclusões, submete-se, pela presente via, à consideração de V. Exa., o estudo em apreço, que se junta sob a forma de **Anexo II**.



Mais se solicita que, em caso de acolhimento por V. Exa., possa o mesmo ser remetido para análise e validação de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Administração

Luís Goes Pinheiro

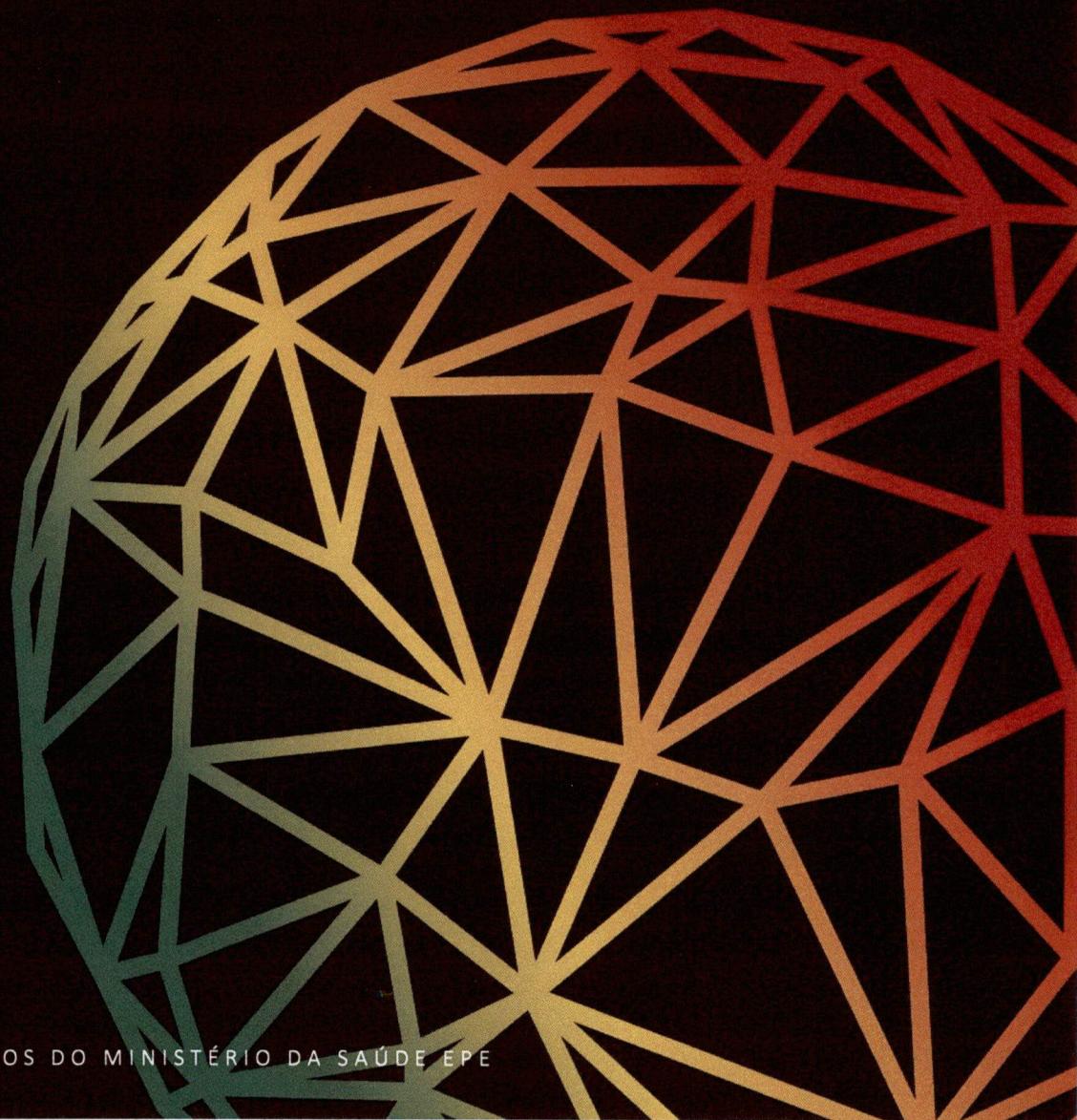
Anexos:

- **Anexo I** – Despacho SES, de 20 de agosto de 2020 – Aprovação do Mapa de Pessoal da SPMS para o Orçamento de Estado relativo ao ano 2021;
- **Anexo II** - Estudo Demonstrativo *Melhoria da prestação de serviços da SPMS através da internalização de recursos humanos nos principais serviços.*

# MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA SPMS ATRAVÉS DA INTERNALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NOS PRINCIPAIS SERVIÇOS

ESTUDO DEMONSTRATIVO  
11 setembro 2020

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EPE





## NOTA INTRODUTÓRIA

Os direitos de autor deste trabalho pertencem à SPMS, E.P.E. Este trabalho não pode ser reproduzido, divulgado ou utilizado por terceiros, na íntegra ou em parte, para outros fins que não os acordados, sem prévia autorização escrita da SPMS, E.P.E..

Esta apresentação compreende uma versão de estudo, que poderá vir a ser melhorada com base na recolha de ideias, comentários, sugestões e orientações resultantes da sua apresentação às Tutelas da Saúde e Finanças. Sugere-se, como tal, que a leitura e análise deste documento tenha em consideração o contexto e período correspondentes e a possibilidade de, em resultado da dinâmica de trabalhos inerente, o mesmo poder vir a sofrer alterações em períodos subsequentes e até à data da sua aprovação.

### **DISSEMINAÇÃO DO INFORMAÇÃO: CO**

*CO = Confidencial, RE = Restrito, UI = Uso Interno, PU = Público*



## A PROBLEMÁTICA

### Âmbito

O estudo demonstrativo *melhoria da prestação de serviços da SPMS através da internalização de recursos humanos nos principais serviços* abrange a melhoria de serviço da SPMS através da redução de custos, mitigação de riscos, aumento de segurança e reforço de qualidade, face à situação atual.

### Diagnóstico

O crescente aumento de atribuições da SPMS, no âmbito dos principais serviços que a mesma tem operado ao longo dos últimos anos, tais como os Sistemas de Informação, a Telessaúde e as Compras Públicas, não tem vindo a ser acompanhado por equivalente aumento de cargos internos nestas áreas, circunstância que resulta numa elevada dependência de recursos externos em serviços de elevada criticidade, atualmente na ordem dos 55% face ao universo da força do trabalho da Organização.

As atividades e responsabilidades atribuídas à SPMS, sobrelevadas no atual contexto da Covid-19, demonstram a urgência de garantir a sustentabilidade, qualidade e segurança dos serviços públicos prestados, através da internalização do conhecimento e da mão-de-obra atualmente afeta a *outsourcing*.

O risco atualmente enfrentado pela SPMS, E.P.E. em resultado da sua dependência de terceiros é acompanhado de um custo superior por parte dos prestadores externos, que não se traduz em melhoria de qualidade e conduz a um maior risco e a questões de segurança.

### Abordagem e Proposta

Atendendo à problemática, o estudo demonstrativo *melhoria da prestação de serviços da SPMS através da internalização de recursos humanos nos principais serviços* pretende apresentar:

- 1** A Identidade Organizacional da SPMS e principais serviços que presta ao SNS
- 2** Um diagnóstico quantitativo e demonstrativo da atual dependência da SPMS na contratação de serviços externos, ao longo dos anos
- 3** Uma proposta fundamentada de melhoria de prestação de serviços, por via redução de riscos e custos, através da internalização de 292 pessoas



## CONTEÚDOS

### A Problemática

## 1 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A SPMS  
Modelo de Governação  
Orçamento da SPMS (2017 a 2020)  
Enquadramento Estatutário  
Contexto Organizacional  
Principais serviços

## 2 DIAGNÓSTICO

Evolução geral de RH internos vs externos, ao longo dos anos (2017 a 2020)  
Evolução de número RH internos vs externos, ao longo dos anos (2017 a 2020)  
Evolução do custos de RH internos vs externos ao longo dos anos (2017 a 2020)  
Peso da contratação de RH internos vs externos no Orçamento da SPMS, ao longo dos anos (2017 a 2020)  
Distribuição dos RH externos pelas áreas de suporte e principais serviços  
Estimativa do custo anual doe RH *externos*  
Principais riscos e limitações na continuidade de contratação de RH por via de *outsourcing*

## 3 ABORDAGEM

Critérios para avaliar “o que terceirizar” vs “o que internalizar”  
Critérios para avaliar mais-valia na prestação de serviços

## 4 PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO

Considerandos  
Fundamentação da Proposta  
Fundamentação do reforço do quadro de pessoal das áreas de suporte  
Fundamentação do reforço do quadro de pessoal das áreas de negócio  
Estimativa de poupança pela internalização das 292 Pessoas

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

### 1.1. A SPMS

A SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. foi criada em 2010, pelo Decreto-Lei n.º 19/2010, de 22 de março, como pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e de património próprio, nos termos do regime jurídico do setor empresarial do Estado, estando sujeita à tutela dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde.

As atribuições da SPMS incluem a prestação de serviços partilhados nas áreas de compras e logística, serviços financeiros, recursos humanos e sistemas e tecnologias de informação e comunicação; o funcionamento do SNS24 e do Centro Nacional de TeleSaúde (CNTS); e, no âmbito dos serviços partilhados de conferência de faturas de medicamentos, de meios complementares de diagnóstico e terapêutica, assegurar a atividade e a gestão do Centro de Controlo e Monitorização do SNS (CCMSNS).

### MISSÃO

Prestação de serviços partilhados na área da saúde, promovendo eficiência das instituições do setor e a melhoria da saúde dos cidadãos

### VISÃO

Servir a Saúde como principal parceiro de eficiência e inovação no serviço ao Cidadão

### PRINCIPAIS STAKEHOLDERS

Tutela  
Entidades do SNS  
Parceiros  
Cidadãos  
Profissionais de Saúde

### 1.2 MODELO DE GOVERNAÇÃO

Composto por três membros – um presidente e dois vogais – nomeados por Resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da saúde, o Conselho de Administração configura o órgão superior de gestão da SPMS.

Nomeado através do Despacho n.º 3202/2020 das Finanças e da Saúde, de 04 de março de 2020 (Gabinetes do Ministro de Estado das Finanças e da Ministra da Saúde – publicado no Diário da República n.º 50/2020, Série II de 2020-03-11), o Conselho de Administração é atualmente composto pelos membros:

Luís Goes Pinheiro | Presidente

Domingos da Silva Pereira | Vogal Executivo

Sandra Cavaca | Vogal Executiva

A SPMS  
ENQUADRAMENTO ESTATUTÁRIO  
CONTEXTO ORGANIZACIONAL  
PRINCIPAIS SERVIÇOS



## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

### 1.3. ORÇAMENTO DA SPMS (2017 a 2020)

	OBJETO	2017	2018	2019	2020
CONTRATO-PROGRAMA	Desenvolvimento dos Sistemas e Tecnologias de Informação e Comunicação, Mecanismos de Racionalização de Compras e Comunicação com Recurso as TIC, Telessaúde	18 188 994,00 €	30 188 995,00 €	32 741 612,00 €	32 741 613,00 €
ACORDO DE MANUTENÇÃO	Manutenção em contínuo dos sistemas informáticos das entidades do SNS	30 000 000,00 €	40 000 000,00 €	24 000 000,00 €	25 655 400,00 €
SNS 24	-	- €	11 398 218,00 €	10 168 218,00 €	10 168 218,00 €
CENTRO DE MONITORIZAÇÃO DO SNS	-	- €	- €	2 943 260,00 €	2 943 260,00 €
	<b>TOTAL</b>	<b>48 188 994,00 €</b>	<b>81 587 213,00 €</b>	<b>69 853 090,00 €</b>	<b>71 508 491,00 €</b>



## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

### 1.4. ENQUADRAMENTO ESTATUTÁRIO

ESTATUTOS	DECRETO-LEI N.º 19/2010, ALTERADO POR: DECRETO-LEI N.º 108/2011 DECRETO-LEI N.º 209/2015 DECRETO-LEI N.º 32/2016 DESPACHO N.º 11013/2016 DECRETO-LEI N.º 69/2017 DECRETO-LEI N.º 38/2018
NATUREZA	ENTIDADE PÚBLICA EMPRESARIAL INTEGRADA NO SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA E DE PATRIMÓNIO PRÓPRIO DEPENDÊNCIA TUTELAR DOS MEMBROS DO GOVERNO RESPONSÁVEIS PELAS ÁREAS DAS FINANÇAS E SAÚDE
ÓRGÃOS SOCIAIS	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO FISCAL ÚNICO
ESTRUTURA INTERNA	13 DIREÇÕES 33 UNIDADES
RECURSOS HUMANOS	3 MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E 1 FISCAL ÚNICO 13 DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE NÍVEL I 33 DIRIGENTES INTERMÉDIOS DE NÍVEL II 159 TÉCNICOS SUPERIORES E 26 ESPECIALISTAS DE INFORMÁTICA 62 ASSISTENTES TÉCNICOS E TÉCNICOS DE INFORMÁTICA 3 ASSISTENTES OPERACIONAIS
RECURSOS FINANCEIROS	(2020) ORÇAMENTO ANUAL NO VALOR DE 76.364.823€, DO LADO DA RECEITA, E DE 76.364.823€, DO LADO DA DESPESA
LOCALIZAÇÃO	SPMS LISBOA (SEDE): AVENIDA DA REPÚBLICA, 61. 1050-189 LISBOA SPMS LISBOA: AVENIDA 5 DE OUTUBRO, 125. 1050-052 LISBOA SPMS PORTO: RUA DO BRENER, 121. 4050-124 PORTO DCNTS: AVENIDA DE MADRID, 8-A. 1000-193 LISBOA CCM SNS: RUA DE JOAQUIM DIAS ROCHA, 170 ZONA INDUSTRIAL DA MAIA I, SETOR X. 4470-211 MAIA

A SPMS  
ENQUADRAMENTO ESTATUTÁRIO  
CONTEXTO ORGANIZACIONAL  
PRINCIPAIS SERVIÇOS



## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

### 1.5. CONTEXTO ORGANIZACIONAL

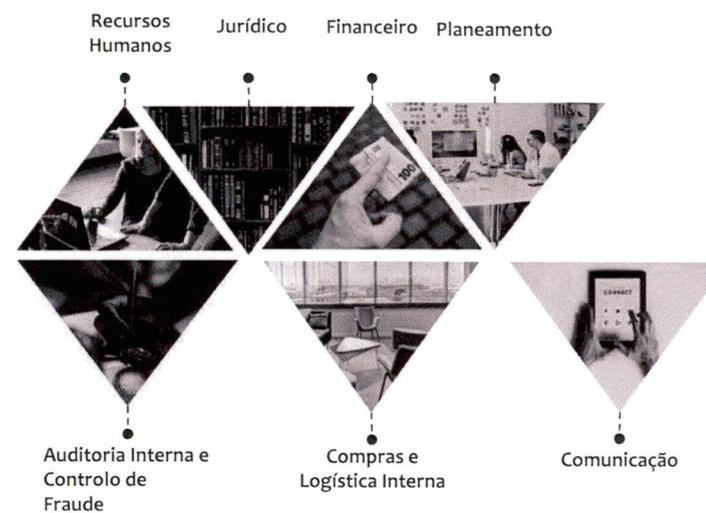
A SPMS desenvolve as suas áreas de negócio através de Direções ou Unidades, apoiadas por unidades de suporte:

#### ÁREAS DE NEGÓCIO



No ponto 1.5 serão apenas abordadas as áreas em destaque, no esforço de cingir o âmbito do Estudo às áreas cujos serviços aportam elevada presença de mão-de-obra externa

#### ÁREAS DE SUPORTE





## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

### 1.6. PRINCIPAIS SERVIÇOS

#### SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

##### Competências

Desenvolvimento e operacionalização de produtos de SW enquanto Software House

Gestão de projetos e serviços como prestador de serviços para o Ecossistema da Saúde

Coordenação iniciativas no eSIS como representante Ministerial no CTIC

Regulação e Normalização de soluções como entidade reguladora

##### Frentes de Atuação

Cuidados de Saúde Primários e Hospitalares

Coordenação o ENESIS no eSIS

Registos Centrais, Programas de Saúde, Interoperabilidade e Projetos Internacionais

Centro de Terminologias Clínicas e alargamento do serviço de suporte TIC

Exames e Receitas Sem Papel e Registo de Saúde Eletrónico

Sistemas Analíticos e Sistemas de Gestão de Recursos

Operações, Infraestrutura e Segurança da Informação e Cibersegurança

##### Big numbers



Dados à data de 28 de agosto de 2020

A SPMS  
CONTEXTO ORGANIZACIONAL  
PRINCIPAIS SERVIÇOS



## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

### 1.6. PRINCIPAIS SERVIÇOS

#### TELESSAÚDE

##### Competências

Gestão do Centro de Contacto do SNS (SNS24)

Coordenação do Centro Nacional de Telessaúde

##### Frentes de Atuação

Serviços de Triagem, Aconselhamento e Encaminhamento através do SNS24

Triagem, encaminhamento e vigilância Covid-19

Definição da Estratégia Nacional da Telessaúde

Serviços de Aconselhamento sobre a Medicação

Atendimento Cidadãos Surdos

Investigação e teste de hipóteses para novas soluções TIC através das premissas da Telessaúde

Serviços de Assistência em Saúde Pública

Aconselhamento Psicológico

Gestão de rede de parceiros nacionais para a Telessaúde

##### Big numbers



<sup>1</sup> Dados entre 1 de janeiro a 28 de agosto de 2020

<sup>2</sup> Dados entre 1 de abril a 28 de agosto de 2020

<sup>3</sup> Dados entre 21 de abril a 28 de agosto

A SPMS  
ENQUADRAMENTO ESTATUTÁRIO  
CONTEXTO ORGANIZACIONAL  
PRINCIPAIS SERVIÇOS



## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

### 1.6. PRINCIPAIS SERVIÇOS

#### COMPRAS PÚBLICAS

##### Competências

Gestão Ministerial de Compras de Bens e Serviços de Saúde e Transversais

Gestão do Catálogo Eletrónico de Compras na Saúde

Celebração de Procedimentos de Aquisição, nomeadamente Acordos-Quadro e Sistemas de Aquisição Dinâmica

Agregação da Frota Automóvel do MS e Instituições do SNS

##### Frentes de Atuação

Agregação anual das necessidades das entidades do MS e Instituições do SNS

Gestão de *stocks* ao abrigo dos procedimentos aquisitivos celebrados

Aquisição centralizada de Dispositivos médicos e Medicamentos

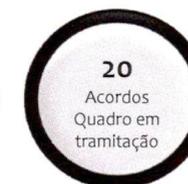
Celebração dos procedimentos aquisitivos em conformidade com as necessidades das Instituições

Responsável pela gestão das reservas estratégicas de Medicamentos e de Equipamentos de Proteção Individual

Disponibilização de informação em *real time* do estado dos procedimentos aquisitivos

Promoção de boas práticas e disseminação de conhecimento em matéria de Compras Contratação Pública

##### Big numbers



Dados à data de 28 de agosto de 2020

A SPMS  
ENQUADRAMENTO ESTATUTÁRIO  
CONTEXTO ORGANIZACIONAL  
PRINCIPAIS SERVIÇOS



## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

### 1.6. PRINCIPAIS SERVIÇOS

#### COMPRAS PÚBLICAS

##### Poupanças

2018

##### Saúde

350 Processos Concluídos	745,7 M€ Valor Base	710 M€ Valor Adjudicado	61,8M€ Poupança Global
323 Processos Concluídos	145,5 M€ Valor Base	132,9 M€ Valor Adjudicado	12,5 M€ Poupança Global

##### Transversais

FONTE

BI DCBSS e BI DCBST. Valores à data de 31.08.2020

*Poupanças em Saúde* calculadas com base no portefólio disponível do catálogo eletrónico de compras na saúde.

2019

##### Saúde

368 Processos Concluídos	921,1 M€ Valor Base	856,4 M€ Valor Adjudicado	192,9 M€ Poupança Global
369 Processos Concluídos	123,6 M€ Valor Base	110,5 M€ Valor Adjudicado	13 M€ Poupança Global

##### Transversais

2020

##### Saúde

456 Processos Concluídos	764,6 M€ Valor Base	744,8 M€ Valor Adjudicado	102,9 M€ Poupança Global
336 Processos Concluídos	158,2 M€ Valor Base	140,4 M€ Valor Adjudicado	14 M€ Poupança Global

##### Transversais

A SPMS  
ENQUADRAMENTO ESTATUTÁRIO  
CONTEXTO ORGANIZACIONAL  
PRINCIPAIS SERVIÇOS



## 2 DIAGNÓSTICO

### 2.1. A EVOLUÇÃO GERAL DE RH INTERNOS vs EXTERNOS AO LONGO DOS ANOS (2017 a 2020)

	2017		2018		2019		2020	
	N.º de RH	Custo Efetivo Anual						
COLABORADORES INTERNOS	276	9 362 044,75 €	318	9 144 049,42 €	281	9 872 967,30 €	300	10 979 330,27 €
SERVIÇOS EXTERNOS	132	5 630 739,75 €	546	23 255 975,71 €	517	24 470 427,15 €	360	17 452 976,98 €
<b>TOTAL</b>	<b>408</b>	<b>14 992 784,50 €</b>	<b>864</b>	<b>32 400 025,13 €</b>	<b>798</b>	<b>34 343 394,45 €</b>	<b>660</b>	<b>28 432 307,25 €</b>

#### FONTES

RGC SPMS 2017, 2018, 2019  
PAO SPMS 2020 e 2021  
BI de Monitorização 3 – *Controlo da  
Atividade Interna SPMS 2018, 2019,  
2020*

Dados à data de 31.07.2020



## 2 DIAGNÓSTICO

### 2.2. A EVOLUÇÃO DE RH INTERNOS vs EXTERNOS AO LONGO DOS ANOS (2017 A 2020)

	COLABORADORES INTERNOS (Nº)	VARIAÇÃO (%)	SERVIÇOS EXTERNOS (Nº)	VARIAÇÃO (%)	% DOS EXTERNOS vs INTERNOS (%)
2017	276		132		-52%
2018	318	15%	546	314%	72%
2019	281	-12%	517	-5%	84%
2020	300	7%	360	-30%	20%

#### FONTES

RGC SPMS 2017, 2018, 2019  
PAO SPMS 2020 e 2021  
BI de Monitorização 3 – *Controlo da  
Atividade Interna SPMS 2018, 2019,  
2020*

Dados à data de 31.07.2020



## 2 DIAGNÓSTICO

### 2.3. A EVOLUÇÃO DO CUSTO EFETIVO COM RH INTERNOS vs EXTERNOS AO LONGO DOS ANOS (2017 A 2020)

	COLABORADORES INTERNOS (€)	VARIAÇÃO (%)	SERVIÇOS EXTERNOS (€)	VARIAÇÃO (%)	% DOS SERVIÇOS FACE AOS COLABORADORES INTERNOS (%)
2017	9 362 044,75 €		5 630 739,75 €		-40%
2018	9 144 049,42 €	-2%	23 255 975,71 €	313%	154%
2019	9 872 967,30 €	8%	24 470 427,15 €	5%	148%
2020	10 979 330,27 €	11%	17 452 976,98 €	-29%	59%

#### FONTES

RGC SPMS 2017, 2018, 2019  
PAO SPMS 2020 e 2021  
BI de Monitorização 3 – *Controlo da  
Atividade Interna SPMS 2018, 2019,  
2020*

Dados à data de 31.07.2020



## 2 DIAGNÓSTICO

### 2.4. PESO DA CONTRATAÇÃO DE RH INTERNOS vs EXTERNOS NO ORÇAMENTO DA SPMS, AO LONGO DOS ANOS (2017 A 2020)

	ORÇAMENTO (€)	CUSTO EFETIVO INTERNOS (€)	PESO (%)	CUSTO EFETIVO EXTERNOS (€)	PESO (%)
2017	48 188 994,00 €	9 362 044,75 €	19%	5 630 739,75 €	12%
2018	81 587 213,00 €	9 144 049,42 €	11%	23 255 975,71 €	29%
2019	69 853 090,00 €	9 872 967,30 €	14%	24 470 427,15 €	35%
2020	71 508 491,00 €	10 979 330,27 €	15%	17 452 976,98 €	24%

#### FONTES

RGC SPMS 2017, 2018, 2019  
PAO SPMS 2020 e 2021  
BI de Monitorização 3 – *Controlo da  
Atividade Interna SPMS 2018, 2019,  
2020*

Dados à data de 31.07.2020



## 2 DIAGNÓSTICO

### 2.5. DISTRIBUIÇÃO DOS RH EXTERNOS PELAS ÁREAS DE SUPORTE E PRINCIPAIS SERVIÇOS

	Nº DE POSTOS DE TRABALHO (SERVIÇOS EXTERNOS)	PESO (%) FACE AO TOTAL
ÁREAS DE SUPORTE	34	9%
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	275	76%
COMPRAS DA SAÚDE E TRANSVERSAIS	18	5%
TELESÁUDE E SNS 24	33	9%
TOTAL	360	-

#### FONTES

RGC SPMS 2017, 2018, 2019  
PAO SPMS 2020 e 2021  
BI de Monitorização 3 – *Controlo da  
Atividade Interna SPMS 2018, 2019,  
2020*

Dados à data de 31.07.2020

## 2 DIAGNÓSTICO

### 2.6. ESTIMATIVA DO CUSTO ANUAL COM A FORMAÇÃO DE RH EXTERNOS

(considerando a sua rotatividade anual em cerca de 1/3)

Nº DE RH EXTERNOS	360
Nº DE RH EXTERNOS substituídos anualmente	120 [Dos quais: 90 Técnicos Superiores (TS) 30 Especialistas de Informática (EI)]
CUSTO COM A FORMAÇÃO DE TS <sup>1</sup>	833 685,52 €
CUSTO COM A FORMAÇÃO DE EI <sup>2</sup>	579 838,97 €
CUSTO TOTAL/ANO	1 413 524,48 €

1 Um técnico superior leva, em média, 6 meses a formar e custa cerca de 9 273,17€ [considerando o custo das horas afetas de cargos dirigentes e RH internos à sua formação]

2 Um especialista de informática leva, em média, 9 meses a formar e custa cerca de 19 327,97€ [considerando o custo das horas afetas de cargos dirigentes e RH internos à sua formação]





## 2 DIAGNÓSTICO

### 2.6. PRINCIPAIS RISCOS ASSOCIADOS À CONTINUIDADE DO MODELO DE CONTRATAÇÃO DE RH POR VIA DE OUTSOURCING

Face a um contexto de indiscutível crescimento de atividades e responsabilidades, com igual tradução em termos financeiros, urge dimensionar a estrutura interna de recursos humanos, considerando:

1. Potenciais perdas de confidencialidade pelo excesso de exposição de dados confidenciais ao subcontratado;
2. Possibilidade de conflitos de interesse pela exposição de conhecimento proprietário a subcontratados oriundos de entidades concorrentes;
3. Dependência excessiva em relação ao subcontratado nas áreas core;
4. Perda de know-how pela excessiva rotatividade da ocupação dos postos de trabalho;
5. Perda de autonomia no controlo da qualidade do serviço prestado e diminuição do nível da satisfação dos clientes e colaboradores;
6. Elevados custos associados à gestão dos subcontratados (devido à necessidade de controlo do seu desempenho e a eventuais dificuldades de integração com as atividades internas);
7. Tendência em considerar o outsourcing como solução definitiva, em vez de um meio de concentração de recursos em áreas vitais, resultando num menor alinhamento dos RH para com a missão e estratégia da empresa;
8. As competências técnicas não assentes em quadros com a experiência e senioridade necessárias às funções capitais, nacionais e estratégicas conferidas pela tutela à SPMS;
9. Aumento da despesa pública.



## 3 ABORDAGEM

Com base no diagnóstico apresentado anteriormente, para efeitos da fundamentação da proposta que este Estudo ultima, foram tidos em conta os critérios aduzidos no ponto 3.1 e 3.2, no sentido de se apurar a vantagem da terceirização vs internalização dos postos de trabalho

### 3.1. CRITÉRIOS PARA AVALIAR “O QUE EXTERNALIZAR” vs “O QUE INTERNALIZAR”

QUESTÕES-CHAVE		EXTERNALIZAR ← INTERNALIZAR →	
FORÇA DE TRABALHO EXTERNA OU INTERNA?	A função requer conhecimento proprietário ou é fundamental para manter o controlo interno?	NÃO	SIM
	Os fornecedores dispõem dos recursos prontamente, ao nível de qualidade exigido, ou têm capacidade de os desenvolver rapidamente?	NÃO	SIM
	Este recurso será necessário por um longo período de tempo (por exemplo, vários anos)?	NÃO	SIM
	Um recurso externo pode desempenhar essa função com o mesmo custo ou menor (TCO)?	NÃO	SIM
	O fornecedor pode prestar os serviços em níveis aceitáveis ao nível do risco do próprio negócio?	SIM	NÃO



## 3 ABORDAGEM

Com base no diagnóstico apresentado anteriormente, para efeitos da fundamentação da proposta que este Estudo ultima, foram tidos em conta os critérios aduzidos no ponto 3.1 e 3.2, no sentido de se apurar a vantagem da terceirização vs internalização dos postos de trabalho

### 3.2. CRITÉRIOS PARA AVALIAR A MAIS-VALIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

#### QUESTÕES-CHAVE

A natureza das atividades é principalmente **rotineira**, podendo ganhar escala com mão-de-obra externa?

As atividades exigem **conhecimento proprietário** ou é fundamental manter o controlo interno?

Existem requisitos **regulamentares ou de conformidade legal rígida** para os serviços em análise?

Um recurso externo **pode desempenhar essa função com o mesmo custo ou menor (TCO)?**

É possível assegurar internamente as **capacidades necessárias num curto espaço de tempo?**

Os fornecedores **apresentam capacidade para a prestação de serviços em níveis aceitáveis para o risco do negócio?**

Os fornecedores apresentam capacidade na prestação imediata de serviços, com o nível de qualidade exigida?

Os fornecedores têm melhores infraestruturas e meios suficientes para habilitar rapidamente os recursos a trabalhar em regime de teletrabalho?

NÃO

IMPORTANTE MANTER O CONTROLO INTERNO

SIM

NÃO

SIM

SIM MAS A CUSTOS MAIS ELEVADOS EM CONTRATO, EXIGINDO A GARANTIA DE CONTROLOS INTERNOS ADICIONAIS

NÃO

NÃO



## 4 PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO

### 4.1. CONSIDERANDOS

- 1 O REFORÇO DAS COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DA SPMS EM MATÉRIA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARTILHADOS ESPECÍFICOS DA ÁREA DA SAÚDE AOS ESTABELECIMENTOS E SERVIÇOS DO SNS
- 2 A CRITICIDADE, AO NÍVEL DE SEGURANÇA, RISCOS E QUALIDADE, APRESENTADA PELOS PRINCIPAIS SERVIÇOS
- 3 O AUMENTO EXPONENCIAL E BASTANTE SIGNIFICATIVO DO NÚMERO E CUSTO EFETIVO DE RH EXTERNOS VS RH INTERNOS (PONTO 2.1 AO 2.3)
- 4 O PESO EXPRESSIVO DA CONTRATAÇÃO DE RH EXTERNOS NO ORÇAMENTO DA SPMS (PONTO 2.4)
- 5 A FORTE DEPENDÊNCIA DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE SUPORTE E NEGÓCIO ATRAVÉS DE RH EXTERNOS (PONTO 2.5)
- 6 OS RISCOS ASSOCIADOS À CONTINUIDADE DA SUBCONTRATAÇÃO (PONTO 2.6)
- 7 A RESPOSTA AOS CRITÉRIOS PARA AVALIAR “O QUE TERCEIRIZAR” E “O QUE INTERNALIZAR” (PONTOS 3.1 E 3.2)
- 8 O ATUAL CONTEXTO DA COVID-19, QUE EVIDENCIA A NECESSIDADE DE SEREM GARANTIDAS AS CONDIÇÕES PARA ASSEGURAR A INEXISTÊNCIA DE DISRUPÇÕES NA ATIVIDADE DA SPMS E A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ATUAIS E FUTUROS, COM QUALIDADE.



## 4 PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO

### 4.2. FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA

Dos 360 recursos externos, propõe-se, assim, **internalizar 292 Pessoas**, das quais:

**277 substituirão os atuais colaboradores externos**, para reforço das várias áreas de atuação da SPMS, nomeadamente nas áreas de Tecnologias de Informação, Gestão e Direito;

**15 são contratações de médicos e enfermeiros**, para reforçar a área da Telessaúde e Centro de Contacto do SNS.

PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL 2021

CARGO/CARREIRA	Nº DE POSTOS DE TRABALHO/EFETIVOS (COLABORADORES INTERNOS)	Nº DE POSTOS DE TRABALHO/EFETIVOS (NOVOS COLABORADORES INTERNOS)	TOTAL
Dirigente superior de 1º grau	1		1
Dirigente superior de 2º grau	2		2
Dirigente intermédio de 1º grau	13		13
Dirigente intermédio de 2º grau	33		33
Técnico Superior	159	124	283
Assistente técnico, técnico de nível intermédio, pessoal administrativo	62		62
Assistente operacional, operário, auxiliar	3		3
Informático	26	168	194
FU (Fiscal Único)	1		1
<b>TOTAL</b>	<b>300</b>	<b>292</b>	<b>592</b>



## 4 PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO

### 4.2. FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA [cont.]

1 A CONTRATAÇÃO DESTAS 292 PESSOAS REPRESENTA, EM GRANDE MEDIDA, A ATUAL FORÇA DO TRABALHO DAS VÁRIAS ÁREAS DE NEGÓCIO E SUPORTE DA SPMS, DISTRIBUÍDAS POR VÁRIOS PERFIS E SENIORIDADE.

2 A INTERNALIZAÇÃO PROPOSTA, DIFERENCIADA PELO ESCALONAMENTO DE TÉCNICOS SUPERIORES, ESPECIALISTAS DE INFORMÁTICA, MÉDICOS E ENFERMEIROS, AFIGURA-SE COMO FUNDAMENTAL, PORQUANTO:

- i. Existe a necessidade de graus de especialização diversos a integrar nas demais equipas da SPMS, tanto em áreas de suporte como de negócio;
- ii. Esta diferenciação de especialização já se encontra plasmada nas prestações de serviços a internalizar;
- iii. Permitirá aumentar a retenção de recursos humanos, diminuindo consequentemente a rotatividade de pessoal;
- iv. Potencia a eficiência e eficácia da SPMS face às atribuições que lhe estão cometidas;
- v. Permite a consolidação de conhecimentos necessários, pelos níveis de especialização exigidos, nomeadamente nas áreas da Telessaúde e Centro de Contacto do SNS, de enorme relevo para o SNS.

### PROPOSTA DE NOVOS COLABORADORES 2021 POR DIREÇÃO

DIREÇÃO	PERFIL	Nº DE POSTOS DE TRABALHO/EFETIVOS (NOVOS COLABORADORES INTERNOS)
Direção de Assuntos Jurídico e Contencioso	Técnico Superior	4
Direção de Compras de Bens e Serviços de Saúde	Técnico Superior	7
Direção de Compras de Bens e Serviços Transversais	Técnico Superior	5
Direção de Compras Públicas Internas	Técnico Superior	6
Direção de Comunicação e Relações Públicas	Técnico Superior	4
Direção Financeira	Técnico Superior	5
Direção de Planeamento e Desenvolvimento Organizacional	Técnico Superior	4
Direção de Recursos Humanos	Técnico Superior	4
Direção de Sistemas de Informação	Informático	149
Direção de Sistemas de Informação	Técnico Superior	62
	Informático	19
Direção de Centro Nacional de Telessaúde e SNS24	Técnico Superior	23
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>292</b>



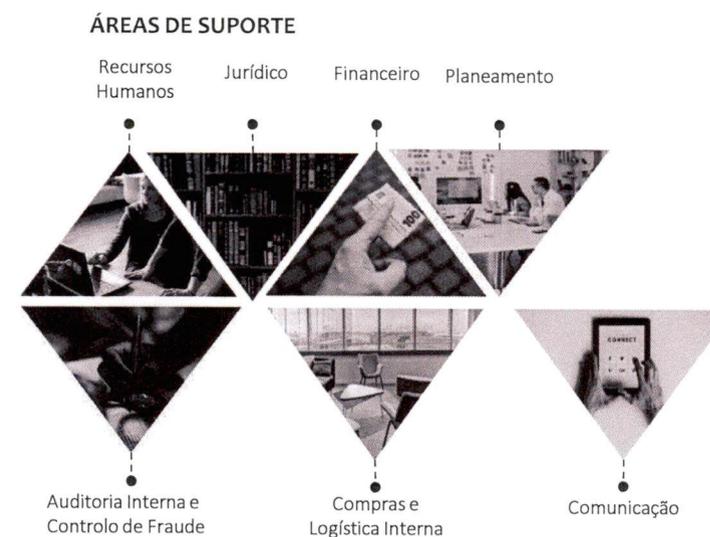
## 4 PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO

### 4.2.1 FUNDAMENTAÇÃO DO REFORÇO DO QUADRO DE PESSOAL DAS ÁREAS DE SUPORTE

#### ÁREAS DE SUPORTE

- DCPI** Importa que o quadro de pessoal das Unidades de Suporte, que apoiam e materializam a estratégia do Conselho de Administração – nomeadamente as Direções na gestão financeira, de recursos humanos, no planeamento e desenvolvimento da organização, nos assuntos jurídicos e contencioso, na comunicação e no apoio geral a toda a organização - **seja reforçado com elementos internos, de forma a assegurar que o desenvolvimento das respetivas atividades não seja comprometido e, conseqüentemente, não condicione a operação de toda a atividade da SPMS.**
- DF**
- DRH**
- DJAC**
- DPDO** De ressaltar que esta estratégia de internalização é prioritária para estas áreas de suporte, dado que a respetiva atuação é garantida, na sua quase totalidade, por recursos externos.
- DCRP** Não há praticamente redundância das funções desempenhadas por estes recursos e, sem um quadro adequado e especializado para os substituir, não será possível assegurar as funções essenciais para o bom desempenho destas áreas.

PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO  
27 RH





## 4 PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO

### 4.2.2 FUNDAMENTAÇÃO DO REFORÇO DO QUADRO DE PESSOAL DAS ÁREAS DE NEGÓCIO

#### COMPRAS PÚBLICAS

É também importante dotar as Unidades de Negócio das Compras de Saúde e Transversais com recursos adequados e especializados, sob pena de se verificar uma diminuição da qualidade do serviço prestado pelas mesmas ao SNS, e de se tornar inviável a manutenção das respetivas competências que se encontram legisladas (i.e. garantir a agregação centralizada no âmbito do Despacho 1571/B-2016, Programa Nacional de Vacinação, Programa de Troca de Seringas, entre outros) e de todos os projetos e programas nacionais no âmbito da saúde que lhe estão alocados.

Reforça-se, portanto, a necessidade de garantir a robustez e especialização das respetivas equipas, dada a responsabilidade que têm anualmente na tramitação de um grande volume de compras e, consequentemente, do seu impacto na criação de uma poupança significativa para o MS.

DCBSS  
DCBST

Em 2019, o volume global de compras foi de cerca de 1.600 milhões de euros, o que representou um aumento de 10% face ao ano de 2018, onde se tinha registado um valor global na ordem dos 1.450 milhões de euros. Em 2019, a poupança atingiu 347,2 milhões de euros, que representou 18% de poupança face ao volume financeiro total aplicado nesse ano. Entre 2018 e 2019, o volume de compras e as poupanças geradas cresceram a uma média anual de 23,8% e 39,2% respetivamente.

Para este efeito, foram analisados os 515 procedimentos adjudicados no decorrer do ano de 2019, em 40 categorias distintas, e de acordo com os relatórios de poupança elaborados anualmente.

Estas áreas promovem ainda a feitura de Acordos Quadro de Bens e Serviços de Saúde e Transversais para as instituições do SNS e órgãos e serviços do MS. No contexto da gestão da oferta deste serviço, à data de 31 de julho de 2020, a SPMS tem um portefólio de 70 Acordos Quadro de Bens e Serviços de Saúde vigentes (e 13 em preparação, sendo a sua maioria nas áreas de Medicamentos e Dispositivos Médicos) e de 34 Acordos Quadro de Bens e Serviços Transversais.

#### ÁREAS DE NEGÓCIO



**PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO:**  
**12 RH**



## 4 PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO

### 4.2.2. FUNDAMENTAÇÃO DO REFORÇO DO QUADRO DE PESSOAL DAS ÁREAS DE NEGÓCIO [CONT.]

#### SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TELESSAÚDE

É igualmente premente reforçar o quadro de pessoal das Unidades de Negócio no âmbito dos Sistemas e Tecnologias de Informação, com recursos adequados e especializados, uma vez que lhes compete:

- garantir a operacionalidade e segurança das infraestruturas tecnológicas e dos sistemas de informação do MS e promover a definição e utilização de normas, metodologias e requisitos que garantam a interoperabilidade e interconexão dos sistemas de informação da saúde, entre si e com os sistemas de informação transversais à Administração Pública;
- desenvolver, manter e suportar inúmeros serviços, aplicações e sistemas informáticos da Saúde, nomeadamente:
- a Rede Informática da Saúde (RIS): a RIS assegura um serviço de conectividade corporativa de dados exclusivo, privado e seguro a todas as entidades do Ministério da Saúde e respetivos parceiros, permitindo a ligação dedicada e segura entre perto de 2.000 locais distintos de prestação de saúde.
- o desenvolvimento e suporte de Sistemas “core” do SNS: os sistemas de informação dos Cuidados de Saúde Hospitalares e Primários, como o SONHO, SINUS e SClínico Hospitalar e CSP, suportam a atividade administrativa, faturação e clínica de praticamente todo o SNS. Estando presentes em praticamente todas as entidades do setor da saúde e contam com a utilização de cerca de 75% do staff institucional, o que corresponde a mais de 80.000 utilizadores das diversas áreas.

DSI  
DCNTS

#### ÁREAS DE NEGÓCIO



#### PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO

253 RH

211 RH (DSI)

42 DCNTS



## 4 PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO

### 4.2.2. FUNDAMENTAÇÃO DO REFORÇO DO QUADRO DE PESSOAL DAS ÁREAS DE NEGÓCIO [CONT.]

#### SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TELESSAÚDE (cont.)

É, igualmente, premente reforçar o quadro de pessoal das Unidades de Negócio no âmbito dos Sistemas e Tecnologias de Informação, com recursos adequados e especializados, uma vez que lhes compete (cont.):

- os Sistemas especializados de Saúde Pública: a SPMS também tem a seu cargo a disponibilização do SINAVE e do Trace COVID, que prestam apoio fundamental em matérias de notificação e acompanhamento de doenças de declaração obrigatória.
- os Sistemas transversais de prescrição e dispensa: A SPMS tem também a seu cargo os sistemas centrais em diferentes âmbitos como Prescrição Electrónica Médica, que é utilizada em praticamente todo o Serviço Nacional de Saúde (SNS), por cerca de 8.300 médicos por dia, e é responsável por cerca de 90% do total de prescrições registadas diariamente em Portugal, totalizando cerca de 89.000 receitas geradas por dia.
- os Sistemas de backoffice e gestão: A DSI também assegura a manutenção e desenvolvimento dos sistemas que garantem o processamento dos vencimentos do SNS, nomeadamente o RHV e WebRHV, suportando a gestão de RH para mais de 130.000 colaboradores do MS.
- o Registo de Saúde Eletrónico (Profissional e Cidadão): o RSE visa reunir informação essencial de cada cidadão para a melhoria da prestação de cuidados de saúde, contando com mais de 7.000 acessos diários à Área do Cidadão, e com mais de 90.000 acessos diários à Área do Profissional.

#### ÁREAS DE NEGÓCIO



DSI  
DCNTS



## 4 PROPOSTA DE INTERNALIZAÇÃO

### 4.3. ESTIMATIVA DE POUPANÇA COM A INTERNALIZAÇÃO DAS 292 PESSOAS

Numa análise global, o proposto resulta numa redução no quadro de efetivos, gerando uma poupança anual de 4 151 955,71 €, sendo a variação da redução de cerca de 17%, conforme se apresenta na tabela seguinte:

	2020		2021	
	N.º DE RH	CUSTO EFETIVO ANUAL	N.º DE RH	CUSTO EFETIVO ANUAL
COLABORADORES INTERNOS	300	10 979 330,27 €	592	20 680 351,54 €
SERVIÇOS EXTERNOS	360	17 452 976,98 €	55*	3 600 000,00 €
TOTAL	660	28 432 307,25 €	647	24 280 351,54 €

\*Estes 55 recursos externos, pelos seus conhecimentos e senioridade técnica, apenas são chamados quando existe uma necessidade de saberes altamente especializados, como por exemplo quando está em causa a definição de uma arquitetura tecnológica. Por outro lado, estes recursos têm um custo elevado e de difícil internalização. Por último, pelo seu perfil, são recursos de elevada mobilidade, cuja vantagem é precisamente estarem expostos a desafios diferentes em vários âmbitos e a novas tecnologias, pelo que não se reconhece vantagem em internalizar estes colaboradores.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 1** As áreas de Sistemas de Informação, Compras Públicas e Telessaúde e as funções respetivas são atualmente “core” na área Saúde em Portugal  
Conhecimento proprietário e criticidade de manter o controlo  
Condições regulatórias, de *compliance* e confidencialidade estritas
- 2** Por razões históricas, várias destas funções estão atualmente em outsourcing  
Em termos de perfil, os 292 postos em apreço são de técnicos superiores, especialistas de informática, médicos e enfermeiros
- 3** A pandemia Covid-19 aumentou o risco de rutura dos sistemas de Saúde em todo o mundo  
Com o Covid-19, várias empresas de outsourcing falharam níveis de serviço, aumentando o risco de prestação de serviço (em abril, apenas 37% das prestadoras de serviço estavam a cumprir acordos de nível de serviço\*)  
Uma nova vaga de Covid-19 pode potenciar risco de rutura das prestações de serviço, expondo a SPMS a fragilidades operacionais
- 4** Ao invés do que se esperaria para o outsourcing, o custo direto unitário do outsourcing é 32% mais caro do que o custo interno para o mesmo nível de serviço (dados 2020)  
Ceteris paribus, a internalização permite poupar €4M/ano ao Estado Português  
Com o custo acrescido de maior rotatividade de colaboradores da empresa de outsourcing, o custo do outsourcing ainda aumenta em termos reais em 20% (e.g., pela necessidade de formação de cada nova pessoa de outsourcing)

**\*FONTE**

SSON COVID-19 study – April 2020; Lit. research



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### PROPOSTA

Face ao contexto descrito e às razões anteriormente expostas, de redução de (1) risco de prestação de serviço, (2) garantia de qualidade e (3) redução de custos entre €4 e €4.8/M ano para o Estado Português, **propõe-se a internalização dos 292 postos de trabalho identificados.**



**SPMS**  
EPE  
Serviços Partilhados do  
Ministério da Saúde

De: Ana Luz/URJ/DRH

A: Consideração Superior

Informação: N.º: 49908/2020/URJ/ACSS

Data: 20-08-2020

**Assunto:** Análise do Mapa de Pessoal proposto pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS) para o Orçamento do Estado relativo ao ano de 2021

DESPACHO / DELIBERAÇÃO

Aprovo nos termos propostos  
20/8/2020

Secretário de Estado da Saúde  
António Sales

DESPACHO(S)

**Despacho de Pedro Alexandre**

À consideração de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde.

O Vogal do Conselho Diretivo

Digitally Signed by Pedro Emanuel  
Ventura Alexandre  
DN: CN=PE, O=Administração Central  
do Sistema de Saúde IP, CN=Pedro  
Emanuel Ventura Alexandre  
Reason:  
Date: 2020-01-20T15:07:50.310 UTC

Pedro Alexandre

MINISTÉRIO DA SAÚDE	
Gabinete 55	
Entrada N.º	11117 Data 20/08/20
Entidade	Class. 08025 01
	Proc.º 314 20

Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

*PARECER(ES)*

**Parecer de Paula Oliveira**

**Parecer de Idília Durão**

Concordo.

Submete-se a decisão de Sua Exa o Secretário de Estado da Saúde no exercício de competência delegada pelo Despacho n.º 1246/2020, publicado na 2.ª série do Diário da República n.º 19, de 28 de janeiro.

À Consideração Superior.

**Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.**

Parque de Saúde de Lisboa | Edifício 16 | Avenida do Brasil, 53 | 1700-063 Lisboa | Portugal  
Tel. Geral: 21 792 58 00 | Fax: 21 792 58 48 | Email: [geral@acss.min-saude.pt](mailto:geral@acss.min-saude.pt) | [www.acss.min-saude.pt](http://www.acss.min-saude.pt)

De: URJ

A: Consideração Superior

Informação N.º: 49908/2020/URJ/ACSS

Data: 2020-08-20

**Assunto:** Pedido de análise do Mapa de Pessoal proposto pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS) para o Orçamento do Estado relativo ao ano de 2021 apresentado por Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde

### I – Pedido

Do Gabinete de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado da Saúde vem dirigido a esta ACSS a proposta de Mapa de Pessoal dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E. (SPMS) para o Orçamento do Estado relativo ao ano de 2021, com pedido de informação ao mesmo Gabinete.

O correspondente processo integra cópia de mensagem de correio eletrónico enviada pelo Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde, para esta ACSS, bem como a fundamentação da necessidade de aumento de recursos humanos previsto para o ano 2021.

Pese embora conste da informação enviada pela referida entidade, o número de trabalhadores existente, bem como, o número de profissionais necessários para 2021, **não foram remetidos os Anexos II e II-A à da Circular Série A n.º 1399, de 31 de julho, da Direção-Geral do Orçamento (DGO) devidamente preenchidos.**

### II – Enquadramento normativo e análise

Devem ser observadas, sem prejuízo de outras que venham a ser consideradas, maioritariamente as orientações emitidas pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), através da sua Circular Série A n.º 1399, de 31 de julho, da Direção-Geral do Orçamento (DGO), designadamente nos termos da parte final da alínea ii) do seu ponto 36, bem como, o Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde n.º 6/2020, de 18 de agosto de 2020.

Das orientações emitidas pela DGO, no âmbito da Circular Série A n.º 1399, de 31 de julho, acima citadas, destacam-se, pela sua relevância para o que se analisa, as seguintes:

-“O número de efetivos a orçamentar é o que consta do mapa de pessoal, previsto no artigo 29.º da Lei n.º 35/2014 (LTFP) aprovado pelo membro do Governo da área governativa ou tutela, bem como o pessoal a exercer funções na entidade, não pertencente ao mapa de pessoal aprovado.”;

- “O número de efetivos para 2021 é compatível com as medidas de âmbito orçamental adotadas e com o plafond estabelecido para o Programa. Assim, deve refletir os movimentos de entradas e saídas de pessoal a ocorrer durante o ano, de acordo com a utilização prevista em cada instrumento de gestão de recursos humanos da Administração Pública;”

- “O número de efetivos engloba todas as modalidades de vinculação - nomeação, contrato de trabalho em funções públicas, comissão de serviço e contrato de trabalho;”

- “O número de efetivos engloba também as restantes relações contratuais com pessoal, suportados pelo agrupamento económico de despesas com pessoal;”

Importa ainda salientar que, de acordo com o determinado pelo Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde Despacho n.º 6/2020, de 18 de agosto de 2020, é também de ter em consideração que: “os órgãos e serviços elaboram anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante o ano, em observância do conjunto de instrumentos previsionais de gestão e os normativos previstos na Circular Série A n.º 1399, de 31 de julho, da Direção-Geral do Orçamento (DGO).

No respeito pelos princípios acima expressos, é dada a aprovação aos mapas de pessoal para o orçamento de 2021, propostos pelas entidades do Ministério da Saúde.

O mapa de pessoal apresentado pelos SPMS parece corresponder ao previsto pelas normas e orientações acima descritas, uma vez que embora apresente aumento de recursos humanos, é o mesmo devidamente fundamentado.

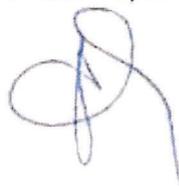
**Não é feita qualquer referência à existência de cobertura orçamental e não são remetidos os Anexos II e II-A à da Circular Série A n.º 1399, de 31 de julho, da Direção-Geral do Orçamento (DGO) devidamente preenchidos**

### III – Conclusão e proposta

Face ao exposto, e ainda que não tenham sido apresentados todos os documentos que se entende necessários, submete-se à consideração superior a proposta de mapa de pessoal remetida pelos serviços partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.

À consideração superior.

Técnico Superior



Ana Luz

## Ângela Mourato

---

**De:** Sandra Cavaca  
**Enviado:** 16 de setembro de 2020 18:43  
**Para:** Ângela Mourato  
**Assunto:** FW: DECLARACAO SUFICIENCIA ORÇAMENTAL  
**Anexos:** Anexo II-A(SOE)\_Evolução dos movimentos de pessoal\_por submeter.pdf; Anexo IX(SOE)\_Memória justificativa do OE2021\_por submeter.pdf; Anexo II(SOE)\_Fundamentação do orçamento de despesa com pessoal.pdf; DECLARAÇÃO DE SUFICIÊNCIA ORÇAMENTAL.pdf

Cumprimentos,

### Sandra Cavaca

Vogal Executiva do Conselho de Administração | Member of the Board – Shared Services in Ministry of Health, EPE



**SNS**  
SERVIÇO NACIONAL  
DE SAÚDE

não paramos  
**ESTAMOS ON**  
SAÚDE



**SPMS**  
EPE  
Serviços Partilhados do  
Ministério da Saúde

SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

SHARED SERVICES FOR MINISTRY OF HEALTH, EPE

Av. 3 da República, n.º 61 - 1050-189 Lisboa | Portugal

T: +351 211 545 600 | M: 351 919 647 157

[www.spms.min-saude.pt](http://www.spms.min-saude.pt)



Seja responsável na partilha de informação e/ou dados pessoais nos emails que envia.

---

**De:** Sandra Cavaca

**Enviada:** 20 de agosto de 2020 20:01

**Para:** Rogério Costa <rogerio.costa@ms.gov.pt>

**Cc:** Tiago Jorge Gonçalves <tiagogoncalves@ms.gov.pt>

**Assunto:** FW: DECLARACAO SUFICIENCIA ORÇAMENTAL

Caro Dr. Rogério,

Seguem os anexos e a declaração de suficiência orçamental

Cumprimentos,

### Sandra Cavaca

Vogal Executiva do Conselho de Administração | Member of the Board – Shared Services in Ministry of Health, EPE



**SNS**  
SERVIÇO NACIONAL  
DE SAÚDE

não paramos  
**ESTAMOS ON**  
SAÚDE



**SPMS**  
EPE  
Serviços Partilhados do  
Ministério da Saúde

SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

SHARED SERVICES FOR MINISTRY OF HEALTH, EPE

Av. 3 da República, n.º 61 - 1050-189 Lisboa | Portugal

T: +351 211 545 600 | M: 351 919 647 157

[www.spms.min-saude.pt](http://www.spms.min-saude.pt)



Seja responsável na partilha de informação e/ou dados pessoais nos emails que envia.

**De:** Leonel Sanches <[leonel.sanches@spms.min-saude.pt](mailto:leonel.sanches@spms.min-saude.pt)>

**Enviada:** 20 de agosto de 2020 19:59

**Para:** Sandra Cavaca <[sandra.cavaca@spms.min-saude.pt](mailto:sandra.cavaca@spms.min-saude.pt)>

**Assunto:** DECLARACAO SUFICIENCIA ORÇAMENTAL

Dra. Sandra

Aqui vai veja se concorda.

Vai em word também caso queira alterar.

Com os melhores cumprimentos,

**Leonel Sanches**

Diretor

Direção Financeira



SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

SHARED SERVICES FOR MINISTRY OF HEALTH, EPE

Av.ª da República, n.º 61 - 1050-189 Lisboa | Portugal

T: +351 211 545 600 | M: +351 939 010 659

[www.spms.min-saude.pt](http://www.spms.min-saude.pt)



Seja responsável na partilha de informação e/ou dados pessoais nos e-mails que envia.

**ANEXO II**  
**Fundamentação do Orçamento de despesa com pessoal**

ORÇAMENTO: 2021 ORÇAMENTO DE ESTADO

SERVIÇO: 5842 SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE

Pág. 1 de 2

	Tipo de Efetivo	Designação Cargo/Carreira/Grupo (Tabela SIOE)	Nº de postos de trabalho/efetivos	Renumeração Ilíquida	Subsídios de Férias e Natal	Encargos da Entidade Patronal	Restantes Despesas com Pessoal	Total das Despesas com Pessoal
Pagamentos efetuados em junho de 2020		02 Dirigente Superior De 1º Grau	1	4.362,33	0,00	1.449,23	1.835,11	7.646,67
		03 Dirigente Superior De 2º Grau	2	6.979,72	6.979,72	3.976,44	2.974,32	20.910,20
		04 Dirigente Intermédio De 1º Grau	13	47.722,74	54.763,80	24.340,49	352,21	127.179,24
		05 Dirigente Intermédio De 2º Grau	29	96.127,51	100.741,32	46.756,18	2.970,36	246.595,37
		07 Técnico Superior	157	251.677,35	231.111,07	124.176,34	55.939,18	662.903,94
		08 Assistente Técnico, Técnico De Nível Intermédio, Pessoal Administrativo	62	52.666,27	54.345,76	26.673,93	10.880,66	144.566,62
		09 Assistente Operacional, Operário, Pessoal Auxiliar	3	2.337,73	2.337,73	1.354,25	1.456,84	7.486,55
		11 Informático	17	38.428,42	38.583,36	18.327,10	1.268,82	96.607,70
	<b>(1) Total Junho 2020</b>		<b>284</b>	<b>500.302,07</b>	<b>488.862,76</b>	<b>247.053,96</b>	<b>77.677,50</b>	<b>1.313.896,29</b>
Estimativa de Despesa com pessoal em 31-dez-2020	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	02 Dirigente Superior De 1º Grau	1	52.347,93	20.928,73	17.403,21	22.135,80	112.815,67
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	03 Dirigente Superior De 2º Grau	2	83.756,60	19.526,47	24.529,73	35.920,80	163.733,60
	Outros	03 Dirigente Superior De 2º Grau	1	18.603,84	0,00	0,00	0,00	18.603,84
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	04 Dirigente Intermédio De 1º Grau	13	711.929,40	118.654,90	197.263,77	17.734,86	1.045.582,93
	Efetivos em funções fora organismo - Mapa Pessoal	05 Dirigente Intermédio De 2º Grau	33	1.316.357,91	221.848,72	365.324,07	41.556,24	1.945.086,94
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	07 Técnico Superior	152	3.191.048,45	635.278,87	908.752,74	709.276,78	5.444.356,84
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	08 Assistente Técnico, Técnico De Nível Intermédio, Pessoal Administrativo	62	660.466,65	118.716,72	185.056,05	130.362,62	1.094.602,04
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	09 Assistente Operacional, Operário, Pessoal Auxiliar	3	28.052,79	6.551,65	8.218,55	15.889,44	58.712,43
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	11 Informático	33	684.432,40	114.072,07	189.644,81	107.686,71	1.095.835,99
		<b>(2) Total 31-Dez-2020</b>		<b>300</b>	<b>6.746.995,97</b>	<b>1.255.578,13</b>	<b>1.896.192,93</b>	<b>1.080.563,25</b>

**ANEXO II**  
**Fundamentação do Orçamento de despesa com pessoal**

ORÇAMENTO: 2021 ORÇAMENTO DE ESTADO

SERVIÇO: 5842 SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE

Pág. 2 de 2

	<b>Tipo de Efetivo</b>	<b>Designação Cargo/Carreira/Grupo (Tabela SIOE)</b>	<b>Nº de postos de trabalho/efetivos</b>	<b>Renumeração Iíquida</b>	<b>Subsídios de Férias e Natal</b>	<b>Encargos da Entidade Patronal</b>	<b>Restantes Despesas com Pessoal</b>	<b>Total das Despesas com Pessoal</b>
<b>Pessoal a recrutar e previsão de saídas (Para Estimativa de Despesa com pessoal em 2021)</b>	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	02 Dirigente Superior De 1º Grau	0	0,00	-12.204,08	2.059,71	476,34	-9.668,03
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	03 Dirigente Superior De 2º Grau	0	0,00	-5.567,04	6.610,86	952,68	1.996,50
	Outros	03 Dirigente Superior De 2º Grau	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	04 Dirigente Intermédio De 1º Grau	0	-54.763,80	-9.127,30	-15.174,14	4.828,20	-74.237,04
	Efetivos em funções fora organismo - Mapa Pessoal	05 Dirigente Intermédio De 2º Grau	0	59.282,19	7.424,63	15.842,87	15.719,22	98.268,91
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	07 Técnico Superior	131	2.384.246,60	293.936,98	701.063,25	95.854,01	3.475.100,84
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	08 Assistente Técnico, Técnico De Nível Intermédio, Pessoal Administrativo	0	0,00	-8.638,94	10.639,88	30.684,28	32.685,22
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	09 Assistente Operacional, Operário, Pessoal Auxiliar	0	0,00	-1.876,18	2.227,96	1.049,81	1.401,59
	Efetivos reais em funções - Mapa Pessoal	11 Informático	161	3.787.398,56	631.233,09	1.138.560,40	618.281,22	6.175.473,27
		<b>(3) Total Variação 2021</b>		292	6.176.163,55	895.181,16	1.861.830,79	767.845,76
	<b>(2) + (3) Total OE 2021</b>		592	12.923.159,52	2.150.759,29	3.758.023,72	1.848.409,01	20.680.351,54

## Anexo II-A

ANEXO II-A

## Evolução dos movimentos de pessoal

SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE

Orçamento de Estado 2021

Pág 1

Movimentos	Ocorridos entre 01/01/2019 e 31/12/2019	Ocorridos entre 01/01/2020 e 31/12/2020	Ocorridos entre 01/01/2021 e 31/12/2021
	1 de janeiro:	1 de janeiro:	1 de janeiro:
(1) Início do período:	273	278	300
(2) Entradas	0	0	0
Alteração de leis orgânicas	0	0	0
Mobilidade	0	0	0
Regresso	0	0	0
Admissões externas a serviços Adm. Central	0	0	0
Outros motivos	56	53	308
(3) Saídas	0	0	0
Alterações de leis orgânicas	0	0	0
Aposentações	0	0	1
Rescisões	26	0	0
Mobilidade	0	0	0
Requalificação	0	0	0
Outros motivos	25	31	15
	31 de dezembro:	31 de dezembro:	31 de dezembro:
(4) = (1)+(2)-(3) Fim do período:	278	300	592

Por memória :

Varição (4)-(1)	5	22	292
Varição em % (4)/(1)	1,83	8	97

A SPMS identifica como fator de elevadíssima criticidade operacional o reforço dos seus recursos internos a afetar às suas áreas de atuação, num esforço de suportar um planeamento cuidadoso e elaborado no estrito cumprimento de critérios de racionalização, melhoria contínua, qualidade, eficiência e segurança, a que acrescem os desafios emergentes no setor da saúde, pelo que se torna assim premente salvaguardar esta necessidade.

Paralelamente, num contexto de indiscutível crescimento de atividades e responsabilidades, sobrelevadas no atual contexto da Covid-19, urge garantir a sustentabilidade e a melhoria do serviço público prestado, assumindo-se como fator de elevada criticidade a prossecução de uma política de ajustamento do quadro de pessoal da SPMS, tendente a adequá-lo às necessidades mínimas de uma organização operacionalmente eficiente e orientada à garantia de requisitos de segurança da atividade operacional que dispõe ao SNS.

Acresce ainda referir que este dimensionamento da estrutura interna de recursos humanos, em detrimento do atual recurso massivo a empresas externas, que fazem resultar numa permanente rotatividade do capital humano, e que não permitem a consolidação e continuidade dos conhecimentos necessários ao nível de especialização exigidos para o setor, permitiria uma redução da despesa

## Evolução dos movimentos de pessoal

SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE

Orçamento de Estado 2021

Pág 2

<b>Movimentos</b>	<b>Ocorridos entre 01/01/2019 e 31/12/2019</b>	<b>Ocorridos entre 01/01/2020 e 31/12/2020</b>	<b>Ocorridos entre 01/01/2021 e 31/12/2021</b>
-------------------	--	--	--

pública.

Para o efeito, e em conformidade com a articulação havida com Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e Sua Excelências os Secretários de Estado da área da Saúde, para permitir o ajustamento do quadro de pessoal da SPMS, tendente a adequá-lo às necessidades de uma organização operacionalmente eficiente, foram efetuados os trabalhos concernentes à previsão e orçamentação respetivo, que explica o crescimento evidenciado.

## ANEXO IX Memória justificativa do OE/2021

MINISTÉRIO: SAÚDE

SERVIÇO: 5842 - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE

I - Proposta de Orçamento para 2021

(Unid: Euros)

RCE	Designação	CGE 2019	OE/2020 aprovado	Redução de Receita ou Pressão na Despesa - 2021	Iniciativas 2021	Aumento de Receita ou Poupança na Despesa - 2021	Proposta orçamento 2021	Variação OE2021 face a OE2020		Variação OE2021 face a OE2019	
								Valor	%	Valor	%
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)+(4)+(5)	(7)=(6)-(2)	(8)=(7)/(2)	(9)=(6)-(1)	(10)=(9)/(1)
	RECEITA								0		0
R.01	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.02	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.03	Contribuições de Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.04	Taxas, multas e outras penalidades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.05	Rendimentos de propriedade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.07	Venda de bens e serviços	33.533.191	40.454.126	-546.442	0	1.226.555	41.134.239	680.113	2	7.601.048	23
R.06+10	Transferências	39.301.287	35.910.697	-1.364.357	0	18.239.185	52.785.525	16.874.828	47	13.484.238	34
R.08+09+13+14+15	Outras receitas	7.057	0	0	0	0	0	0	0	-7.057	-100
R.11+12	Ativos/Passivos Financeiros (a)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
R.16	Saldo da gerência anterior	1.563.804	0	0	0	0	0	0	0	-1.563.804	-100
R.99	Transferencia Receitas Impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Total Receita</b>	<b>74.405.339</b>	<b>76.364.823</b>	<b>-1.910.799</b>	<b>0</b>	<b>19.465.740</b>	<b>93.919.764</b>	<b>17.554.941</b>	<b>23</b>	<b>19.514.425</b>	<b>26</b>
Por FF									0		0
	Receitas de Impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Receitas Próprias	27.557.971	40.454.126	-546.442	0	1.270.560	41.178.244	724.118	2	13.620.273	49
	Fundos Europeus	2.127.739	3.254.452	-1.364.357	0	2.411.531	4.301.626	1.047.174	32	2.173.887	102
	Transf. no âmbito das AP	44.719.628	32.656.245	0	0	15.783.649	48.439.894	15.783.649	48	3.720.266	8
	<b>Total Receita por FF</b>	<b>74.405.338</b>	<b>76.364.823</b>	<b>-1.910.799</b>	<b>0</b>	<b>19.465.740</b>	<b>93.919.764</b>	<b>17.554.941</b>	<b>23</b>	<b>19.514.426</b>	<b>26</b>
	DESPESA								0		0
D.01	Despesas com o pessoal								0		0
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	7.318.616	7.368.943	8.441.463	0	0	15.810.406	8.441.463	115	8.491.790	116
D.01.02	Abonos Variáveis ou eventuais	429.173	516.851	250.747	0	0	767.598	250.747	49	338.425	79
D.01.03	Segurança Social	1.830.642	2.117.225	1.985.123	0	0	4.102.348	1.985.123	94	2.271.706	124
D.02	Aquisição de bens e serviços	57.417.055	57.111.804	0	0	-2.421.071	54.690.733	-2.421.071	-4	-2.726.322	-5
D.03	Juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.04+08	Transferências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.05	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.07	Investimento	3.074.571	6.500.000	9.225.969	0	0	15.725.969	9.225.969	142	12.651.398	411
D.06+11	Outras despesas	1.977.706	2.750.000	72.710	0	0	2.822.710	72.710	3	845.004	43
D.09+10	Ativos/Passivos Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	<b>Total Despesa</b>	<b>72.047.763</b>	<b>76.364.823</b>	<b>19.976.012</b>	<b>0</b>	<b>-2.421.071</b>	<b>93.919.764</b>	<b>17.554.941</b>	<b>23</b>	<b>21.872.001</b>	<b>30</b>
Por FF									0		0
	Receitas de Impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

## ANEXO IX Memória justificativa do OE/2021

MINISTÉRIO: SAÚDE

SERVIÇO: 5842 - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTERIO DA SAUDE

**I - Proposta de Orçamento para 2021**

(Unid: Euros)

RCE	Designação	CGE 2019	OE/2020 aprovado	Redução de Receita ou Pressão na Despesa - 2021	Iniciativas 2021	Aumento de Receita ou Poupança na Despesa - 2021	Proposta orçamento 2021	Variação OE2021 face a OE2020		Variação OE2021 face a OE2019	
								Valor	%	Valor	%
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(2)+(3)+(4)+(5)	(7)=(6)-(2)		(9)=(6)-(1)	
	Receitas Próprias	27.299.867	40.454.126	724.118	0	0	41.178.244	724.118	2	13.878.377	51
	Fundos Europeus	143.209	3.254.452	1.047.174	0	0	4.301.626	1.047.174	32	4.158.417	-
	Transf. no âmbito das AP	44.604.687	32.656.245	15.783.649	0	0	48.439.894	15.783.649	48	3.835.207	9
	<b>Total Despesa por FF</b>	<b>72.047.763</b>	<b>76.364.823</b>	<b>17.554.941</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>93.919.764</b>	<b>17.554.941</b>	<b>23</b>	<b>21.872.001</b>	<b>30</b>
	<b>EXTRAORÇAMENTAIS</b>								0		0
R.17	Receitas extraorçamentais		0	0	0	0	0	0	0	0	0
D.12	Despesas extraorçamentais		0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Por memória</b>											
	Receita Efetiva	74.405.339	76.364.823	-1.910.799	0	19.465.740	93.919.764				
	Despesa Efetiva	72.047.763	76.364.823	19.976.012	0	-2.421.071	93.919.764				
	<b>Saldo Global</b>	<b>2.357.576</b>	<b>0</b>	<b>-21.886.811</b>	<b>0</b>	<b>21.886.811</b>	<b>0</b>				

**II - Indicadores Recursos Humanos**

Indicadores Recursos Humanos	OE 2020		PO 2021	
	valor	%	valor	%
PDP (Peso das despesas com Pessoal)		13		22
Despesa com pessoal media por pessoa	28.020		34.933	
Remuneração Média	20.641		26.707	

**III - Justificação da Proposta de Orçamento de Receita**

**Capítulo 01 - Impostos Diretos**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 02 - Impostos Indiretos**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 03 - Contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 04 - Taxas, multas e outras penalidades**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 05 - Rendimentos da propriedade**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 06 - Transferências correntes**

NESTE CAPÍTULO, OS AUMENTOS PREVISTOS MAIS SIGNIFICATIVOS JUSTIFICAM-SE DA SEGUINTE FORMA:

- PREVÊ-SE A QUE A TRANSFERÊNCIA AO ABRIGO DA COMPONENTE DE MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SEJA DE 31M €, QUE REPRESENTA UM INCREMENTO DE 9 M€ FACE A 2020;
- PREVÊ-SE UM AUMENTO DE 6,7€ RESPEITANTE À VERBA CONSIGNADA AO CENTRO DE CONTATO SNS24;
- PREVÊ-SE UM AUMENTO DE 1M € RELACIONADO COM OS FUNDOS COMUNITÁRIOS.

**Capítulo 07 - Venda de bens e serviços correntes**

NESTE CAPÍTULO, O AUMENTO PREVISTO MAIS SIGNIFICATIVO PRENDE-SE COM UM CONTRATO COM A SCML QUE ASCENDERÁ A 1M € DOS QUAIS 50% IRÃO SER RECEBIDOS PREVISIONALMENTE EM 2021.

**Capítulo 08 - Outras receitas correntes**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 09 - Venda de bens de investimento**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 10 - Transferências de capital**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 11 - Ativos financeiros**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 12 - Passivos financeiros**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 13 - Outras receitas de capital**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 14 - Recursos próprios comunitários**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 15 - Reposições não abatidas nos pagamentos**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 16 - Saldo da gerência anterior**

NÃO APLICÁVEL

**Capítulo 17 - Operações extraorçamentais**

NÃO APLICÁVEL

**IV - Justificação da Proposta de Orçamento de Despesa****Agrupamento 01 - Despesas com o pessoal**

A SPMS IDENTIFICA COMO FATOR DE ELEVADÍSSIMA CRITICIDADE OPERACIONAL O REFORÇO DOS SEUS RECURSOS INTERNOS A AFETAR ÀS SUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO, NUM ESFORÇO DE SUPORTAR UM PLANEAMENTO CUIDADOSO E ELABORADO NO ESTRITO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIOS DE RACIONALIZAÇÃO, MELHORIA CONTÍNUA, QUALIDADE, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA, A QUE ACRESCEM OS DESAFIOS EMERGENTES NO SETOR DA SAÚDE, PELO QUE SE TORNA ASSIM PREMENTE SALVAGUARDAR ESTA NECESSIDADE. PARALELAMENTE, NUM CONTEXTO DE INDISCUTÍVEL CRESCIMENTO DE ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES, SOBREVIVIDAS NO ATUAL CONTEXTO DA COVID-19, URGE GARANTIR A SUSTENTABILIDADE E A MELHORIA DO SERVIÇO PÚBLICO PRESTADO, ASSUMINDO-SE COMO FATOR DE ELEVADA CRITICIDADE A PROSECUÇÃO DE UMA POLÍTICA DE AJUSTAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL DA SPMS, TENDENTE A ADEQUÁ-LO ÀS NECESSIDADES MÍNIMAS DE UMA ORGANIZAÇÃO OPERACIONALMENTE EFICIENTE E ORIENTADA À GARANTIA DE REQUISITOS DE SEGURANÇA DA ATIVIDADE OPERACIONAL QUE DISPÕE AO SNS. ACRESCE AINDA REFERIR QUE ESTE DIMENSIONAMENTO DA ESTRUTURA INTERNA DE RECURSOS HUMANOS, EM DETRIMENTO DO ATUAL RECURSO MASSIVO A EMPRESAS EXTERNAS, QUE FAZEM RESULTAR NUMA PERMANENTE ROTATIVIDADE DO CAPITAL HUMANO, E QUE NÃO PERMITEM A CONSOLIDAÇÃO E CONTINUIDADE DOS CONHECIMENTOS NECESSÁRIOS AO NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EXIGIDOS PARA O SETOR, PERMITIRIA UMA REDUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA. PARA O EFEITO, E EM CONFORMIDADE COM A ARTICULAÇÃO HAVIDA COM SUA EXCELÊNCIA O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO E SUA EXCELÊNCIAS OS SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ÁREA DA SAÚDE, PARA PERMITIR O AJUSTAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL DA SPMS, TENDENTE A ADEQUÁ-LO ÀS NECESSIDADES DE UMA ORGANIZAÇÃO OPERACIONALMENTE EFICIENTE, FORAM EFETUADOS OS TRABALHOS CONCERNENTES À PREVISÃO E ORÇAMENTAÇÃO RESPECTIVO, QUE EXPLICA O CRESCIMENTO EVIDENCIADO.

**Agrupamento 02 - Aquisição de bens e serviços correntes**

O DECRÉSCIMO VERIFICADO RESULTA DO EFEITO COMBINADO DO ACRÉSCIMO DE RECEITA DA COMPONENTE DE MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (9M €) E DO AUMENTO DOS ENCARGOS COM PESSOAL (10,7M €) QUE PROVOCOU A REDUÇÃO DO AG EC 02 PELA PREVISÃO DA SUA INTERNALIZAÇÃO E CONSEQUENTEMENTE COM MENOR ESFORÇO NO AG EC 02.

**Agrupamento 03 - Juros e outros encargos**

NÃO APLICÁVEL

**Agrupamento 04 - Transferências correntes**

NÃO APLICÁVEL

**Agrupamento 05 - Subsídios**

NÃO APLICÁVEL

**Agrupamento 06 - Outras despesas correntes**

O AGRUPAMENTO NESTE AGRUPAMENTO RESULTA NA CONSTITUIÇÃO DA RESERVA ADICIONAL EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NOS N.º 33, 34 E 57 DA CIRCULAR SÉRIE A N.º 1399 DA DGO.

**Agrupamento 07 - Aquisição de bens de capital**

O AUMENTO VERIFICADO NO INVESTIMENTO RESULTA FUNDAMENTALMENTE DO AUMENTO DA RECEITA NA COMPONENTE DO PRESI (PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO), NO MONTANTE DE 12,5M €, CONFORME INFORMAÇÃO DA ENTIDADE COORDENADORA.

**Agrupamento 08 - Transferências de capital**

NÃO APLICÁVEL

**Agrupamento 09 - Ativos financeiros**

NÃO APLICÁVEL

**Agrupamento 10 - Passivos financeiros**

NÃO APLICÁVEL

**Agrupamento 11 - Outras despesas de capital**

NÃO APLICÁVEL

**Agrupamento 12 - Operações extraorçamentais**

NÃO APLICÁVEL

**V - Justificação do Saldo Global****Saldo Global**

O SALDO GLOBAL APURADO PARA 2021 FOI MINIMIZADO. NO ENTANTO, A NÃO UTILIZAÇÃO DO MONTANTE DAS RESERVAS E A EXISTÊNCIA DE CATIVAÇÕES PODERÁ RESULTAR NUM SALDO GLOBAL MAIS SIGNIFICATIVO NO FINAL DE 2020.

**VI - Justificação de Indicadores****Indicadores**

SE LEVARMOS EM CONTA O ACRÉSCIMO DA ATIVIDADE DA SPMS, COM INCREMENTO DO FINANCIAMENTO NA COMPONENTE DE MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (+9M €), DO CCSNS24 (+6,8M €) E DO PRESI (+8,6M €), BEM COMO A JUSTIFICAÇÃO COLOCADA NO AG EC 01 PARA O SEU CRESCIMENTO (+10,7M €), A EVOLUÇÃO DOS INDICADORES É REFLEXO DESTAS VARIAÇÕES, QUER EM % QUER EM VALOR.



## DECLARAÇÃO DE SUFICIÊNCIA ORÇAMENTAL

No âmbito da proposta orçamental para 2021 da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., declara-se que se encontra previsto como valor global a orçamentar no agrupamento económico 01 – Despesas com o pessoal, o montante de 20.680.351,54€, referente ao mapa de pessoal para 592 trabalhadores, conforme n/Ofício n.º 4395, de 18 de agosto de 2020, remetido ao Gabinete de Sua Excelência a Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, conforme detalhe em anexo na memoria justificativa do orçamento, e anexos II e II-A, da Circular da DGO 1399/2020 de preparação do orçamento.

SPMS em Lisboa, 20 de agosto de 2020

A Vogal do Conselho de Administração

Sandra Paula Nunes  
Cavaca Saraiva de  
Almeida

Assinado de forma digital por  
Sandra Paula Nunes Cavaca Saraiva  
de Almeida  
Dados: 2020.08.20 20:00:02 +01'00'

Sandra Cavaca



**ANEXO III | REMISSÃO DE PROPOSTA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE RECURSOS, PELO SEAS, AO  
MINISTRO DO ESTADO E DAS FINANÇAS**

**Carla Silva**

**De:** Tiago Jorge Gonçalves  
**Enviado:** 20 de novembro de 2020 10:14  
**Para:** Carla Silva; Maria Helena Vidal  
**Assunto:** FW: Aprovação de Internalização de Recursos Humanos nos Principais Serviços da SPMS  
**Anexos:** 20200930\_Proposta Internalização SPMS.pptx

Para dar entrada pf.

Obrigado.

Com os melhores cumprimentos,

Tiago Jorge Gonçalves  
Chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde/Chief of Staff

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA SAÚDE  
Av. João Crisóstomo, 9 - 4º  
1049-062 Lisboa, PORTUGAL

TEL: +351 21 330 51 20 TELM: +351 91 384 61 33 FAX: +351 21 330 51 24  
[gabinete.seas@ms.gov.pt](mailto:gabinete.seas@ms.gov.pt)  
[www.portugal.gov.pt](http://www.portugal.gov.pt)

PENSE ANTES DE IMPRIMIR



**SNS**  
SERVIÇO NACIONAL  
DE SAÚDE



*Ao Sr. Doutor  
Estado e das Finanças  
e/propósito de  
apreciação e  
decretar cetero  
23/11/2020*

Secretário de Estado Adjunto e da Saúde  
António Sales

MINISTÉRIO DA SAÚDE	
Gabinete <u>SEAS</u>	
Entrada N.º <u>15.540</u>	Data <u>23/11/2020</u>
Entidade	Class. <u>080.25.01</u>
Proc.º <u>314/20</u>	

**De:** Sandra Cavaca <sandra.cavaca@spms.min-saude.pt>  
**Enviada:** 19 de novembro de 2020 22:39  
**Para:** Tiago Jorge Gonçalves <tiagogoncalves@ms.gov.pt>  
**Cc:** Joana Luis <Joana.Luis@spms.min-saude.pt>; Ângela Mourato <angela.mourato@spms.min-saude.pt>  
**Assunto:** Aprovação de Internalização de Recursos Humanos nos Principais Serviços da SPMS

Exmo. Senhor  
Dr. Tiago Gonçalves  
M.I. Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde

No contexto do assunto em epígrafe, encetou o Conselho de Administração da SPMS conversações com os Secretários de Estado da área da Saúde, para permitir o ajustamento do quadro de pessoal da SPMS, tendente a adequá-lo às necessidades de uma organização operacionalmente eficiente, na sequência das quais se obteve a aprovação nos termos propostos, por Despacho de 20.08.2020, de Sua Excelência o Secretário de Estado da Saúde.

O mapa de pessoal orçamentado e homologado pela tutela da saúde, nos termos anteriormente referidos, considera assim o projeto de internalização de recursos humanos em 2021, tendo como foco as áreas de negócio e suporte, numa perspetiva de otimização da estrutura de gastos operacionais, que promova o respetivo equilíbrio, bem como uma política de ajustamento do quadro de pessoal da SPMS (atualmente o universo da força de trabalho da SPMS depende em cerca de 55% de recursos externos).

O referido projeto de internalização de recursos em 2021 tem por base o estudo sobre a *melhoria da prestação de serviços através da internalização de recursos humanos nos principais serviços da SPMS*, que se junta em anexo, no qual se prevê em suma:

1. O atual modelo de contratação massiva de recursos externos, que implica uma permanente rotatividade do capital humano e impede a consolidação do conhecimento e a especialização exigidos para o setor, deve ser substituído por um dimensionamento da estrutura interna de recursos humanos da SPMS, a levar a cabo tão atempadamente quanto possível, de forma a garantir:
  - i. a inexistência de disrupções na atividade e manutenção do serviço público prestado;
  - ii. uma resposta da SPMS com qualidade, rigor e tempestividade aos atuais e futuros desafios para o SNS;
  - iii. a consolidação de conhecimento para potenciar o crescimento e maturidade organizacional;
  - iv. o incremento da capacidade de planeamento, com o objetivo de reduzir o esforço de gestão da atividade corrente.
  
2. Caso a internalização proposta não tenha lugar a breve trecho e se mantenha o recurso massificado a *outsourcing*, estimam-se os seguintes custos e riscos, diretos e indiretos:

Principais Custos e Riscos		
Custos diretos e indiretos	Despesa pública anual (€)	4 151 956 €
	Custo de formação/integração (custo médio anual) (€)	1,4 M €
	Índice médio de rotatividade anual (ideal ~10%/ano) (%)	33%
	Custo médio anual da rotatividade (€)	342 661 €
	Custo médio anual dos processos de contratação (€)	308 550€
Riscos diretos e indiretos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dependência excessiva a subcontratados nas áreas core da SPMS;</li> <li>- Comprometimento da Segurança da informação e da continuidade do negócio;</li> <li>- Perda de talento e <i>know-how</i> pela excessiva rotatividade da ocupação dos postos de trabalho;</li> <li>- Conflitos de interesse pela exposição de conhecimento a subcontratados;</li> <li>- Risco de rutura do serviço, expondo a SPMS a fragilidades operacionais;</li> <li>- Competências técnicas não assentes em quadros com a experiência e senioridade necessárias - às funções capitais, nacionais e estratégicas conferidas pela tutela à SPMS;</li> <li>- Enfraquecimento da cultura organizacional e do alinhamento dos recursos humanos com a missão e estratégia da empresa, uma vez que os RH externos representam, atualmente, mais de 55% da força do trabalho;</li> <li>- Sobrecarga de trabalho em períodos de início e fins de contratos;</li> </ul>	

- Volatilidade da produtividade das equipas perante a rotatividade excessiva de RH externos.

3. A internalização atempada de recursos humanos nos principais serviços da SPMS acarreta vantagens significativas a curto, médio e longo prazos, cujos efeitos se farão sentir na SPMS, no SNS e no Estado, nomeadamente:
    - a. Retenção do conhecimento relevante nas áreas dos Sistemas de Informação, Compras Públicas e Telessaúde e respetivas funções, atualmente core para o SNS;
    - b. Retenção de talento e conhecimento especializado na área da saúde;
    - c. Aumento da capacidade de gestão do risco e da continuidade do negócio, na atual crise e no futuro;
    - d. Maior poupança para o Estado Português.
  
  4. A redução de risco de prestação de serviço, a garantia de qualidade e a redução de custos entre €4M e 4.8€M ano para o Estado Português, poderão ser alcançadas com a internalização de 292 postos de trabalho para a operacionalização das áreas de suporte e negócio, nos seguintes moldes:
    - substituição dos atuais 360 recursos externos por 277 recursos internos, para reforço das várias áreas de Tecnologias de Informação, Gestão e Direito;
    - contratação de 15 médicos e enfermeiros, para reforçar as áreas da Telessaúde e Centro de Contacto do SNS
- 24.

Tanto quanto é conhecimento da SPMS, o mapa de pessoal para 2021, assente no projeto de internalização de recursos agora em apreço, mereceu parecer favorável de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e encontra-se presentemente em apreciação por Sua Excelência o Ministro das Finanças.

Neste sentido, considerando o contexto que acima se descreve e os riscos associados à não internalização atempada dos 292 postos de trabalho, solicitam-se os bons ofícios de V. Exa. para a agilização dos procedimentos atualmente em curso junto do Ministério das Finanças.

Cumprimentos,

**Sandra Cavaca**

Vogal Executiva do Conselho de Administração | Member of the Board – Shared Services in Ministry of Health, EPE



**SNS**  
SERVIÇO NACIONAL  
DE SAÚDE

não paramos  
**ESTAMOS ON**



**SPMS** L.P.  
Serviços Partilhados do  
Ministério da Saúde

SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

SHARED SERVICES FOR MINISTRY OF HEALTH, EPE

Av. <sup>o</sup> da República, n.º 61 - 1050-189 Lisboa | Portugal

T: +351 211 545 600 | M: 351 919 647 157

[www.spms.min-saude.pt](http://www.spms.min-saude.pt)



Seja responsável na partilha de informação e/ou dados pessoais nos emails que envia.



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO  
ADJUNTO E DA SAÚDE

Exmo. Senhor  
Dr. Carlos Domingues  
Chefe do Gabinete do Senhor  
Ministro de Estado e das Finanças  
Av. Infante D. Henrique, 1, 1.º andar  
1149-009 Lisboa

C/c SPMS, EPE

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: SAÍDA: 7442/2020 ENT.: 15570/2020 CLASS.: 080.25.01 - 314/2020	S 2020-11-23 E 2020-11-23

**ASSUNTO: Aprovação de Internalização de Recursos Humanos nos Principais Serviços da SPMS**

Encarrega-me o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde de remeter a fim de ser submetido à consideração do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, cópia de uma comunicação veiculada por email de 19 de novembro de 2020, dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, na qual foi exarado o seguinte despacho:

“Ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças  
c/proposta de apreciação e decisão célere,  
23.11.2020  
a) António Sales  
Secretário de Estado Adjunto e da Saúde”

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Digitally Signed by Tiago Jorge  
Carvalho Gonçalves  
DN: C=PT, T=Chefe do  
Gabinete, O=Gabinete do Secretário de  
Estado Adjunto e da Saúde, CN=Tiago  
Jorge Carvalho Gonçalves  
Reason:  
Date: 2020-11-24T11:17:43.518 UTC

(Tiago Jorge Gonçalves)



**ANEXO IV | DESPACHO DO MINISTRO DO ESTADO E DAS FINANÇAS AUTORIZANDO A INTERNALIZAÇÃO  
DE RECURSOS**



DESPACHO N.º / 2021 / MEF

Tendo em conta a análise e despacho do Secretário de Estado do Tesouro sobre a Informação n.º 42/2021 (Prof. 20.02.72/2021), autorizo o recrutamento nos termos propostos pelo Ministério da Saúde através do ofício 2644/2021, de 04/05/2021 do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, de 60 trabalhadores para os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., 20 dos quais para funções técnicas superiores e 40 para funções informáticas desde que:

1. Aos 30 trabalhadores informáticos a recrutar como informático especialista seja aplicada uma remuneração base até ao valor máximo de 1 652,68 €.
2. A SPMS, E.P.E. diligencie, com urgência, pela apresentação de uma proposta de alteração orçamental, em linha com a autorização concedida, bem como, pela apresentação junto da UTAM dos elementos que se encontrem em falta para que a proposta de PAO para 2021 possa ser analisada e sujeita a despacho;
3. A SPMS, E.P.E. assegure o reporte mensal à Direção-Geral do Orçamento e à Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial do respetivo impacto financeiro e operacional, incluindo o ponto de situação e a evolução de recursos humanos internos e de contratos de prestação de serviços

Dê-se conhecimento aos GSET e GSEO.

Lisboa, 4 de junho de 2021

Ministro de Estado e das Finanças,



João Leão